

ANPOCS **b i b**
Revista Brasileira de Informação
em Ciências Sociais

25

CONSULTA
EXEMPLAR EXCLUSIVO ANPOCS

Sumário

Resenhas Bibliográficas

Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia Giralda Seyferth	3
Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico Maria Helena Guimarães de Castro	56
Fontes de Pesquisa	
A Fotografia e as Ciências Humanas Miriam Lifchitz Moreira Leite	83

Colaboram neste número:

Giralda Seyferth — Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

Maria Helena Guimarães de Castro — Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Campinas — UNICAMP e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas — NEPP da mesma Universidade.

Miriam Lifchitz Moreira Leite — Professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo — USP.

Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia

Giralda Seyferth

Introdução

A imigração alemã para o Brasil não foi numericamente expressiva: menos de 5% dos emigrantes que deixaram a Alemanha desde o início do século XIX se dirigiram para o Brasil, e muitos dos que aqui entraram reemigraram para outros países da América do Sul (principalmente a Argentina), para os Estados Unidos, ou retornaram ao seu país de origem. Esse dado, bastante conhecido, não impediu que muitos autores que trataram da colonização alemã cometessem o equívoco de julgar o Brasil o país preferido pelos imigrantes alemães — equívoco, aliás, cometido até por autores que realizaram pesquisas recentes sobre o tema, como Lando e Barros (1976). As dificuldades para obter a naturalização, a desorganização do sistema de colonização, a exigência de compra do lote colonial, ainda que parceladamente,¹ a dificuldade de obtenção dos títulos definitivos de propriedade, as restrições impostas à emigração para o Brasil na Alemanha (cf. Decreto de Heydt, 1859), a divulgação, na Europa, de eventos como a revolta dos colonos em Ibiacaba, relatada por Davatz em 1858, a existência do regime escravista, entre outras causas, contribuíram para que o número de imigrantes alemães no País fosse pouco expressivo quando comparado ao existente em outros países da América, como os Estados Unidos.

Considerando as estatísticas sobre a entrada de imigrantes no Brasil, a imigração alemã se situa em quarto lugar. Está, contudo, muito aquém dos grandes contingentes imigratórios representados pelos italianos, portugueses e espanhóis. Os números são imprecisos, quase sempre próximos a um total de 250 mil indivíduos, sem que se saiba ao certo quantos realmente permaneceram no País. Os dados mais conhecidos sobre o movimento imigratório no Brasil estão contidos no quadro incluído no texto de J. F. Carneiro (1950). Este autor apresenta um número total de 235.846 imigrantes alemães entrados no País entre 1824 e 1947. O número total de imigrantes é de 4.903.991 indivíduos, dos quais 1.513.151 italianos, 1.462.117 portugueses e 598.802 espanhóis; o quarto contingente é o alemão. Mas o próprio Carneiro, num apêndice ao texto, faz uma ressalva: "(...) é preciso salientar, mais uma vez, que ainda não foi levado a efeito um trabalho conjunto de crítica histórica, debulhando as fontes primárias existentes, para que se chegue efetivamente ao total certo e definitivo do número de imigrantes entrados no Brasil desde 1820" (Carneiro, 1950, p. 61). Este "trabalho" ainda está por fazer!

Diegues Jr., com outra periodização — 1819-1959 — chega a um total de 257.114 alemães. "O quarto grupo a aparecer na estatística imigratória é o alemão. Os alemães contribuíram com 257.114 imigran-

tes, que correspondem a 4,64% do total entrado nestes 140 anos. Nos primeiros 31 anos de imigração (1819-1850) foi o grupo de maior expressão; mas nos períodos subseqüentes sua posição caiu bastante" (Diegues Jr., 1964, p. 27). Na verdade, com poucas exceções, até 1850 os alemães foram imigrantes quase exclusivos; os demais fluxos imigratórios são da segunda metade do século XIX. Usando outra periodização, Willems (1946) indica 170.645 imigrantes alemães entrados no Brasil entre 1884 e 1939, período que corresponde à maior intensidade desta imigração. Mas acentua outro problema relacionado à estatística: o fato de que imigrantes identificados por seu grupo e pelos outros como "alemães" entraram no País como cidadãos russos, poloneses etc. O exemplo dado por Willems é o dos teuto-russos das regiões do Volga e Volínia, que chegaram ao Paraná na década de 1890 assumindo uma identidade alemã mas que nas estatísticas figuram como russos. Willems faz um cálculo aproximado de 280 mil indivíduos para todos os imigrantes "de língua alemã" (p. 66). Trata-se apenas de uma estimativa, sem base real, já que também não são considerados aqueles que reemigraram.

A observação de Willems é pertinente e remete a uma questão étnica relevante: afinal, quem pode ser considerado alemão, tendo em vista que, no século XIX, alemães formavam minorias nacionais em diversos países da Europa? De fato, as estatísticas oficiais têm de se ater ao documento básico do imigrante — o seu passaporte — e não a uma qualificação étnica. Mas, na prática, a expressão "imigrantes de língua alemã" usada por Willems tem uma lógica e um significado bastante precisos para o grupo aqui considerado: a língua alemã é a expressão da nacionalidade, e não necessariamente da cidadania (Cf. Seyferth, 1982). Nesse sentido, as pessoas pertencentes às minorias teutas espalhadas pelo mundo eslavo e que entraram no Brasil com o rótulo de "russos", "húngaros", "poloneses" etc. se consideravam alemãs e procuraram se juntar aos imigrantes dessa origem no sul do País. A bibliografia sobre as colônias cita os "alemães do Volga", os "suábios do Danúbio", "os alemães de Lodz", os "alemães do Sudeto" etc. Além, é claro, dos "austriacos e suíços de língua alemã". As estatísticas, porém, estão longe de expressar esse conteúdo étnico e de modo algum

podem ser consideradas absolutas e definitivas. O próprio desacordo dos números citados pelos diversos autores é um índice dessa precariedade. A Alemanha (unificada ou não) não pode ser considerada como a única origem dos imigrantes colonos identificados como "alemães".

O que torna, então, relevante e específica essa imigração de aproximadamente 250 mil indivíduos que se espalharam pelo sul do País, Espírito Santo e, incidentalmente, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro? O fato de ter sido a primeira corrente imigratória para o Brasil é irrelevante; o que faz a imigração alemã importante enquanto fenômeno sociológico e histórico é o fato de ter-se constituído como colonização — isto é, a maioria dos imigrantes estabeleceu-se como colonos em áreas pioneiras, construindo uma sociedade inteiramente diversa da nacional. No contexto da imigração no Brasil, nenhuma outra etnia se concentrou tanto em áreas homogêneas e compactas, concorrendo para modificar a estrutura fundiária e a vida rural dos Estados onde se estabeleceu. Só a colonização italiana no Rio Grande do Sul e Santa Catarina teve características semelhantes, mas sem o longo isolamento étnico dos alemães.

A imigração começou em 1824 no Rio Grande do Sul, se intensificou no final da década de 1840, após um intervalo de cerca de 15 anos, e se manteve com alguma constância até o final da década de 1930 — cerca de 2 mil imigrantes por ano (cf. quadro apresentado por Carneiro, 1950). Foi exclusiva nos Estados do Sul e no Espírito Santo até 1875, ano em que se iniciou a imigração italiana. No Rio Grande do Sul a colonização italiana foi fronteira à área "alemã", na região serrana, cujo centro mais importante, hoje, é Caxias do Sul. Formaram-se algumas colônias italianas homogêneas, mas boa parte dos imigrantes dessa origem também se estabeleceu em colônias inicialmente "alemãs" ou nas chamadas "colônias mistas". O mesmo ocorreu em Santa Catarina: no vale do Itajaí e no Sul do Estado os italianos foram se juntar aos colonos alemães. Essa introdução de imigrantes de outras etnias, porém, não alterou muito a especificidade das "áreas de colonização alemã", e em alguns casos, como em certas linhas coloniais do Itajaí-Mirim, por exemplo, os italianos foram "germanizados". O isolamento inicial — inclusive

étnico — dessa “colonização alemã” foi um fenômeno característico que não tem equivalente na história da imigração no Brasil. Ainda que algumas colônias “italianas” apresentassem essa característica, foi em escala muito menor e por um período de tempo reduzido. A exceção do Paraná — de colonização mais recente — esse caráter homogêneo e compacto das colônias alemãs ocorreu no Rio Grande do Sul com maior intensidade, em Santa Catarina e no Espírito Santo.

O marco inicial da imigração alemã para o Brasil é a fundação da colônia de São Leopoldo, em 1824, na antiga fazenda imperial do Linho Cânhamo, por iniciativa do governo imperial. No período de 1824 a 1830 entraram no País entre 6 e 7 mil imigrantes procedentes de Estados alemães. Nessa década, sempre por iniciativa do governo imperial, também foram estabelecidos colonos alemães em São Pedro de Alcântara e Mafra (SC) e em Rio Negro (PR), no ano de 1829. Essas colônias foram implantadas em regiões pouco habitadas, embora São Leopoldo e São Pedro de Alcântara se situassem próximas às respectivas capitais provinciais. As colônias de Mafra e Rio Negro, localizadas na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, nas margens do rio Negro, foram pouco expressivas. Nessa mesma época, tentativas de estabelecer colônias com imigrantes alemães na Bahia e em Pernambuco (respectivamente em Ilhéus e Catutá) fracassaram. A Guerra dos Farrapos vai interromper o fluxo migratório em 1830, e este só será retomado com mais intensidade a partir de 1845. A partir deste ano até o final da década de 1920 são formados, só no Rio Grande do Sul, quase uma centena e meia de núcleos coloniais alemães (cf. Pellanda, 1925). No período 1845-1890 a bacia hidrográfica conhecida como “cinturão do Jacuí” foi totalmente ocupada: a partir de São Leopoldo, imigrantes se estabeleceram nos vales dos rios Jacuí, Caí e Sinos; depois, nas bacias dos rios Pardo e Taquari, numa segunda fase de colonização. O reinício da colonização, em 1845, tem lugar com a fundação da colônia Feliz, ainda uma iniciativa do governo imperial. Mas a intervenção do governo central nesse processo de colonização acaba aí — à exceção da legislação federal pertinente. A partir da segunda metade do século XIX caberia aos governos provinciais e à iniciativa particular proceder à instalação

de núcleos coloniais.² No final do século XIX uma terceira área começou a ser ocupada na região do rio Uruguai (especialmente de alguns tributários, como os rios Ijuí Grande, Comandá, Várzea e Santa Rosa). Nessa área destacaram-se as colônias de Ijuí (1890) e aquelas estabelecidas nos Municípios de Cruz Alta — Barra do Colorado (1897), Boi Preto (1897), Nova Württemberg (1899) — e Santo Ângelo — Ijuí Grande (1892), Vitória (1900), Buriti (1908), Boa Vista (1912), Steglich (1914) etc.

A colonização em Santa Catarina obedeceu ao mesmo princípio: os núcleos foram estabelecidos em regiões de florestas, acompanhando os vales dos rios. Na bacia do Itajaí, a colônia Blumenau (1850), uma iniciativa particular, deu início ao povoamento do vale médio e superior do rio Itajaí-Açu. A partir desta colônia, imigrantes alemães fundaram os núcleos de Pomerode (1860), Indaial (1863), Hansa (Ibirama, 1899) e Timbó (1868). Não estão sendo citados aqui os núcleos de povoamento misto, onde se concentram colonos alemães e italianos, como Rio do Sul, Rodeio etc. Imigrantes, primeiro alemães, depois italianos e poloneses, ocuparam todos os afluentes do rio Itajaí-Açu, até o planalto. No rio Itajaí-Mirim a ocupação começou com a fundação da colônia Brusque (1860). Italianos, poloneses e russos, entre eles um número razoável de etnia alemã, além de austríacos entraram no vale do Itajaí após 1875. No noroeste do Estado, próximo ao porto de São Francisco do Sul, a Cia. Hanseática de Hamburgo implantou em 1851 a colônia D. Francisca (Joinville), pólo de irradiação para a formação de outras colônias alemãs na direção do planalto catarinense: São Bento do Sul (1871), Hansa-Humboldt (1897) etc. Uma área de colonização com participação de colonos alemães também foi aberta no sul do Estado, na bacia do rio Tubarão. A mudança na política migratória, que impôs obstáculos ao estabelecimento de colônias com elementos de uma só etnia, fez com que áreas inicialmente “alemãs” passassem a receber imigrantes de outras nacionalidades, especialmente italianos, mas tanto o vale do Itajaí como a região de Joinville são considerados áreas de colonização alemã.

O Estado do Paraná recebeu principalmente alemães e descendentes egressos de outras áreas de colonização do sul do País. Excluindo a colônia de Rio Negro (1829)

— uma exceção no âmbito da colonização do Paraná — a primeira leva de imigrantes alemães chegou a Curitiba vinda da colônia D. Francisca (SC), em 1851. Houve, pois, uma reemigração interna na segunda metade do século XIX, dirigida para o Paraná. Incluindo a imigração direta, pode-se dizer que não houve no Paraná uma concentração tão compacta e isolada de alemães como a ocorrida no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nem as colônias alemãs do Paraná foram homogêneas. O maior número de imigrantes ficou na área de Curitiba, seja como colonos, seja, na área urbana, exercendo ocupações as mais diversas (principalmente atividades artesanais e de comércio). No mais, imigrantes alemães e egressos de outras regiões do Sul estabeleceram-se em núcleos agrícolas em Witmarsum (menonitas), Entre Rios (suábios do Danúbio), Lapa e Palmeiras (alemães do Volga), Toledo e General Rondon (teuto-riograndenses e catarinenses), Ponta Grossa, Boqueirão, Rolândia, Pato Branco, Castro, Paranavai (teuto- Catarinenses), Cruz Machado, Cascavel (teuto-riograndenses) etc. (cf. Aulich, 1953). O estabelecimento dessas colônias ocorreu, em grande parte, já no século XX, à exceção daquelas da área de Curitiba (meados do século XIX) e das colônias dos menonitas e alemães do Volga (décadas de 1870 e 1890).

No Espírito Santo o sistema foi o mesmo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: o centro da colonização alemã foram os vales superiores dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória (área incluída na região denominada “de terras frias”); portanto, na região montanhosa do centro do Estado. Houve predominância de pomeranos (Prússia), embora a primeira colônia, Santa Isabel (1847), tenha sido fundada por imigrantes de Hesse e Hünslruck. Esta colônia foi estabelecida no braço sul do rio Jucu, e daí a colonização irradiou-se por todo o vale daquele rio. O outro núcleo principal foi o de Santa Leopoldina (1857), no vale superior do rio Santa Maria da Vitória. A partir de 1876, com a fundação da colônia Santa Teresa, essa imigração vai se deslocar para as chamadas “terras quentes”, área dos afluentes do rio Doce. Com a fundação de Santa Teresa termina o fluxo de imigrantes vindos da Alemanha.

Embora o Espírito Santo não receba mais alemães desde a década de 1870, essas “comunidades de pomeranos” man-

têm, em grande parte, seu isolamento e endogamia. Todas as colônias com elementos de etnia alemã implantadas depois de Santa Teresa o foram por descendentes dos imigrantes que, no final do século XIX e já no século XX, repetiram o ciclo pioneiro no vale do rio Doce, vertente sul. São núcleos mistos, onde se estabeleceram também italianos, mas a marcação da origem ocorreu no nível das linhas coloniais³ (como no sul do País). Isto é, alemães ou colonos de origem alemã se concentraram em algumas linhas; italianos, em outras. Os teuto-capixabas ocupariam os altos vales dos rios Santa Maria, Doce e Santa Joana e médio rio Gundú.

A colonização — principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina — foi feita sobretudo em terras públicas, por iniciativa do governo brasileiro ou dos governos provinciais, ou por companhias particulares de colonização. A legislação que regulamentou o sistema de colonização e de aquisição de terras devolutas por imigrantes é federal, mas a maioria das colônias foi iniciativa ou dos governos provinciais ou de companhias de colonização particulares. Foi, pois, uma colonização concebida e dirigida pelo governo, cujo interesse era implantar um regime de pequenas propriedades agrícolas, produtoras de alimentos, em áreas não ocupadas pela grande propriedade. Os alemães, portanto, se dirigiram basicamente para áreas pioneiras, onde se instalaram em lotes de terras demarcados ao longo de “linhas” coloniais, sem grande margem de escolha. A dimensão desses lotes variava entre 25 e 30 hectares. A legislação estipulava a forma de pagamento e o título definitivo de propriedade podia demorar vários anos. Apesar do seu caráter dirigido, da existência de uma legislação própria e da presença de administrações coloniais, a desorganização imperou e os problemas não foram poucos (cf. Roche, 1968; Seyferth, 1974; Wagemann, 1915, entre outros). A propaganda de agentes que falseavam as reais condições de estabelecimento nas colônias agrícolas, a demarcação irregular dos lotes, a existência de sesmarias em áreas julgadas devolutas, a demora na expedição dos títulos de propriedade, as dificuldades de saldar as dívidas coloniais, o número excessivo de imigrantes encaminhados para algumas colônias, muitas vezes maior do que o número de lotes demarcados (cf. Seyferth, 1974), entre outras coisas, con-

tribuíram para dificultar a vida dos colonos. Por outro lado, o lote que cada família podia adquirir tornava-se insuficiente para a reprodução do campesinato ali formado a partir da segunda geração. O resultado de tudo isso foi uma grande mobilidade da população teuto-brasileira, assinalada em diversos estudos sobre o tema (cf. Willems, 1940, 1946; Roche, 1968, 1969). A migração para novas áreas abertas à colonização processou-se desde as últimas décadas do século XIX, e são os descendentes dos imigrantes das colônias mais antigas que vão se estabelecer, já no século XX, no oeste de Santa Catarina, no planalto e oeste paranaense e, mais recentemente, nas áreas pioneiras abertas em Mato Grosso e Rondônia. É assim que grande parte das colônias fundadas no oeste catarinense foram povoadas por teuto-riograndenses. No Paraná, parte das colônias, particulares ou não, também receberam teuto-riograndenses e teuto-catarinenses (cf. Aulich, 1953).

Esses dados sobre a implantação dos núcleos coloniais mostram a expressividade da imigração alemã e sua característica mais importante, já referida antes: foi um processo de colonização não espontâneo, que os descendentes dos imigrantes repetiram sucessivamente. O caráter dirigido desta colonização foi bem analisado por Roche (1969) e Waibel (1958), para o Rio Grande do Sul, e pouco percebido por outros autores que trataram do tema. A política imigratória do Império fez da imigração alemã sobretudo uma questão de colonização, e pelo menos no sul do País esse procedimento foi também uma estratégia dos governos provinciais, inclusive no período republicano. No Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo a imigração alemã se confunde com colonização; nos demais Estados onde ocorreu foi pouco expressiva. Quando Jean Roche (1969: 3) afirma a subordinação do imigrante à colonização está se referindo à tutela do governo brasileiro sobre o imigrante, que não tinha qualquer escolha! Nesse sentido, foi uma colonização dirigida e patrocinada por órgãos do governo brasileiro, e o termo colônia, aqui, nada tem a ver com o imperialismo alemão, como muitos autores afirmavam no auge do debate sobre o pangermanismo e o nazismo. Os imigrantes assimilaram essa identidade de colonos e afirmaram seu caráter pioneiro. A colonização foi controlada por uma legislação

rígida, as colônias administradas por indivíduos designados pelo governo e, no caso das chamadas "colônias particulares", administradas por empresas de colonização constituídas na Europa ou no Brasil, havia uma clara subordinação às legislações federal e estadual sobre o assunto. Os imigrantes/colonos, portanto, não tinham qualquer controle sobre o processo — eram simplesmente conduzidos às áreas coloniais, onde recebiam, por compra, um lote de terras destinado ao trabalho agrícola, que raramente ultrapassava os 25 hectares. Houve uma tendência a constituir colônias homogêneas — ainda que em áreas de colonização mista — isoladas pela língua, pelos costumes e, às vezes, até pela religião. A maioria delas se expandiu a partir do final do século XIX: grande parte dos núcleos transformou-se em cidades pequenas e médias (industrializadas ou não), as atividades comerciais e artesanais se intensificaram e o contato com imigrantes de outras nacionalidades (inicialmente também isolados nas suas linhas coloniais) e com brasileiros passou a ser mais constante. Este é o período mais problemático: os problemas fundiários já são bastante sérios na terceira geração de colonos, o que provocou, em primeiro lugar, a migração para outras áreas de colonização abertas no oeste de Santa Catarina e Paraná (décadas de 1920/40) e, mais recentemente, em Mato Grosso e Rondônia; e, em segundo lugar, o deslocamento de parte da população rural para áreas urbanas, inclusive para as cidades maiores, como Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. Por outro lado, nas linhas coloniais, povoados e cidades proliferaram as instituições de cunho germânico — sociedades culturais e recreativas, escolas primárias com ensino em alemão, atividades comunitárias das igrejas luterana e católica etc. — e jornais e outras publicações periódicas que, além do caráter informativo, se identificaram com ideologias de cunho nacionalista alemão. Estas instituições e esta imprensa, com maior ou menor intensidade, sofreram a influência do pangermanismo e do nazismo, ou simplesmente afirmavam o seu caráter étnico germânico, expresso, em grande parte, pelo conceito de *Deutschtum* (germanidade). Este caráter étnico provocou todo um debate a nível nacional sobre a conveniência da imigração alemã, que se intensificou com a divulgação da retórica

expansionista da Alldeutsche Verband (Liga Pangermânica), no final do século XIX.

O debate sobre a questão étnica envolvendo os descendentes de imigrantes alemães (entre outros) é retomado na década de 1930, motivado sobretudo pelas investidas dos nazistas nas áreas de colonização alemã — onde chegaram a ser estabelecidos diretórios (*Ortsgruppe*) do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. A questão recrudesciu durante o Estado Novo, com a campanha de nacionalização, que pretendia a assimilação total, à força se necessário, dos descendentes de imigrantes.⁴ A história dessas “colônias” após a Segunda Guerra Mundial é sobretudo uma história de desenvolvimento econômico, da expansão dos colonos sem terra para novas áreas pioneiras, da sua integração definitiva à vida nacional — sem perder necessariamente o caráter étnico, apesar da ação nacionalizadora promovida pelo Estado Novo, que atingiu as instituições comunitárias identificadas com a germanidade.

A história da imigração e colonização alemãs no Brasil tem, pois, mais de 160 anos. Durante esse longo período foram publicadas algumas centenas de livros e artigos sobre o assunto — uma bibliografia bastante heterogênea e desigual, onde a contribuição das chamadas Ciências Sociais foi muito pequena. Nessa bibliografia predominam trabalhos descritivos sobre determinadas colônias e textos de historiadores locais, mais preocupados em demonstrar a eficiência dos colonizadores e enaltecer figuras expressivas da comunidade, especialmente aquelas vinculadas à política e ao desenvolvimento industrial. A maioria desses autores não tem formação acadêmica e muito menos uma preocupação analítica. A contribuição mais expressiva vem da Geografia e, em menor grau, da História, da Antropologia e da Sociologia. Além disso, têm interesse as publicações com caráter de propaganda — algumas com o objetivo expresso de atrair imigrantes — publicadas na Alemanha e aquelas destinadas a denunciar o “perigo alemão” e as atividades nazistas nas colônias brasileiras. Informações sobre as colônias, especialmente as do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, podem ser obtidas em um grande número de livros de viajantes e nas publicações comemorativas. E, finalmente, trabalhos mais gerais sobre a imigração no Brasil incluem análises sobre a colonização alemã.

Uma revisão bibliográfica de toda a produção sobre imigração e colonização alemã no Brasil é praticamente impossível nos limites de um artigo. Existem dificuldades para levantar todas as fontes, uma vez que a maior parte dessa produção foi publicada antes de 1950. Tentarei, pois, dar conta dos itens assinalados no parágrafo precedente; de modo algum pretendo fazer uma análise bibliográfica completa, e de fato excluí a maior parte das publicações em periódicos.

Ao fazer uma resenha de trabalho sobre as colônias alemãs no sul do Brasil, Alexander Marchant refere-se à dificuldade de obter as indicações: “The selection of items has not been easy because the literature (...) is neither extensive nor detailed. Except in one or two instances, no other people have been as interested in the Germans of south Brazil as the Germans themselves in south Brazil and in Germany itself” (Marchant, 1939: 418). A maior parte da literatura foi, de fato, produzida em língua alemã e editada na Alemanha ou no sul do Brasil, o que torna difícil localizá-la até mesmo nas grandes bibliotecas brasileiras. Quanto às análises bibliográficas, conhecemos apenas três, incompletas até em função da data de publicação: as de Maack (1939), Marchant (1939) e Fouquet (1950), sendo que esta última se refere apenas ao vale do Itajaí.

A literatura relacionada com a propaganda e com os meios de promover a colonização com imigrantes

Algumas das referências mais importantes sobre a imigração alemã podem ser obtidas nos textos que visavam a atrair imigrantes para o sul do País, e que remetem também ao debate mais geral sobre o problema da colonização, sobretudo na segunda metade do século XIX. A questão da conveniência da imigração alemã é abordada tanto em trabalhos mais ou menos oficiais — “Memórias” e “Relatórios” produzidos para o governo, publicados na forma de livros — como em fascículos e livros de propaganda publicados na Alemanha por diretores de colônias, viajantes, ou pessoas e instituições encarregadas de contratar a vinda de colonos para o Brasil. Grande parte dessa bibliografia é da segunda metade do século XIX, embora exista também uma produção análoga nas três primeiras décadas do século XX.

Vários trabalhos de autores brasileiros servem como exemplo desse tipo de preocupação, corrente no âmbito do debate mais geral sobre a imigração durante o Império: Visconde de Abrantes (1941 [1846]), Tavares Bastos (1976 [1867]), Galvão (1871), Carvalho (1874), Menezes e Souza (1875), Jaguaribe (1878), Prado (1889), além da propaganda sobre o Brasil, publicada em alemão, com o patrocínio do governo brasileiro, que apresentava o País nas exposições mundiais de Viena (1873) e Filadélfia (1876). Aliás, o artigo de Eduardo da Silva Prado ("L'immigration") é o capítulo XVI de um volume organizado por Santana Nery e publicado no âmbito da Exposição Universal de Paris, em 1889. As exposições universais, assim, também serviram ao propósito da imigração.

A *Memória sobre os Meios de Promover a Colonização* é o ponto de partida dessa discussão, e foi publicada pela primeira vez em Berlim, em 1846, pelo Visconde de Abrantes, representante diplomático brasileiro naquela capital — uma encomenda do governo brasileiro, interessado em que fosse retomado o fluxo imigratório para o País. Além de ter influído as discussões posteriores e a própria política de imigração e colonização, a *Memória...* reflete a opção do seu autor pela forma norte-americana e britânica de colonizar: os exemplos dos Estados Unidos (e do sucesso de sua política imigratória), bem como da colonização inglesa na Austrália e Canadá, ocupam grande parte do texto. Indiscutivelmente, o imigrante visado é o alemão. Ao mesmo tempo, a qualificação do colono ideal pretendido pelo País (e atribuída aos alemães) é um bom exemplo da ideologia colonizadora do governo imperial: os colonos devem ter "aptidão para o trabalho agrícola", "amor ao trabalho e à família, sobriedade, resignação e respeito às autoridades" (Abrantes, 1941, p. 834). Nesse sentido, o País só deveria aceitar imigrantes artifices e/ou agricultores. As grandes questões levantadas no texto vão aparecer também nas outras publicações: organização de um sistema de colonização cuja base deve ser a venda de terras públicas, previamente demarcadas, com imediata concessão do título de propriedade, no sul do País e no litoral de São Paulo. As condições para o sucesso desse sistema é o trabalho livre — a escravidão é tomada como empecilho a este trabalho livre do imigrante — a li-

berdade de culto e o problema da naturalização, que o autor considera excessivamente demorada. Abrantes condena a doação de terras e a intermediação de empresários e armadores de navios, até então encarregados de arrematar imigrantes na Alemanha, e, finalmente, revela uma grande preocupação com a opinião adversa que os europeus têm do Brasil, incluindo como anexos à *Memória...* trechos de uma carta de W. Stricker, cônsul da Suíça na Bahia, um artigo do Conde de Gobineau, publicado na *Revue Nouvelle*, e artigos dos jornais *Gazeta de Augsburg* e *Gazeta de Colônia* — todos de 1846, emitindo opiniões desfavoráveis à imigração para o Brasil.

Os trabalhos subsequentes de Carvalho (1874) e Menezes e Souza (1875) não só fazem referência à *Memória...* de Abrantes como sugerem soluções semelhantes, sempre tendo em vista a imigração européia, especialmente a alemã. Ainda com maior ênfase esses autores condenam o trabalho escravo e a falta de liberdade religiosa, que julgam ser os empecilhos maiores à imigração.

Resumindo, os debates sobre a colonização e imigração estavam centrados em alguns pontos fundamentais, analisados pelos autores mencionados:

a) implantação, no sul do País (para alguns), ou abaixo do Paralelo 16 (para outros), de um sistema de pequenas propriedades com base na venda de terras públicas (ou até particulares) e no trabalho livre. Estavam implícitas, aqui, a condenação tanto do sistema escravista no âmbito da colonização, como da concessão de terras públicas a imigrantes. Embutidas nos textos estão propostas de modificação da legislação referente à venda de terras e concessão de títulos de propriedade a estrangeiros. Vinculada a essa questão das terras havia a proposta de agilização dos processos de naturalização, dificultados pela legislação do Império;

b) em alguns textos existe a condenação do sistema de parceria tal como fora implantado em São Paulo pelo senador Vergueiro (Carvalho, 1874) ou sua defesa, sugerindo a reforma do sistema de modo a permitir um equilíbrio das relações entre fazendeiros e colonos (Tavares Bastos, 1976). De qualquer forma, o livro de Davatz (1941 [1858]), denunciando os abusos do sistema e descrevendo a revolta dos colonos em Ibiacaba (SP), é citado por alguns desses autores como um dos em-

baraços à atração de imigrantes alemães para o Brasil;

c) a “questão religiosa”, evidentemente, afetou em particular a imigração alemã. A preocupação da maioria dos autores citados é com a perda de imigrantes protestantes para a Argentina e os Estados Unidos. Nesse caso, indicam a liberdade de culto e a instituição do casamento civil como saída para o impasse. No âmbito dessa discussão, Carvalho (1874), Menezes e Souza (1875) e Tavares Bastos (1976) vêem no casamento civil, e, portanto, na legalização das uniões matrimoniais dos imigrantes não-católicos a solução do problema. Segundo eles, deve-se distinguir no casamento dos não-católicos o ato civil e o ato religioso. Menezes e Souza (1875, pp. 31 e ss.) vai mais além nas críticas à inexistência do casamento civil como instituição, denunciando no seu *Relatório*, especialmente no 1.º capítulo, “a ignorância e a imoralidade do clero, a ambição de mando temporal da parte do Episcopado brasileiro, traduzindo-se na luta imprópria chamada *questão religiosa*” (p. 31, o grifo é do autor). Ao mesmo tempo, destaca a questão educacional, a falta de “liberdade de consciência”, a falta de instituições de crédito agrícola, os defeitos dos contratos de parceria, a falta de transportes e vias de comunicação e a criação de colônias longe dos mercados e em terras ruins como outras tantas causas a prejudicar a vinda de imigrantes para o Brasil;

d) a questão da escravidão, abordada indiretamente, já que a discussão é em torno das vantagens do trabalho livre e não propriamente da abolição, ocupa um lugar de destaque nessa bibliografia. Aqui a escravidão é vista como má propaganda para o País. Não há uma preocupação com os escravos negros e com a abolição e seus efeitos, mas uma reflexão sobre a impossibilidade de implantação do trabalho livre com a permanência do trabalho escravo — preocupação, aliás, também presente em textos abolicionistas, como em Nabuco (1977).

Ao proporem o imigrante europeu como o ideal para o País, esses autores condenam outros tipos de imigração, especialmente a africana e a asiática. O trabalho mais exemplar e representativo nesse sentido é o de Menezes e Souza, que faz o elogio das colônias alemãs no sul do Brasil (com referência a Blumenau, Joinville e São Leopoldo) para concluir: “A Ale-

manha deve ser o viveiro da imigração para o Brasil” (p. 405). O autor qualifica como imigrantes igualmente desejáveis os belgas, suíços, espanhóis, italianos e portugueses, numa hierarquização de “capacidades” realmente notável e que traduz bem a ideologia dominante sobre o assunto: os alemães são ideais porque obedientes às autoridades e excelentes agricultores; belgas e suíços dever ser admitidos desde que, comprovadamente, sejam agricultores e artesãos; os espanhóis porque são bons agricultores; os italianos porque são bons mascates e artífices; e, finalmente, os portugueses porque são “excelentes trabalhadores rurais” e, por isso, “valioso auxílio à lavoura nacional”. Há uma condenação peremptória de qualquer imigração africana — seria “o indireto restabelecimento do tráfico” — e asiática, especialmente chinesa — a civilização chinesa é apresentada como a antítese da civilização moderna (cf. Menezes e Souza, 1875, pp. 403-27).

Qual a razão para a defesa da colonização com imigrantes alemães quando os próprios textos aqui mencionados deixam entrever a polêmica sobre o “perigo alemão”? Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que os argumentos contra essa imigração são de outra ordem: critica-se no alemão o orgulho nacional responsável pela sua tendência a permanecer alemão, sem amalgamar-se aos brasileiros — o que traria riscos à integridade da Nação brasileira. Outro ponto a incômodar parte da elite é a questão religiosa, ou seja, a imigração alemã significava a presença no País de uma população protestante. Em segundo lugar, até pelo menos 1875 — ano em que se intensificou bastante a imigração italiana — foram as colônias “alemãs” as que apresentaram melhores resultados, apontando-se para o fracasso das tentativas com colonos belgas e irlandeses-americanos em Santa Catarina. Não é gratuito, ainda, que a polêmica sobre a inconveniência da colonização alemã surgisse na década de 1870, época em que a Alemanha desponta como potência mundial após a unificação do país.

Antes mesmo da introdução da ideologia pangermanista no sul do País (cf. a quarta seção deste artigo) os críticos da imigração alemã já contrapunham o “Brasil latino e católico” à “Alemanha protestante”, preocupados com a formação de um Brasil germânico, protestante em hábitos e índole, no Rio Grande do Sul e

Santa Catarina. Há referência a artigos de jornais de retórica germanófoba em Carvalho (1874), que argumenta a favor da liberdade religiosa e está preocupado antes com o sucesso da colonização. A defesa da colonização alemã, quase sempre usando-se o argumento do sucesso econômico das colônias, é objeto de trabalhos de autores tão diferentes quanto Galvão (1871), Menezes e Souza (1875) e Taunay (1889). O texto de Taunay é um dos mais enfáticos: trata-se do discurso que proferiu no Senado, no qual os colonos alemães são apresentados como bons cidadãos que não podem ser perdidos para a Argentina. Já o "Relatório" de Galvão (como o de Menezes e Souza, dirigido ao ministro da Agricultura) apóia-se em bases estatísticas e em descrições da viagem realizada às colônias de Blumenau, Itajaí (Brusque), Príncipe D. Pedro e D. Francisca (Joinville) para recomendar enfaticamente a colonização alemã. Eduardo da Silva Prado (1889), por sua vez, dá destaque ao sucesso da colonização alemã fazendo uma rápida análise sobre as colônias.

Nessa mesma linha de análise foram publicados dados sobre as colônias alemãs — com clara intenção de propaganda — nos textos em alemão que apresentavam o Brasil nas Exposições Universais de Viena e Filadélfia (Das Kaiserreich Brasilien, 1973 e 1976). O sucesso da colonização alemã, por paradoxal que pareça, vai ser objeto de dois trabalhos de autores franceses interessados em promover uma colonização com imigrantes franceses no Brasil. Trata-se dos livros de Reybaud (1856) e Assier (1867), onde o Brasil é apresentado como um excelente País para a colonização com imigrantes, e as colônias alemãs como um modelo a ser seguido. Apesar da sua orientação geral ser antialemã, esses trabalhos contêm dados sobre as colônias e, por outro lado, servem também de suporte à propaganda da colonização alemã, ainda que com o propósito de estimular a imigração francesa.

Os trabalhos dos autores brasileiros até agora mencionados revelam — ainda que indiretamente — a existência de um amplo debate sobre imigração/colonização, no qual o imigrante alemão se tornou a "grande questão"; um debate que se trava inclusive no Parlamento e na Imprensa⁵ e que vai tomar contornos mais radicais no final do século XIX. Mas a bibliografia citada é, em todos os sentidos, fa-

vorável à imigração alemã, e tem como argumento maior, em primeiro lugar, o exemplo das "colônias bem-sucedidas" (Blumenau, D. Francisca, São Leopoldo etc.) e, em segundo lugar, os exemplos dos Estados Unidos e da Argentina, cuja propaganda intensa estaria roubando ao Brasil um grande número de possíveis colonos.

Juntamente com todas as outras soluções propostas, a propaganda sobre as condições favoráveis do País para promover a colonização é apontada como forma de atrair imigrantes (e, assim, desviá-los do caminho da Argentina). No entanto, se o governo brasileiro, inclusive através de eventos considerados importantes como as exposições universais, promoveu a propaganda, foram os próprios alemães interessados nesse tipo de empreendimento que publicaram folhetos, artigos de jornais e revistas, livros etc. incentivando a imigração para o sul do Brasil. Muitos deles são importantes fontes de pesquisa, apesar das distorções cometidas em nome da propaganda. O destaque maior cabe aos trabalhos de Hermann Blumenau, uma das figuras mais festejadas dessa colonização. Foi sua iniciativa particular, após longos entendimentos com o governo brasileiro, a fundação da mais conhecida de todas as colônias — que leva o seu nome — no rio Itajaí-Açu (SC), em 1850. Os textos de Blumenau (1850, 1851 *a* e *b*, 1857, 1866), na forma de relatório, contêm dados fragmentados sobre a colônia, instruções e observações para possíveis emigrantes e, sobretudo, constituem uma forma de propaganda que ressalta as condições positivas da Província de Santa Catarina para a implantação de colônias com agricultores alemães.

Nessa mesma linha de retórica podem ser incluídas publicações sobre a colônia D. Francisca (Joinville), fundada também na década de 1850, por iniciativa de uma companhia particular. Alvensleben (1854), Doerffel (1882) e Hühn (1852),⁶ entre outros, além de despreverem a colônia, procuram influenciar o emigrante com a apresentação de uma espécie de *guia* para o futuro colono. O mesmo Doerffel (1865) escreveu um prospecto mais amplo apresentando as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina aos possíveis candidatos a colonos.

Publicações dessa natureza foram comuns até a década de 1920, sempre com as mesmas características: descrição de

colônias bem-sucedidas; textos mais gerais mostrando o sucesso (principalmente econômico) da colonização alemã no sul do País; conselhos, observações e informações consideradas úteis e práticas para aqueles que pretendem emigrar — enfim, o sul do Brasil como *Auswanderungsland* para o agricultor alemão. São exemplos desse tipo de publicação: Hormeyer (1857), Ferraz (1859), Ihering (1885), Jannasch (1898, 1905), Aldinger (1904), Brokamp (1924), Decker (1926). Excelente exemplo do material de propaganda editado pelas companhias de colonização é o *Prospekt* (s/d) da Cia. Hanseática de Colonização. Este tipo de material é de difícil localização, na sua maioria folhetos editados na Alemanha pelas próprias empresas. Por outro lado, existiram na Alemanha periódicos vinculados a institutos (oficiais ou não) de emigração, ou identificados com o *Deutschtum*, empenhados não só na orientação aos emigrantes, como também em defender os interesses alemães — não só com referências ao Brasil, mas também a outros países que atraíram a emigração alemã como Estados Unidos, Argentina e Chile. É o caso do *Allgemeine Auswanderzeitung* (jornal editado de 1846 a 1871 em Rudolstadt), do *Deutsche Auswandererzeitung* (jornal editado em Bremen de 1851 a 1875) e dos periódicos *Der Auslandsdeutsche* (Stuttgart), *Export* (Berlim), *Deutsche Erde* (Gotha) e *Deutschtum und Ausland* (Münster), todos publicados nas décadas de 1920/1930. Os dois primeiros claramente pretendiam orientar aqueles que deixavam o país; os demais eram, em primeiro lugar, divulgadores do *Deutschtum*, e se de alguma forma influíram na emigração para o Brasil, foi através de artigos que davam destaque às colônias como bem-sucedidos exemplos do trabalho alemão.

A heterogeneidade da literatura descritiva sobre as colônias alemãs

A vida nas colônias alemãs e outros aspectos relacionados à terra e ao cotidiano dos brasileiros foram objeto de análise de muitos “viajantes” que percorreram o Brasil, principalmente no século XIX. Esses relatos de viagens, na sua maioria de autores alemães, incluem dados históricos e descrições do cotidiano das colônias visitadas, além de informações mais gerais sobre relevo, flora, fauna, clima etc. Entre as colônias mais visitadas estão

Joinville e Blumenau (SC), São Leopoldo (RS) e as comunidades da bacia do Jacuí (RS).

A bibliografia pode ser dividida em dois grupos: os textos mais conhecidos e festejados são de autores que viajaram pelo Brasil e registraram sua passagem, dentre outros lugares, por áreas de colonização alemã (principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina); outros viajantes escreveram especificamente sobre as colônias, preocupados não só com as condições de vida dos colonos como com problemas mais gerais da emigração alemã.

O primeiro grupo inclui trabalhos clássicos que descrevem colônias visitadas no início do processo de colonização, na segunda metade do século XIX, como von Tschudi (1866/69), Avé-Lallemant (1859) e Canstatt (1877). Von Tschudi, um naturalista suíço, que percorreu a América do Sul na década de 1860, descreve sua viagem pelas regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dedicando particular atenção a Blumenau e às condições de colonização no Brasil. O roteiro da viagem de Avé-Lallemant incluiu Blumenau ainda sob a administração particular do seu fundador; descreve as regiões de colonização de Santa Catarina, na época restritas ao médio vale do Itajaí-Açu, D. Francisca e proximidades de Florianópolis.⁷ O livro de Canstatt, por outro lado, tem um objetivo mais concreto, exposto no prefácio e nos parágrafos finais: tornar o Brasil conhecido na Alemanha e recomendar a emigração de alemães para as províncias do sul do País, tendo em vista o clima e o sucesso dos empreendimentos coloniais ali realizados. Este autor, um especialista em geografia, com clara influência de Wappäus, percorreu a região de colonização de São Leopoldo e do vale do Jacuí (RS), além de apresentar dados sobre os alemães de Desterro (Florianópolis, SC). Os três são textos de referência obrigatória para qualquer tentativa de reconstituição histórica do processo de colonização. O outro trabalho importante do século XIX é a descrição da passagem do americano Daniel P. Kidder pela colônia D. Francisca, seis anos após a sua fundação pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo (Kidder e Fletcher, 1857, caps. XVII e XVIII). Devem ser mencionados, ainda, os livros de viagem de Bigg-Whitter (1878), Hofmann (s/d) e Schanz (1893), este último um

geógrafo que dedica especial atenção às questões da colonização em Blumenau.

As narrativas, de viagem, porém, não se esgotam no século XIX; o mesmo tipo de texto pode ser encontrado até pelo menos a década de 1930, fazendo parte da obra de geógrafos como Lacmann (1906) e Dettmann (1935). Além desses, podem ser citados, como exemplo, Ulmann (s/d), Hesse-Warteg (1915), Koehler (1924), Hoffmann-Harnisch (1938) — todos alemães, de formação diversa, que descrevem viagens ao Brasil com visitas às *deutschen Siedlungsgebiete*.

A expressão *deutschen Siedlungsgebiete* (regiões de colonização alemã), aliás, indica o duplo aspecto focalizado nesse tipo de texto descritivo: aos autores interessam não apenas o espaço das colônias, sua população de imigrantes alemães, os aspectos peculiares da vida cotidiana, a economia agrícola e sua contribuição ao desenvolvimento do País etc., mas também a região, a terra, com descrições da vegetação, relevo, fauna, clima, questões de adaptabilidade do imigrante, possibilidades de desenvolvimento do sistema de colonização agrícola, bem ao estilo da geografia geral que serve de orientação à maioria dos viajantes. Ainda que muitos desses autores não sejam especialistas em geografia, sua maneira de descrever segue a orientação "terra/gente" característica dos trabalhos geográficos do século XIX — exemplarmente apresentados em textos como o de Canstatt (1877). A "terra" e a "gente" surgem no contexto dos relatos de viagens entremeados por descrições pitorescas, dados históricos, previsão sobre o êxito ou fracasso de empreendimentos coloniais, questões de salubridade etc. Mas a "jovem Alemanha na floresta virgem" referida por Canstatt no capítulo XVII do seu livro vai aparecer, sob a chancela do *Deutschtum*, principalmente nos textos de autores que viajaram especificamente às colônias alemãs do Brasil em particular, e da América do Sul em geral: Märckel (1876), Dilthey (1882) e Schoeneich (s/d) relatam sua passagem pelas colônias do sul do Brasil, Uruguai e Argentina; Wagner (1881), Zöller (1883), Stutzer (s/d), Steinitzer (1918), Gernhard (1900, 1901), Grube (1920), Timpe (1925), Kolass (1931) e Herzig (1935) fazem descrições de viagens ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, dando ênfase às colônias mais exemplares, como São Leopoldo, Blumenau, Joinville e Ijuí. O mais importante

deles é o trabalho de Zöller, que ultrapassa os limites de um relatório de viagem para apresentar as colônias que visitou (principalmente Blumenau) do ponto de vista do desenvolvimento econômico.

Nesse panorama dominado por autores alemães, o trabalho do Padre Giacomo Vicenzi (1904), que percorre o vale do Itajaí em 1902, é uma exceção. Sua narrativa é prejudicada pela preocupação pastoral: tudo na Blumenau supostamente protestante é visto sob uma ótica distorcida.

Um conjunto peculiar de informações sobre a colonização alemã é constituído pelos textos de Prestien (1859), T. Stutzer (1889), G. Stutzer (1886, 1887, 1913, 1924 e s/d-a), Ammon (s/d), Leyfer (1902), Heinrichs (1921), Westphal (1924), Weissenbruch e Lange (1930), Schaefer (1927), Freedon (1936) e Weiss (1950). São quase sempre depoimentos a partir da experiência de antigos colonos ou de pessoas que participaram da administração colonial, ou que simplesmente pretendem dar conselhos práticos e orientação a novos imigrantes. A finalidade desses textos não foi a propaganda para atrair imigrantes — como no caso dos textos de Blumenau, Jannasch e Doerffel que, ao lado de conselhos úteis para os futuros colonos e informações sobre as colônias, visavam, principalmente, àquela finalidade. A tônica da maioria desses trabalhos gira em torno do pioneirismo dos colonos, apresentados como desbravadores da selva; nesse sentido, a palavra mais freqüente nesses textos é *Urwald* (selva). Nenhum deles minimiza as dificuldades, muito pelo contrário, mas a experiência é vivida como positiva e o pioneirismo é idealizado com fartos elogios ao trabalho alemão. Essa questão do pioneirismo, porém, perpassa esse conjunto de trabalhos e será retomada mais adiante. Entre os autores citados, Ammon, o casal Stutzer, Weiss, Westphal e Heinrichs foram colonos pioneiros que mais tarde deixaram essa atividade. Ammon e Therese Stutzer descrevem sua experiência na forma de contos; mas os textos mais importantes são os de Gustav Stutzer, que foi colono em Blumenau e conviveu com o administrador da colônia, Dr. Blumenau. Seus trabalhos refletem essa sua experiência, além de descreverem a colônia e seu desenvolvimento, e alguns deles foram reeditados várias vezes. A Sra. Schaefer relata sua experiência como esposa de um pastor

luterano que atuou no sul do Brasil e nas comunidades teuto-americanas dos Estados Unidos. Weissenbruch e Lange — o primeiro, um administrador colonial; o segundo, um geógrafo ligado à Cia. Hanseática de Colonização — informam sobre a colônia Hansa (Ibirama, SC) e dão conselhos que consideram úteis aos colonos que ali pretendiam se estabelecer. O trabalho de Freedon, embora referido à América do Sul, aborda questões técnicas sobre a colonização no Sul do Brasil, em linguagem popular. Nessa mesma linha, o livro de Leyfer é um verdadeiro tratado sobre formas de cultivo e técnicas de colonização, precedido de uma descrição sobre a vida (principalmente econômica) das colônias de Santa Catarina.

Mas se este tipo de bibliografia é relativamente comum (aqui estão citados apenas os trabalhos mais expressivos), as biografias e autobiografias são bem mais raras. Sabe-se da existência de manuscritos autobiográficos (e outros do tipo acima referido) em instituições como a Fundação Dr. Blumenau e o Instituto Hans Staden (de São Paulo); sabe-se também que parte da produção manuscrita em alemão, que se encontrava em mãos de particulares ou até de instituições teuto-brasileiras, foi destruída durante a campanha de nacionalização.⁸ Um exemplo da utilidade desse tipo de fonte são as autobiografias de Josef Umann — nascido em 1850 na Boêmia alemã, atualmente parte da Tcheco-Eslováquia —, publicada em edição bilingüe, e de Paul Hering — nascido em 1861 na Saxônia (Alemanha) —, publicada em 1980. O primeiro relata sua trajetória como imigrante/colono desde a Boêmia até a Linha Cecília, colônia situada no atual Município de Venâncio Ayres (RS) e que fazia parte do conjunto da colônia do Alto Sampaio, povoada a partir de 1876 por imigrantes alemães, na sua maioria boêmios. O título do manuscrito original em alemão é elucidativo: *Lebenslauf von Josef Umann und zugleich Entwicklungsgeschichte der Linha Cecília, Venâncio Ayres* — isto é, “a vida de Josef Umann e simultaneamente a história do desenvolvimento da Linha Cecília, Município de Venâncio Ayres”. A narrativa de Umann inclui sua experiência como operário da indústria de vidro e como integrante do movimento operário socialista na Boêmia; sua opção pela emigração, tendo em vista as péssimas condições de trabalho; o início do seu estabelecimento

como colono num lote da Linha Cecília e o desenvolvimento da colônia, inclusive sua participação na vida cultural e intelectual do Município. O segundo, filho mais velho de Hermann Hering, emigrou para o Brasil em 1879, a chamado do pai, para instalar uma pequena indústria têxtil a Gebrueder Hering — que deu origem ao atual Grupo Hering, de Blumenau. Ambos, a seu modo, são relatos bastante elucidativos sobre a trajetória de imigrantes no sul do Brasil.

Os estudos biográficos também não são muito numerosos e apenas algumas das figuras de maior projeção no meio teuto-brasileiro tiveram sua vida analisada em profundidade. Entre os mais conhecidos estão os trabalhos de Silva (1935), Roloff (s/d), Fouquet (1979) e Jamundá (1966), sobre a vida e obra do Dr. Hermann Blumenau; os de Moeller (1915) e Silva (1940), sobre o naturalista Fritz Müller; e os de Koehne (1937), Oberacker (1938) e Carneiro (1959), sobre o jornalista e político Karl von Koseritz. As biografias do Dr. Blumenau são todas laudatórias, especialmente as de Silva e Jamundá, que se excedem nos elogios e perdem em análise. O título do trabalho de Jamundá é por si mesmo elucidativo, preocupado que estava em mostrar a “brasilidade” do biografado! Já os autores que trataram da vida de Karl von Koseritz procuraram mostrar a sua atuação como jornalista e seu papel de articulador político e líder intelectual da população teuto-brasileira do Rio Grande do Sul. Os três volumes sobre a vida, a obra e o papel de Fritz Müller na colonização de Blumenau editados pelo seu sobrinho, Moeller, incluem, além da bibliografia comentada, toda a correspondência do naturalista e uma excelente biografia, onde estão contidos dados importantes sobre a colônia Blumenau e suas querelas políticas.

O número de biografias mais detalhadas — publicadas na forma de livros — parece reduzido. Porém, deve ser assinalado que a vida e a obra de alemães e teuto-brasileiros considerados importantes para a história da imigração e colonização ou apenas a nível local — com destaque para os já citados Blumenau, Koseritz e Fritz Müller; para os pastores luteranos Wilhelm Rotermund, Hermann Faulhaber e Hermann Dohms (estes três com atuação destacada não só no plano religioso como também em atividades culturais e como editores);⁹ para fundadores e admi-

nistradores de colônias como João Daniel Hildebrand, Ottokar Doerfel, Barão M. von Schneeberg, Jacó Rheingantz, Ludwig Niemeyer etc., além de líderes religiosos católicos, líderes políticos, empresários e outros mais — têm sido objeto de descrição e análise em obras de cunho mais geral, como, por exemplo, em Oberacker Jr. (1968), e nas mais diversas publicações comemorativas e de cunho histórico, editadas, na maior parte dos casos, por instituições teuto-brasileiras.

As publicações comemorativas, de um modo geral, costumam ser puramente descritivas, incluindo assuntos os mais diversos relacionados tanto à história e geografia das comunidades a que se referem, como às atividades econômicas, escolares, culturais e recreativas. Essa vasta literatura, muito diversificada, e da qual me ocuparei apenas em parte, foi quase sempre editada em língua alemã até 1939, sob influência do *Deutschtum*, e a partir da década de 1940 deixa um pouco de lado a retórica germanófila e passa a ser publicada em português — mas sem perder o tom ufanista em relação ao sucesso da colonização! Sua utilidade enquanto fonte de informações sobre a imigração e colonização — *Deutschtum* enquanto ideologia, inclusive — está na incorporação de material estatístico e histórico e na transcrição de documentos tais como relatórios de diretores de colônias, depoimentos pessoais, estatutos de sociedades culturais, listas de imigrantes com a procedência, profissão etc. e de artigos assinados sobre diversos assuntos relacionados à sociedade teuto-brasileira, como a questão da modificação da língua alemã no meio brasileiro (Fausel, 1959) e tudo o que pode ficar sob a rubrica do folclore (costumes, festas etc. de origem alemã e mantidos pelos descendentes).

Essas publicações foram, na maior parte dos casos, organizadas por comissões de festejos, e nelas nem sempre constam os nomes dos organizadores; outras têm um editor. Podem ser agrupadas em três tipos:

a) *Publicações comemorativas dos 25, 50 ou 100 anos de fundação de instituições específicas*, como as *Schützenvereine* (Sociedades de Caça e Tiro), *Gesangsvereine* (Sociedades de Canto), *Turnvereine* (Sociedades de Ginástica), e outras sociedades culturais e recreativas, igrejas (principalmente a luterana) e escolas. São publicações modestas, na maioria dos casos

em formato de folhetos que raramente ultrapassam 30 ou 40 páginas. Elas são menos frequentes após 1940, quando foi proibida a edição de textos em alemão, e também porque parte das instituições teuto-brasileiras desapareceu no âmbito da campanha de nacionalização (como as escolas alemãs e as sociedades de canto) ou se transformou em simples sociedades recreativas, com o caráter étnico diluído, como foi o caso de um dos baluartes do *Deutschtum* — a *Schützenverein*. É praticamente impossível relacionar toda essa produção, em parte perdida nos meandros da nacionalização. Como exemplos podem ser citadas a *Festschrift zum 50 Stiftungsfest des Schützenverein Brusque* (1916), comemorativa do cinquentenário de fundação do Clube de Caça e Tiro da colônia Brusque; a *Festschrift zum 75 Jahre Schützengesellschaft Blumenau* (1934), comemorativa dos 75 anos de fundação de Sociedade de Caça e Tiro de Blumenau; a *Festschrift zum 60 jährigen Bestehen des Deutsch-Evangelischen Schule Brusque* (1933), comemorativa dos 60 anos de estabelecimento da Escola Evangélica Alemã de Brusque (ensino primário ministrado em alemão); a *Festschrift zur 25 Wiederkehr des Einweihungstages der Deutschen Evangelischen Kirche in São Paulo*, comemorativa dos 25 anos do aniversário de consagração da igreja evangélica luterana em São Paulo; a publicação comemorativa do cinquentenário da Comunidade Evangélica de Ibirama (1954); a *50 Jahre Handwerker — Unterstützungs Verein*, de Curitiba (1934), comemorativa dos 50 anos de fundação da Sociedade de Auxílio aos Artífices (operários) Teuto-Brasileiros de Curitiba; e os textos editados por Sheerer (1932), Scheible (1950) e Wüstner (1955), todos comemorativos relacionados ao estabelecimento da igreja evangélica luterana. Publicações mais cuidadas são as que comemoram o centenário de fundação da sociedade *Germania* do Rio de Janeiro (Hiden, 1921) e o cinquentenário de fundação da Sociedade *Germania* da Bahia (Overbeck, 1923), que traçam não apenas a história dessa sociedade, que congregou principalmente os comerciantes alemães e seus descendentes, mas também a desse grupo peculiar de teuto-brasileiros. Empresas industriais e comerciais eventualmente produziram textos comemorativos, e um exemplo recente é o livro que comemora o centenário de fundação da Companhia Hering, fartamen-

te ilustrado e contendo a história da empresa, a trajetória dos seus fundadores e descendentes e, ainda, artigos que tratam de diversos aspectos da história de Blumenau (cf. *A Hering de Blumenau: um século*, 1980).

As publicações comemorativas relacionadas com as sociedades culturais, recreativas e de auxílio, com as escolas alemãs, e as publicações anteriores a 1939 relacionadas à igreja luterana, além dos dados históricos habituais, costumavam incluir textos mais ideológicos exaltando o pertencimento dos teuto-brasileiros à etnia alemã. Constituem, assim, importantes fontes sobre a etnicidade teuto-brasileira e o modo como ela foi construída.

b) *Publicações comemorativas dos 25, 50 e 100 anos de fundação das colônias*. Estas são particularmente ricas em dados históricos e as mais recentes contaram com a colaboração de especialistas em História e Geografia não necessariamente ligados à comunidade. Não é possível enumerar todas, dadas as condições precárias de distribuição dessas edições, principalmente das mais antigas, só disponíveis em bibliotecas regionais. Entre outras podem ser mencionados os livros comemorativos dos centenários de fundação de São Leopoldo (*Colonização de S. Leopoldo...*, 1924), Rio Negro (1929), Teófilo Otoni (Rothe, 1956), Blumenau (1950), Joinville (1951), Brusque (1960) e Timbó (1969); dos 75 anos de fundação da colônia de Santo Ângelo (*75 Jahre Deutschtum...*, 1932); dos cinquentenários de fundação de Ibirama (1947), Linha Izabela em Sta. Cruz (*Festschrift...*, 1924) e Ijuí (1940); e dos 25 anos de fundação das colônias de Serro Azul (*Festschrift...*, 1928), Porto Novo (Rodhe, s/d) e Ibirama (Deeke, 1922). Nesse tipo de publicação é particularmente exaltada a contribuição dos imigrantes alemães ao desenvolvimento econômico da região Sul, com ênfase no papel pioneiro dos primeiros colonos e nos personagens que se destacaram na área econômica e político-administrativa. Usualmente também são incluídos artigos que tratam da história das instituições da comunidade. Nesse sentido, são bastante semelhantes entre si — diferenciadas mais no tamanho, forma de edição e quantidade de assuntos abordados do que nos temas privilegiados. Basta tomar como exemplos um texto mais modesto como o de Deeke (1922), comemorativo dos 25 anos de fundação de Ibirama, e uma edi-

ção cuidadosamente planejada como o *Album do Centenário de Brusque* (1960). O primeiro contém uma parte descritiva sobre a fundação e desenvolvimento da colônia Hansa (Ibirama), com referências ao papel da Cia. Hanseática de Colonização, responsável pelo empreendimento — da qual o autor foi um dos diretores — além de dados sobre a economia agrícola da colônia, as igrejas, escolas etc.; a segunda metade do livro é tomada pela lista dos colonos que ali se estabeleceram entre 1897 e 1922, com seus nomes, idade, profissão e origem. O segundo privilegia os mesmos temas principais: desenvolvimento econômico, história da colônia, história de algumas instituições como as três igrejas presentes na comunidade (luterana, católica e adventista do 7.º dia), das escolas, sociedades culturais, recreativas, beneficentes etc. Na lista de imigrantes aparecem apenas os “pais fundadores” de Brusque, ou seja; a primeira leva que chegou ao local no dia da fundação da colônia (4.8.1860), como homenagem. Inclui ainda uma história dos administradores (desde a colônia até o Município) e a biografia do industrial mais importante. O que torna o livro diferente do primeiro — mas não de outros do mesmo tipo — é a inclusão de artigos sobre a flora, a fauna e geografia agrária e humana do Município, escritos por especialistas. Essa miscelânea de informações é característica dessas publicações e vai se repetir nas obras comemorativas mais gerais.

c) *Publicações comemorativas da imigração alemã para o Brasil*. O ponto de partida dessas publicações é o volume comemorativo do centenário da imigração alemã para o Brasil — referido, obviamente, mais ao Rio Grande do Sul, e tendo como marco a data de fundação de São Leopoldo (25.7.1824) — *o Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul* (1924). Como outras publicações da mesma década que comemoraram o centenário da entrada dos primeiros imigrantes alemães em Santa Catarina e Paraná, em 1829 (Entres, 1929; Niemeyer, 1929; Fugmann, 1929; Brehpohl, 1932), este trabalho foi produzido na ótica do germanismo (*Deutschtum*), com sua tintura ideológica ligeiramente atenuada — isto é, procura exaltar a contribuição econômica, cultural, social etc. dos imigrantes e seus descendentes ao País. Apesar do peso do germanismo em algumas delas (principalmente em Entres, 1929), são importantes fon-

tes de informações históricas sobre a colonização alemã, além de apresentarem dados estatísticos e geográficos relacionados principalmente à economia agrícola e ao desenvolvimento industrial. Já os livros mais recentes, publicados por ocasião do 125.º aniversário (Petry, 1950) e do sesquicentenário da imigração alemã (1974), contêm o mesmo tipo de informações, sem referências ao germanismo.

A maior parte da produção descritiva, porém, está referida à história de regiões de colonização e/ou de colônias específicas. Essa bibliografia inclui estudos históricos/factuais, com base na documentação disponível, escritos por historiadores locais ou regionais e relatos sobre a vida cotidiana e a colonização publicados por pessoas com atuação destacada nas comunidades focalizadas (como, por exemplo, administradores de colônias, pastores luteranos, padres católicos, professores etc.). Com poucas exceções, estes trabalhos foram editados no sul do Brasil ou na Alemanha. As regiões de colonização mais freqüentemente analisadas por estes autores são o vale do Itajaí e o vale do rio dos Sinos. A história de Blumenau foi abordada em seus diferentes aspectos por Deeke (1917), Endress (1938), Silva (1940, s/d) e Ferraz (1947, 1976); o livro de José Ferreira da Silva — *História de Blumenau* — é o mais completo do ponto de vista historiográfico. A história da colonização de Ibirama (e por extensão a atuação da Cia. Hanseática de Colonização) foi objeto de análise de Giesebrecht (1899) e de dois administradores da colônia, Aldinger (s/d) e Deeke (1920). A história de Brusque — da fundação em 1860 até 1889 — foi relatada por Cabral (1960) a partir dos relatórios da administração colonial e dos presidentes da Província de Santa Catarina. Sobre a colonização do vale do Itajaí existem vários trabalhos cujo mérito é o arrolamento de dados em ordem cronológica, onde os temas privilegiados são a economia e o desenvolvimento em geral:¹⁰ Aldinger (1909), Amaral (1950), Jamundá (1943, 1945), Silva (1932, 1948) e Konder (1923). A colonização mais ao norte de Santa Catarina — especialmente Joinville e São Bento do Sul — foi abordada por historiadores locais como Ammon (1923), Bühler (1919), Zipperer Senior (1951) e Ficker (1965, 1973). Outras colônias de Santa Catarina tiveram seus historiadores, como Treze Tílias (Benesch, 1947 e Deeke, s/d), São Pedro de

Alcântara (Paiva, 1846, 1848) e o sul do Estado (Dall'Alba, 1973). O estabelecimento e a evolução administrativa das colônias alemãs de Santa Catarina são abordados nos trabalhos gerais de Cabral (1937, 1970), Mattos (1917) e Duarte (1917).

A colonização alemã no Paraná — incluindo as colônias estabelecidas por descendentes de imigrantes provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina — foi relatada por Aulich (1953) em seus aspectos econômicos e culturais, com ênfase na contribuição alemã para o desenvolvimento do Paraná — uma edição bilíngüe significativamente patrocinada pela Comissão de Festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná. O estabelecimento das colônias de alemães do Volga, em Ponta Grossa, e dos alemães do Danúbio, em Guarapuava, constitui o tema dos trabalhos dos pastores luteranos Brepohl e Fugman (1927) e de Frösch (1958), respectivamente.

Na mesma perspectiva factual é contada a história da colonização alemã no Rio Grande do Sul — inclusive nos trabalhos mais recentes. Assim, o cotidiano do passado de São Leopoldo aparece nos textos de Müller (1981 *a* e *b*, 1984) e aspectos da história e da vida cotidiana de várias colônias são relatadas por Martin (1979), Moraes (1981), Flores (1983), Kleudgen (1853), Middeldorf (s/d), Petry (s/d; 1963, 1964), Rheingantz (1907) e Wolf (1964), e nas publicações mais generalizadas como a de Becker (1938), destinada aos colonos, a *Kurtze Geschichte* (1935) e a *História da Colonização* (1936), editadas pelo Centro 25 de Julho.

O desenvolvimento da colonização alemã no Rio Grande do Sul é objeto dos trabalhos mais gerais de Laytano (1940) e Becker (1956). Wagner (1881), Moltmann (1918), Niemeyer (1919, 1926), Schünzen (1936), Wilhelmy (1949) e Ilg (1972) trataram do estabelecimento e desenvolvimento das colônias em geral. A imigração alemã de uma perspectiva histórica e sua relação com o sul do Brasil é objeto dos trabalhos de Freedon & Smolka (1937) e de Buerger (1926).

No conjunto, essa bibliografia empírica é importante por várias razões. Para muitas áreas de colonização é a única disponível, apesar da orientação germanófila da maioria dos textos — mesmo de autores que não são teuto-brasileiros ou alemães, como Ferreira da Silva e Amaral. Por outro lado, essa orientação germanó-

fila não é necessariamente prejudicial, na medida em que são trabalhos descritivos onde a ordem cronológica e a fidelidade aos documentos têm mais importância do que qualquer análise. O elogio aos colonizadores — sobretudo às figuras exemplares dos administradores, empresários e políticos — embutido na maioria dos textos e o método pouco sistemático de organizar os dados não diminui o mérito dessa produção eminentemente empírica.¹¹ As “histórias da colonização” costumam incluir dados sobre o meio ambiente, as dificuldades do estabelecimento das colônias, a atuação dos administradores, o desenvolvimento econômico, demográfico e político-administrativo, para depois passar para assuntos como a vida religiosa, o ensino, as associações, sempre tratados de forma superficial. Ou então se detêm no período pioneiro da colonização, como, por exemplo, Cabral (1960) e Ficker (1965). Poucos trataram mais cuidadosamente de temas relacionados à estrutura econômica e social das colônias e à formação do campesinato teuto-brasileiro, como é o caso do trabalho de Endress (1938). A maior parte desses autores, na verdade, descreveram “tópicos” ou “aspectos” da história, ou o que um deles chamou de “história corrente” — o dia a dia, a vida não documentada, não registrada das colônias (cf. Müller, 1984). Nessa perspectiva, os três livros de Müller (1981 a, b, 1984) — referidos à história da região de São Leopoldo — apresentam informações sobre as comunidades católica e evangélica, dialetos, expressões populares, festas tradicionais como o *Kerb*, tradições natalinas e de Páscoa, comida, canções, ditos jocosos, associações culturais e recreativas — enfim, “imagens” da vida teuto-brasileira no passado. As genealogias, porém, não são um tema comum, e podemos citar apenas dois trabalhos específicos sobre este assunto — o de Moya e Fouquet (1962/67) e o de Hunsche (1961).

Resta fazer referência ao conjunto de trabalhos produzidos principalmente por pastores luteranos e que tratam da formação e história da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil, indissolavelmente ligada à colonização alemã. Por suas características, a igreja luterana no Brasil é uma igreja teuto-brasileira, e por esta razão sua história é também a história da colonização alemã e do germanismo — já que no período anterior à Segunda Guerra Mundial era também definida dentro

dos princípios do *Deutschtum*. São importantes, sob este aspecto, as obras escolhidas do Pastor W. Rotermond (1917) e os trabalhos de Dedekind (1929), Schröder (1930, 1936), Fausel (1936) e Dreher (1984). O livro editado por Fischer e Jahn (1970) e os trabalhos de Warth (1945) e Hunsche (1981, 1983) são significativas fontes de informação histórica sobre o período pioneiro e a atuação da igreja luterana no sul do Brasil.

As publicações periódicas em língua alemã editadas no Brasil e destinadas à população teuto-brasileira produziram informações semelhantes a essa bibliografia descritiva; parte dos autores citados colaboraram em jornais e almanaques, inclusive como redatores, e também como historiadores da colonização e/ou produtores de textos literários.

No período de 1852 a 1939 chegaram a circular mais de meia centena de jornais editados em alemão e destinados às “colônias” (aqui tomadas num sentido ético). Alguns tiveram duração efêmera; outros circularam por mais de 50 anos, como o *Kolonie Zeitung*, de Joinville, publicado no período de 1862 a 1939, com uma pequena interrupção em 1917. Entre os mais importantes destacam-se os seguintes jornais: *Deutsche Zeitung* e *Koseritz Deutsche Zeitung* (de Porto Alegre), *Deutsches Volksblatt* e *Deutsche Post* (São Leopoldo), *Germania* e *Deutsche Zeitung* (São Paulo), *Kolonie* (Sta. Cruz), *Kolonie Zeitung* e *Joinvillenser Zeitung* (Joinville), *Blumenauer Zeitung* e *Der Urwaldsbote* (Blumenau), *Rusnchau* (Brusque), *Der Beobachter* e *Der Kompass* (Curitiba). Em Porto Alegre foram editados jornais mensais ou bimensais destinados às comunidades religiosas, como o *St. Paulusblatt* (para os teuto-brasileiros católicos), o *Der Gemeindebote* e o *Evangelische-Lutherisches Kirchenblatt für Süd-Amerika* (para os teuto-brasileiros luteranos); em São Leopoldo, a Editora Rotermond publicou um jornal mensal destinado à comunidade evangélica — o *Deutsch-Evangelische Blätter für Brasilien* — cuja definição é por si mesma significativa: *Monatschrift für die Pflege des Volkstums und der Volkskirche* (publicação mensal para o cultivo da índole nacional e da igreja nacional). Os jornais e almanaques destinados aos professores de escolas alemãs também são interessantes como fonte de pesquisa; como exemplo podemos citar o *Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Gran-*

do Sul, de São Leopoldo. O mais popular dos almanaques teuto-brasileiros foi o *Kalender für die Deutsche in Brasilien*, publicado pela Editora Rotermund, de São Leopoldo, entre 1881 e 1939. Além deste devem ser mencionados o *Koseritz Deutscher Volkskalender für Brasilien* (Porto Alegre) e o *Volk und Heimat* (São Paulo), este último editado por um curto período (de 1935 a 1938) mas inteiramente comprometido com o nazismo e constituído como veículo de propaganda do partido nazista. Todos estes almanaques são uma curiosa mistura de textos editoriais de conteúdo étnico-ideológico com informações sobre agricultura e pecuária, artigos de história da colonização alemã, poesias e contos de autores brasileiros traduzidos para o alemão, ao lado de poesias teuto-brasileiras exaltando o pertencimento étnico alemão, notícias sobre a Alemanha etc.

Os jornais e almanaques não apenas foram instrumentos eficazes de divulgação e defesa do *Deutschtum* (no sentido da preservação da língua, cultura e costumes alemães) e de uma identidade teuto-brasileira, mas também publicaram artigos e informações sobre a imigração. São poucos os trabalhos que estudaram exclusivamente o desenvolvimento e o papel da imprensa teuto-brasileira. O mais importante é o de Gehse (1931), que aborda o período de 1852 a 1930, mas devem ser citadas como obras de referência as de Peschke (1928) e Arndt & Olson (1973). Almanaque e jornais, por outro lado, serviram como principal veículo para uma literatura teuto-brasileira (cuja qualidade foi bastante criticada, em particular pelo uso que fez de um linguajar teuto-brasileiro em vez do *Hochdeutsch*), onde pontificaram autores como Ernst Niemeyer, Wolfgang Ammann, Gertrud Gross-Hering, A. Philipp, K. H. Oberacker e H. Culmann, entre outros. Existem apenas três trabalhos dedicados a esta literatura (que foi principalmente uma literatura de almanaque) e ao seu significado do ponto de vista étnico — os de Canstatt (1902, 1906) e Kuder (1936/37).

Deutschtum: os significados do germanismo

Na folha de rosto da publicação comemorativa do centenário da imigração alemã em Santa Catarina, editada por Gottfried Entres em Florianópolis (1920), consta com destaque a frase "Der Staat

Santa Catharina in Vergangenheit und Gegenwart unter besonderer Berücksichtigung des Deutschtums" (O Estado de Santa Catarina no passado e no presente sob a particular consideração do germanismo). Também entram nos créditos da edição uma "comissão editorial" da Ausland und Heimat Verlags (Editora Estrangeiro e Pátria), de Stuttgart, autodefinida como *Haus des Deutschtums* (casa do germanismo). A dedicatória que consta no livro também tem seu conteúdo étnico: "unseren unvergesslichen Vater Guido Entres und allen deutschen Volksgenossen, die ihr Deutschtum in Ehren halten, zugeeignet" (ao nosso inesquecível pai Guido Entres e a todos os compatriotas alemães que honram sua germanidade, apropriadamente). Na mesma publicação, entre artigos que analisam a colonização alemã no Estado de Santa Catarina, que destacam as personalidades dessa colonização, o papel da escola e outras instituições comunitárias teuto-brasileiras, ou que abordam assuntos relacionados à economia, política, geografia etc. do Estado, está um especificamente devotado ao germanismo, de conteúdo ideológico, assinado pelo editor Gottfried Entres, intitulado "Die Stellung des Deutschtums in Santa Catharina" (A posição do germanismo em Santa Catarina). Aqui temos o exemplo de uma publicação onde o conceito de germanismo aparece em todas as suas facetas, ainda que um pesquisador como Willems afirme seu exclusivo significado cultural e subestime o papel ideológico da imprensa, da escola e das lideranças teuto-brasileiras (Willems, 1940, pp. 141-66). Assim, o *Deutschtum* pressuposto na primeira fase transcrita acima diz respeito ao papel dos imigrantes alemães enquanto colonizadores e o que disto resultou para o progresso de Santa Catarina (no contexto econômico, social, político, educacional, religioso etc.). Já o *Deutschtum* contido na dedicatória supõe aquilo que dá ao termo o seu significado étnico, pois esse germanismo traduz, principalmente, o pertencimento à nacionalidade/etnia alemã.

O livro editado por Entres não é uma exceção e o *Deutschtum*, com seu duplo significado, acompanha boa parte dos textos em alemão — comemorativos ou não — produzidos no período anterior a 1939. Mas se a produção descritiva, de um modo geral, exalta os resultados da ação colonizadora dos imigrantes e seus descendentes, parte dela não está unicamente

identificada com o componente ideológico do *Deutschtum*. Este aparece com maior nitidez em textos comemorativos como o de Entres (1929), na maioria das *Festschriften* relacionadas às instituições teuto-brasileiras, em alguns trabalhos sobre a igreja luterana (Dedekind, 1929; Fausel, 1936), em alguns textos destinados à propaganda para atrair imigrantes (Jannasch, 1898; Breitenbach, 1885, 1887) e em autores com formações as mais diversas — mas que têm em comum a tendência “germanista” — como Sellin (1918), Schreiber (1929), Oberacker (1936), Hettner (1903), Funke (1902 a, b, 1903), Aldinger (1923), Drascher (1929), Könnigk (1935), Grothe (1936), Metzler (1937), Kahle (1937, 1939) e Becker (1938). O assunto não é abordado por esses autores do mesmo modo, porém nenhum deles escapou às ambigüidades implícitas na noção de *Deutschtum*, nem mesmo aqueles que, como Metzler (1937), se posicionaram contrários a qualquer identificação dos teuto-brasileiros com o partido nazista.

O conceito de germanidade — qualquer que seja o termo usado para defini-la, *Deutschtum* ou *Volkstum* — não discute a posição dos teuto-brasileiros como cidadãos do Brasil. Ele implica a afirmação constante do pertencimento da população teuto-brasileira à etnia/nação alemã e ao modo como isto deve ser expressado através da utilização da língua, dos costumes, da cultura e das instituições comunitárias de origem. Nesse sentido, nem os jornais e almanaques, nem a maioria dos autores citados colocam em questão a cidadania brasileira dos descendentes de imigrantes, ainda que a palavra *Deutschtum*, num sentido bem geral, traduza a nacionalidade alemã fundamentada no direito de sangue.¹²

Nos termos de Entres (1929, p. 290), os teuto-brasileiros — portanto, os descendentes de imigrantes alemães — pelo direito natural, são alemães, devem se sentir alemães e conservar costumes e índole alemães (índole, aqui, no sentido de raça), sem negar sua condição de cidadãos brasileiros. Neste mesmo texto, o autor faz referência àqueles concidadãos brasileiros desconfiados e sempre dispostos ao confronto que encaram o *Deutschtum* com desconfiança. A referência de Entres é a situação de conflito vivida durante a Primeira Guerra Mundial. O confronto de que fala, contudo, corresponde a um período anterior, que coincide com a emer-

gência do imperialismo alemão e com a propaganda promovida pela *Alldeutsche Verband* (Liga Pangermânica), a partir do último decênio do século XIX.

Na verdade, o germanismo proposto pela Liga Pangermânica traz uma diferença fundamental: se no caso do *Deutschtum* afirmado antes distinguia-se o pertencimento a uma comunidade nacional da cidadania brasileira (considerada no mesmo plano) — portanto, afirmava-se o pertencimento da população de origem alemã ao Estado brasileiro — o pangermanismo introduziu a noção de *Auslanddeutsche* — os alemães de fora, do estrangeiro. A categoria teuto-brasileira, nessa concepção, desaparece e todos são considerados alemães. Data dessa época a Lei Delbrück, que deu aos imigrantes e seus descendentes o direito de reivindicar formalmente a nacionalidade alemã, ainda que fossem cidadãos de outros países. Parte da imprensa e das lideranças teuto-brasileiras locais foi influenciada pelo pangermanismo (cf. Roche, 1969, v. II, Cap. X, para o Rio Grande do Sul; e Seyferth, 1982, Cap. III, para o vale do Itajaí) e mais tarde pelo nazismo, cuja retórica em relação aos *Auslanddeutsche* era semelhante.

Mas apesar do sentido político implícito na categoria *Auslanddeutsche*, e da retórica expansionista da Liga Pangermânica, que provocou protestos generalizados na Europa, Estados Unidos e Brasil, a concepção de *Deutschtum* não mudou e a categoria *Deutsch-brasilianer* foi mantida. A mudança se verificou sobretudo na intensidade com que o germanismo passou a ser divulgado (tanto na imprensa como nas instituições comunitárias), sem que se colocasse em questão a cidadania brasileira.

As atividades da Liga Pangermânica e a expansão colonial do Império alemão geraram, no Brasil, toda uma discussão em torno do “perigo alemão” — as “colônias” no sul do Brasil habitadas por cidadãos de origem germânica avessos à assimilação. A questão da assimilação já fora levantada anteriormente, quando do debate sobre a imigração: a dificuldade de assimilar os imigrantes alemães, com cultura, língua e costumes diferentes, foi o principal argumento contra essa imigração (a assimilação, aqui, tomada também no sentido de miscigenação). Tal discussão é, assim, retomada no início deste século num contexto bem mais amplo,

pois a colonização alemã no Sul passa a ser o paradigma do expansionismo alemão e uma ameaça à integridade nacional. Entre os autores já citados que escreveram sobre essa colonização sob a influência do pangermanismo podem ser mencionados Jannasch (1898, 1905), Hettner (1903) e Funke (1903). O assunto “perigo alemão” foi debatido principalmente na imprensa brasileira e no plano político, sob nítida influência da doutrina Monroe, e a palavra chave do mesmo era “desnacionalização”. A Alemanha era acusada de pretender transformar os três Estados do sul do País numa verdadeira colônia alemã, ou os descendentes dos imigrantes acusados de pretender formar um Estado dentro do Estado, ou simplesmente de pretender a emancipação política do Sul, criando um estado independente do Brasil. A colonização foi interpretada como “colonialismo” e os colonos acusados de serem agentes do expansionismo alemão, quando na verdade o que se constituiu em algumas áreas do sul do País foi uma cultura e um grupo étnico teuto-brasileiro — cidadãos certamente não assimilados e fortemente identificados com uma ideologia germanista, mas de modo algum dispostos a assumir o papel de potenciais cidadãos do Reich.

Nos Estados Unidos foram publicados diversos trabalhos sobre esse assunto (cf. Marchant, 1938, pp. 424-5), alguns alarmistas, como os que previam uma ocupação alemã do sul do Brasil — entre eles Bonsal (1903), Chamberlain (1904), Wile (1906), Hale (1906, 1907), Phayre (1916), Cooper (1918) e Baum (1919). Outros autores americanos assumiram tom mais moderado ao discutir o problema, mostrando que as ambições do pangermanismo não podiam ser imputadas aos cidadãos teuto-brasileiros (cf. Roosevelt, 1914; Sears, 1908; Whitney, 1906; Zahm, 1916; Townsend, 1930; e o texto do embaixador alemão nos Estados Unidos, Sternberg, 1906).

A colonização alemã no Brasil e a influência do pangermanismo foram objeto de reflexão por parte de um autor francês, Tonnelat (1908). Segundo Dennis (1909), o problema interessou ao público francês antes como um problema alemão e não brasileiro, tendo em vista o choque de interesses entre o colonialismo francês e o alemão. Tonnelat esteve no Brasil em 1904 e procura mostrar que os colonos teuto-brasileiros não têm *status* legal como

alemães, apesar da conservação da língua e dos costumes alemães, e formam demograficamente uma minoria. Nesse sentido, é cético em relação ao “perigo alemão” e aponta os colonos como pacatos cidadãos e agricultores. Considera que o pangermanismo, como doutrina política, atinge apenas uns poucos alemães natos residentes nas cidades maiores, opinião compartilhada por Denis (1909), que esteve no Brasil mais ou menos na mesma época. Mas o debate, no Brasil, acabou sendo influenciado mais por um outro autor francês empenhado em desmascarar as pretensões político-expansionistas da Liga Pangermânica, e cuja tradução brasileira foi acompanhada por um prefácio de Graça Aranha: em Cheradame (1917) o “perigo alemão” é denunciado com todas as tintas do alarmismo. Alguns autores franceses do séc. XIX, especialmente Stoecklin (1888), também influenciaram a elite brasileira nessa questão. O “perigo” era aparentemente confirmado pela divulgação jornalística do *Deustschtum* através da imprensa teuto-brasileira, pelo ciclo de palestras de R. Jannasch, de orientação pangermanista, e por alguns incidentes, como o provocado pelo navio de guerra alemão *Panther* no porto de Itajaí, Santa Catarina (cf. Roche, 1969, p. 714).

São esses, pelo menos, os principais “sintomas” do “perigo alemão” denunciados por Sylvio Romero em dois trabalhos publicados em 1902 e 1906 que, no conjunto, constituem uma crítica virulenta à colonização alemã. O livro de Sylvio Romero — *O Alemanismo no Sul do Brasil — Seus Perigos e Meios de os Conjurar* — é o melhor exemplo do modo como essa questão foi discutida nacionalmente. Já no texto de 1902 Romero acusa os “alemães do Brasil” de pretenderem uma independência política, formando um Estado à parte; essa acusação é retomada com mais vigor em 1906, quando o autor condena o “desastrado regime de colonização” seguido pelo País, que estaria criando um desequilíbrio entre o Norte e o Sul. Sua preocupação maior é com a assimilação, propondo o fim das colônias com imigrantes de uma só origem e a introdução, ali, de elementos do “proletariado nacional”; em contrapartida, defende a promoção da imigração para outras áreas do País (Norte/Nordeste). O texto revela a preocupação do seu autor com a questão da mestiçagem e do branqueamento do País. Nesse sentido, a for-

ma como os alemães constituíram colônias no Sul é para ele motivo de preocupação; uma preocupação reforçada pelo modo como vê o expansionismo alemão — algo muito forte que se iniciou com a invasão do Império Romano e que, num período de apenas quatro anos, transformou a moderna Alemanha numa grande potência colonial. Romero sugere, ainda, uma série de medidas para impedir a perda do Sul para os alemães, algumas delas usadas durante o Estado Novo, na campanha de nacionalização: proibir a língua alemã em público; forçar o aprendizado do português; estabelecer colônias militares, com gente escolhida pelo exército; só permitir colônias mistas, com imigrantes de várias origens e proletários brasileiros destinados a abasileirá-los etc.

A contrapartida para a posição de Sylvio Romero e dos críticos da colonização alemã pode ser vista em textos como os de Munhoz (1910) e Bayma (1919) — este último, um deputado por Santa Catarina que publicou os discursos que fez na Câmara em defesa dos colonos. O “perigo alemão”, nesse contexto, é considerado como produto do nativismo exacerbado e dos excessos da agitação antialemã.

A crise provocada pelo pangermanismo — e agravada durante a Primeira Guerra Mundial — vai ter uma segunda edição, ainda relacionada ao *Deutschtum*, no período de 1930 a 1945. Novamente estará em debate a assimilação da população de origem alemã, principalmente através dos textos que denunciaram a atividade nazista no Brasil.

A partir da noção de *Deutschtum*, acrescida das noções de *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional) e *Volksgenosse* (compatriota), o nacional-socialismo agiu junto às comunidades teuto-brasileiras não apenas pela propaganda, mas também por meios que asseguraram o controle de algumas instituições, como as sociedades de tiro e parte da imprensa em língua alemã, e criando diretórios do partido nazista. A ação nazista, assim, foi mais intensa do que a pangermanista, e o germanismo nazista passou a ter um componente político, uma vez que supunha filiação dos “compatriotas” ao partido. A “comunidade nacional-socialista dos cem milhões de alemães em todo o mundo” é racial. Nesse caso, o Brasil seria apenas a *Gastland* (terra de hospedagem) dos descendentes de alemães. As publicações nazistas — como o almanaque *Volk und Heimat*

(*Kalender für das Deutschtum in Brasilien*), editado em São Paulo, não utiliza a categoria étnica “teuto-brasileira”; os descendentes de alemães são todos “compatriotas”. Enfim, o nazismo privilegiou o conteúdo racial do nacionalismo alemão, quando a ideologia étnica teuto-brasileira enfatizava a cultura alemã (inclusive a língua), sem negar a cidadania brasileira, que para o nazismo era irrelevante.

A ideologia nazista influenciou uma parte da imprensa teuto-brasileira também identificada com o integralismo. Além disso, o partido criou diversas associações, nos moldes das que já existiam na Alemanha (por exemplo, a Frente Alemã do Trabalho, a Liga das Sociedades Alemãs no Estrangeiro, União dos Trabalhadores Alemães, Círculo da Juventude Teuto-Brasileira), e estabeleceu diretórios nas cidades mais importantes, como Curitiba, Porto Alegre, Blumenau etc.

Apesar da intensidade da ação nazista junto à população de origem alemã, seria exagero afirmar que a sua totalidade foi seduzida pela idéia da nova *Volksgemeinschaft*. Segundo Roche (1969, p. 719), “do próprio meio teuto-brasileiro partiu a resistência aos avanços do nazismo”. Parte da imprensa e das lideranças políticas e intelectuais teuto-brasileiras não aceitaram fazer parte de um partido político considerado estrangeiro nem o rótulo de “alemães no estrangeiro”. Essa reação ao nazismo pode ser verificada em publicações como a de Metzler (1937), onde se afirma que a ascendência germânica, a cultura e a língua alemãs não envolvem simpatia política pelo nacional-socialismo e que o “modo de vida alemão” é um conceito claramente diferenciado de um destino comum com a Alemanha nazista. Os agentes nazistas tiveram dificuldade de penetrar no meio rural, onde os colonos não aceitaram a filiação ao partido; esta foi mais comum nas cidades, fortes redutos também do integralismo.

Face a essa intensa atividade nazista, muitas vezes acompanhada de violência, o “perigo alemão” voltou à cena, em parte por causa da divulgação do “modo de vida alemão das colônias”, tão diferente do brasileiro. Essa impressão é reforçada por reportagens em jornais brasileiros como a de Lambert (1939). De qualquer forma, o nazismo não foi a causa única que levou o governo a promover a campanha de nacionalização. As primeiras medidas de nacionalização do ensino, por

exemplo, foram anteriores à proibição das atividades nazistas, e a população teuto-brasileira protestou contra o fechamento das escolas primárias particulares que ensinavam em alemão. A política nacionalista do Estado Novo — independentemente do nazismo — produziu a campanha de nacionalização para “abrasileirar” os descendentes de imigrantes de qualquer origem! O debate que opôs germanófilos e germanófilos durante o Estado Novo foi travado principalmente na imprensa. O impacto da campanha junto à população teuto-brasileira, a questão étnica de um modo geral e as ideologias conflitantes ali envolvidas são assuntos muito pouco estudados. Existe um trabalho descritivo sobre a campanha de nacionalização em Santa Cruz (Kipper, 1979), mas que não aborda a questão étnica. A nacionalização dos descendentes de alemães, abrangendo o período 1930-1938, foi analisada por Harms-Baltzer (1970) e o desenvolvimento de escolas particulares alemãs e a nacionalização do ensino no período 1930-45 são abordados por Dalbey (1970). Roche (1969, Caps. IX e X) e Seyferth (1979, 1982) fazem várias referências à atuação nazista e ao problema da nacionalização, mas esses assuntos não constituem o corpo principal desses trabalhos.

A bibliografia sobre o nazismo e a campanha de nacionalização é bastante reduzida e seus autores foram quase sempre indivíduos que participaram — direta ou indiretamente — da ação nacionalizadora. A atividade nazista é documentada nos livros organizados por Py (1942, 1944), Rattou *et alii.* (1943) e Souza (1941); trata-se, basicamente, de material coletado pelo Departamento de Ordem Política e Social (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e que serve para denunciar o que chamaram de conspiração nazista. Contém, principalmente, transcrições de documentos e fotografias, e remete também a publicações como a de Cheradame (1917), sobre o “perigo alemão”. A campanha de nacionalização — com toda a carga ideológica imprimida pelo Estado Novo — é objeto dos livros de Aquino (1942), Danzas (1942), Ramos (1939), Rodrigues (1938), Bethlem (1939), Nogueira (1947) e Jamundá (1945, 1968). Os artigos de cunho mais acadêmico de A. Câmara (1940, *a e b*), Câmara & Neiva (1941), L. Câmara (1940) e Ribeiro Couto (1941), publicados na *Revista de Imigração e Colonização*, também abordam o tema “co-

lonização alemã” como uma questão de assimilação, na perspectiva nacionalizadora do Estado Novo. Todos estes trabalhos, de um modo geral, foram escritos a partir do princípio de que existe no Brasil uma população “estrangeira”, descendente de imigrantes, que precisa ser abrasileirada, assimilada, integrada à nação brasileira. Existem, pois, limitações quanto à forma como os dados são apresentados — as mesmas limitações dos trabalhos em alemão escritos nos princípios do *Deutschtum*. As limitações relativas dos mesmos, porém, não invalidam sua utilidade para compreender as muitas situações de conflito, cuja crise final foi a campanha de nacionalização, a partir de duas ideologias nacionais/étnicas antagônicas em seus princípios básicos.

A colonização alemã como processo (histórico) de desenvolvimento econômico e social

O exame da literatura produzida sobre a colonização alemã, procedido até agora, mostra um material muito desigual, predominando os trabalhos descritivos sobre determinadas colônias ou regiões de colonização, muitas vezes permeados seja pela ideologia germanista, seja pela germanofilia ou germanofobia dos seus autores. Existem muitos trabalhos escritos sobre o assunto (com predomínio daqueles em língua alemã), mas boa parte deles não tem rigor científico. O tema poucas vezes foi objeto de cientistas sociais e historiadores com formação acadêmica. Excluindo a literatura descritiva, os autores brasileiros estavam mais preocupados em discutir a conveniência da imigração alemã, tendo em vista os interesses do Estado brasileiro na questão da colonização em geral — discussão importante tanto no contexto inicial do processo colonizador, em meados do século XIX, como mais tarde, no período crítico das duas guerras mundiais.

O processo de colonização, pelo tipo de questões abordadas, foi primeiramente objeto da Geografia, a começar por alguns relatos de viagens feitos por geógrafos profissionais, como o de Canstatt (1877). A questão da colonização — como processo histórico inclusive — foi discutida tanto em obras mais gerais de Geografia (abrangendo todos os domínios dessa ciência), como em trabalhos sobre o sul do Brasil ou em textos específicos sobre a colonização européia. Os trabalhos gerais

mais importantes, publicados no século XIX, foram os de Wappäus (1871) e Sellin (1885), ambos editados em português por iniciativa de Capistrano de Abreu, em 1886 e 1889, respectivamente, como manuais de Geografia sobre o Império brasileiro. Tais trabalhos, que influenciaram a pesquisa e o ensino da Geografia no Brasil, têm como característica o fato de abordarem também a colonização alemã. Nessa mesma linha existem os trabalhos de Kaerger (1892), Canstatt (1899), Detmann (1908, 1912), Dénis (1909) e Ballod (1892), este último dedicado ao Estado de Santa Catarina e apresentado como dissertação inaugural da Faculdade de Filosofia da Universidade de Jena; na perspectiva imposta pelo binômio terra/gente, também se referem às colônias alemãs. Aliás, é esta a orientação que vai predominar na maioria dos escritos geográficos, mesmo naqueles que estiveram interessados apenas na colonização alemã como Lange (1885), que descreve a terra e a gente dos estados do Sul em função da colonização alemã, Giesebrecht (1899), que faz um estudo sobre a implantação da colônia Hansa (vale do Itajaí), Schultz (1865), que estuda as condições agrárias e de geografia física do Sul com vistas à emigração alemã, e Wettstein (1907 a, b), que descreve a vida econômica da colônia de Blumenau. O interesse dos alemães pelo sul do País como região de colonização determinou a orientação de vários trabalhos geográficos, nos quais também estava em discussão a questão da conveniência da emigração para o Brasil. Com essa orientação foram publicados os livros de Hormeyer (1857), Jahn (1874) e Beschoren (1889), os estudos de Geografia Econômica de Bürger (1926) e Cornelius (1929), e os livros de orientação germanista de Hettner (1903), Funke (1902 a, b, 1903, 1927) e Sellin (1918).

No âmbito dos estudos geográficos, um dos textos mais expressivos que reúne essas tendências analíticas é o trabalho de Wagemann (1915) sobre os alemães do Espírito Santo, do qual existe uma tradução brasileira publicada pelo IBGE em 1949 (Separata do *Boletim Geográfico*, ns. 68, 69 e 70). O estudo de Wagemann foi realizado tendo como questão central o conceito de *aclimatação*, isto é, o clima como possível obstáculo à colonização europeia nos trópicos. Nesse caso, as colônias alemãs no Espírito Santo serviram como campo de pesquisa para comprovar

(ou não) a tese da inadaptabilidade dos europeus às regiões tropicais. Wagemann descreve "a terra e a gente" do Espírito Santo e das colônias alemãs; o clima, a fundação das colônias, a expansão do povoamento e formação das comunidades e, principalmente, o crescimento demográfico são os temas privilegiados. Descreve também os vários aspectos do trabalho agrícola e dos métodos de produção e circulação de mercadorias; e na parte sobre "modos de vida", descreve a moradia, a alimentação, o casamento, os costumes funerários, a salubridade, a situação sanitária, a educação, a linguagem e o que chama de "índole étnica" dos colonos — a conservação dos costumes trazidos da Alemanha rural. Interessante é a parte do livro em que descreve os inventários e outros problemas jurídicos enfrentados pelas comunidades estudadas, a partir de longa transcrição de trechos do romance *Canaan*, de Graça Aranha. Dentro da lógica imposta pelo tema "aclimatação", Wagemann conclui que os colonos saíram "retemperados na luta pela existência": ou seja, os europeus, afinal, podem ser bem-sucedidos em regiões tropicais. O problema do êxito da colonização alemã em regiões de florestas tropical e subtropical, de clima úmido, e as condições em que se processou a adaptação dos imigrantes e seus descendentes constituem a base do trabalho de Willelmy (1949), questões também levantadas por Roche (1968,69) e Waibel (1958).

Apesar da questão teórica que fundamentou a pesquisa de Wagemann — notoriamente influenciado pelo evolucionismo darwinista, implícito no parágrafo final do texto — seu trabalho é um dos poucos que focalizaram a colonização pomerana no Espírito Santo, e os dados apresentados são fundamentais. Há apenas outro texto mais completo sobre essa colonização, produzido na década de 1960 por Jean Roche. Este trabalho de Roche é uma monografia sobre as colônias alemãs do Espírito Santo com ênfase nos aspectos econômicos (agricultura e comércio) e demográficos, apresentando ainda alguns dados sobre a organização social (estratificação social e família). Mas a questão central do texto é o fenômeno que denomina "instabilidade rural" — a mobilidade dos colonos diante da possibilidade de recomeçar o ciclo extensivo de exploração em outra área. No entanto, Roche não se detém nas causas dessa mo-

bilidade (a questão fundiária e a pressão demográfica); seu interesse se concentra no fenômeno em si, com base em muitos dados estatísticos (cf. Roche, 1968). A bibliografia específica sobre a colonização alemã no Espírito Santo praticamente se esgota nestes dois trabalhos. Existem, finalmente, artigos esparsos sobre o assunto, entre eles os de Egler (1951) e Pacheco (1964): o primeiro aborda incidentalmente o assunto com base no conceito de zona pioneira (cf. Waibel, 1958); o segundo é um estudo bastante superficial sobre assimilação.

No âmbito da Geografia, o texto de referência básico é o de Waibel (1958, Cap. X), que analisa a colonização européia no Sul tendo como orientação teórica mais geral o conceito de zona pioneira. Não é um trabalho exclusivo sobre os agricultores de origem alemã, mas estes têm destaque no texto. Até porque, foram os imigrantes alemães que primeiro povoaram as chamadas "áreas coloniais" do sul do País. O trabalho de Waibel está voltado principalmente para a evolução da agricultura dos colonos e os tipos de povoamento; partindo do ciclo pioneiro do século XIX, o autor estabelece uma tipologia dos sistemas agrícolas. Nesse sentido, a história do estabelecimento das colônias é bastante superficial, mas a tipologia tem sido sistematicamente usada em estudos posteriores. Considerando todas as áreas de colonização no século XIX como zonas pioneiras (ou de fronteira — no seu sentido econômico, área limite de zona povoada), Waibel identificou três sistemas agrícolas nas áreas florestais colonizadas por europeus: rotação de terras primitivas (relacionadas ao ciclo pioneiro, em que o colono usa a técnica da coivara e está submetido aos vendeiros); rotação de terras melhoradas (com técnicas mais avançadas, introdução de gado, de moinhos etc); e rotação de culturas combinada com criação de gado (uso de adubo, uso intensivo do arado, prática de alternar as culturas a fim de enriquecer o solo). Pode-se argumentar que esta evolução dos sistemas agrícolas não ocorre tão mecanicamente; que esta, como todas as tipologias, tem limitações. Waibel, porém, foi um dos primeiros a estudar o processo de colonização como um sistema de desenvolvimento econômico. Além disso, articula a mobilidade espacial dos colonos com a questão fundiária (o tamanho das propriedades) e o reinício do ciclo econômico em outras

áreas pioneiras. Essa articulação vai ser retomada por Roche (1969), com maior profundidade analítica, no seu estudo mais geral sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul.

O trabalho de Roche é, sem dúvida, a melhor obra sobre o processo de colonização alemã, que reconstitui desde o primeiro ciclo pioneiro, iniciado com a fundação de São Leopoldo em 1824. O trabalho é bastante rico em dados históricos e sociológicos, porém o eixo que serve de orientação analítica está referido à especificidade da colonização alemã e ao desenvolvimento econômico das colônias (agrícola, comercial e industrial). A parte final traz uma importante contribuição à questão da assimilação e aos problemas colocados pela situação de conflito étnico nos períodos que antecederam as duas guerras mundiais. Nesse sentido, extrapola os limites da Geografia e se constitui como um trabalho mais amplo sobre a sociedade teuto-brasileira no contexto regional do Rio Grande do Sul.

A mesma orientação geral pode ser observada em Silva (1954), que realizou um estudo descritivo sobre o vale do Itajaí e sua colonização tendo como base teórica a Geografia Econômica e apresentando dados sobre a organização social, educação, religião e o que chama de "tradicionalismo" da comunidade (a manutenção de hábitos e costumes de origem pelos descendentes de imigrantes). Trabalhos como os de Silva (1954), Mulhall (1873), Holtermann (1879) e Giesebrecht (1899), apesar da utilização criteriosa de documentos e do contato que tiveram com os colonos, são um arrolamento de dados obedecendo a uma ordem ditada por sua identificação com os problemas da Geografia. Têm importância para o conhecimento do processo histórico da colonização e da etnografia das colônias, mas, ao mesmo tempo, têm também o caráter de um relato de viagem.

Não foi apenas o sistema de colonização que interessou aos geógrafos. A questão da urbanização dos núcleos coloniais e sua especificidade foi analisada por Peluso (s/d, 1956) e a industrialização ocorrida em algumas das antigas colônias, como decorrência do processo de colonização, foi objeto dos trabalhos de Mamigonian (1960, 1965) e Kohlhepp (1965, 1968), que estudaram, respectivamente, as indústrias do vale do Itajaí e Joinville. As obras de Mamigonian e Kohlhepp têm

como tema principal a formação e o desenvolvimento das indústrias em duas cidades onde o processo de industrialização começou nas duas últimas décadas do século XIX, precedendo mesmo o crescimento urbano.

A industrialização do vale do Itajaí como decorrência do processo histórico de colonização alemã é o presuposto da tese da historiadora Maria Luíza Renaux Hering (1985), que faz um estudo sobre as indústrias têxteis do médio vale do Itajaí no período 1880-1945. A partir da formação e desenvolvimento de algumas indústrias têxteis de Brusque e Blumenau, especialmente da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux e da Cia. Industrial Hering, a autora pretende mostrar a industrialização em Santa Catarina como um processo específico dentro do quadro do desenvolvimento sócio-econômico nacional. O principal apoio teórico desse trabalho é o texto de Joseph A. Schumpeter (*Teoria do Desenvolvimento Econômico*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961), "que considera a função social do empresário como mola propulsora do processo econômico" (Hering, 1985, p. 8). Nessa perspectiva, a maior parte da tese é constituída pela trajetória empresarial dos fundadores das empresas focalizadas e dos seus filhos e continuadores — que emergem do texto como empreendedores capitalistas bem-sucedidos e beneméritos das comunidades. O trabalho apresenta um material riquíssimo sobre as indústrias Renaux e Hering — sua história e desenvolvimento —, oriundo, em parte, dos arquivos particulares dos seus respectivos dirigentes, aos quais a autora teve acesso. Contudo, é também um estudo sobre empresários capitalistas onde os subordinados do sistema (camponeses e operários) são apresentados como beneficiários de padrões empreendedores, com grandes preocupações sociais, tomando praticamente ao pé da letra a frase de Schumpeter citada acima.

A urbanização e a industrialização e sua relação com a imigração no Brasil são os objetivos do trabalho de Diegues Jr. (1964), preocupado com questões de assimilação dos imigrantes. Nesse caso, a industrialização e a urbanização são analisadas superficialmente (dadas as dimensões do objeto proposto — a imigração como um todo e seu papel no processo de industrialização do País), com atenção para o modo como atuam no processo de assimilação. Os grupos imigratórios es-

pecíficos — inclusive o alemão — aparecem no texto ilustrando as teses do autor. Este considera que as relações entre os nacionais e os imigrantes foram facilitadas pelo ambiente criado no meio urbano e que, nesse sentido, urbanização e industrialização permitiram o desenvolvimento do "processo de assimilação cultural" que gerou o "pluralismo étnico e cultural" do Brasil contemporâneo.

O papel da imigração no processo de urbanização e a emergência de uma nova sociedade marcada por alterações na estrutura econômica tradicional, com destaque para a participação dos imigrantes na formação de cidades em áreas de colonização agrícola e no desenvolvimento da cidade de Curitiba, são analisados por Balhana e Nadalin (1974) e Balhana et alii. (1969) Esses autores destacam a participação dos imigrantes e seus descendentes no comércio e na indústria, mas sua principal contribuição foi ter chamado a atenção para as transformações nas estruturas agrárias do Paraná, ocorridas com a implantação do regime de pequena propriedade agrícola, que possibilitou a emergência de uma classe média rural independente — um sistema iniciado com a colonização alemã e posteriormente ampliado com colonos de outras nacionalidades. Essas questões já haviam sido abordadas num trabalho anterior de Balhana et alii (1968), um estudo de caso sobre Witmarsun, colônia de menonitas de origem alemã estabelecida no início da década de 1930 no Município de Palmeiras. Trata-se de um estudo de comunidade, abordando vários aspectos — especialmente aqueles relacionados à estrutura agrária e à economia — inclusive a história da formação da colônia, que reuniu um grupo étnico-religioso cujos membros vieram de outras áreas de colonização do sul do Brasil e do Paraguai.

O papel do sistema de pequena propriedade no processo de desenvolvimento econômico e social das áreas de colonização com imigrantes — implícito no destaque dado ao progresso do comércio, artesanato e indústria — é analisado em Oberacker Jr. (1976). Para este autor, o sucesso desse sistema de colonização teve como resultado não apenas a implantação da policultura e da produção de alimentos, mas também permitiu o surgimento de uma classe média rural (de pequenos proprietários) e urbana (de pequenos artesãos, industriais e comerciantes), valo-

rizou o trabalho manual e destruiu a concepção de que só o latifúndio é possível em clima tropical e subtropical (Oberacker Jr., 1976, p. 243). A retomada desse assunto — “o sucesso da colonização no regime de pequena propriedade” — deve-se, provavelmente, aos problemas levantados desde o século XIX não só sobre a conveniência da imigração, como sobre a controvertida questão de permitir aos imigrantes o acesso à terra como proprietários, objeto de amplos debates entre a classe dominante, sobretudo em São Paulo, quando da intensificação das correntes imigratórias para o Brasil.¹³

Entre os estudos mais gerais sobre imigração e colonização européias (nos quais a colonização alemã é utilizada sistematicamente como exemplo) destaca-se o de Carneiro (1950), obra de referência obrigatória mais pelos dados estatísticos sobre o movimento imigratório do que pela breve história da imigração que apresenta, tema já abordado em outro trabalho (Carneiro, 1948). O livro inclui duas conferências que o autor pronunciou em 1949 na Faculdade Nacional de Filosofia. A primeira é um resumo da história da imigração no Brasil, enfatizando um aspecto particular: o êxito da colonização nas terras de mata no Brasil meridional. A segunda contém informações sobre as colônias e a expansão da colonização, incluindo vários mapas. Como Oberacker Jr., Carneiro retoma a problemática já levantada no texto de Wagemann — agora numa perspectiva histórica.

Num certo sentido, essa questão do sucesso da colonização — em que despontam os assuntos da ordem do desenvolvimento econômico e, por extensão, do social — vai aparecer também em textos sobre a história da colonização, especialmente do Rio Grande do Sul (cf. Pellanda, 1925; Truda, 1930; Porto, 1934; Petry, 1936). Estes trabalhos tratam, preferencialmente, do estabelecimento e expansão das colônias e sua história, mas as questões do “desenvolvimento” e do “progresso” estão presentes, como, aliás, na maior parte da literatura descritiva sobre a colonização alemã.

Só uns poucos textos escapam a essa orientação dominante nos estudos geográficos e históricos,¹⁴ e neles o processo de colonização e a história da imigração têm pouco destaque. De modo diverso, Fouquet (1974) e Oberacker Jr. (1955) destacam a participação individual de ale-

mães ao longo da história do Brasil, e, nesse sentido, a imigração e colonização alemãs aparecem indiretamente através das atividades de figuras importantes. O livro de Fouquet tem um capítulo dedicado ao estabelecimento e expansão das colônias nos diversos Estados e outro, conclusivo, sobre os resultados da imigração. Oberacker, no entanto, apesar da pretensão de ter produzido um trabalho “histórico-sociológico”, onde a imigração aparece apenas em curtas passagens, na verdade faz o elogio individual daqueles alemães e teuto-brasileiros que, desde Hans Staden, na sua opinião, contribuíram para a “formação da nação brasileira” — no contexto político, econômico, cultural, religioso e militar! Historiadores consagrados no meio intelectual teuto-brasileiro e até fora dele não escapam a uma orientação germanófila e ao tom laudatório da maioria dos trabalhos que, na falta de um termo melhor, classifiquei como “descritivos”.

Se o processo histórico de colonização, o desenvolvimento do comércio e da indústria, a atuação do empresariado teuto-brasileiro e o processo de urbanização dos antigos núcleos coloniais mereceram vários estudos, e têm destaque especial em grande parte da literatura descritiva, a classe operária que se formou a partir do crescimento industrial e que hoje constitui o maior segmento da população de vários Municípios permanece desconhecida. Da mesma forma, o campesinato teuto-brasileiro, de onde saiu grande parte desse operariado, foi objeto de poucos trabalhos específicos, entre eles Portzelt (1937), Roche (1969) e Seyferth (1974, 1983, 1984, 1985). A história da colonização, os aspectos relacionados à geografia econômica e agrária e o processo de assimilação foram os temas privilegiados na literatura acadêmica sobre a imigração alemã.

Os “Mucker”: a historiografia de um movimento social

No período de 1869 a 1874, na região de São Leopoldo, ocorreu um movimento messiânico envolvendo imigrantes alemães cujo epílogo foi violento: muitos dos rebeldes morreram durante os ataques de tropas do Exército e da Guarda Nacional. O movimento se prolongou até 1898, em virtude da ocorrência de alguns incidentes envolvendo os participantes que so-

breviveram à ação militar. Seu ponto de partida foi um grupo de colonos de origem alemã reunido em torno do lavrador e carpinteiro João Jorge Maurer — um curandeiro — e de sua mulher, Jacobina Maurer, considerada profetiza. Esses colonos acreditavam ser os eleitos de Deus e pretendiam iniciar, na Terra, uma nova era. Um terceiro personagem de destaque ligado aos Maurer é o pastor luterano leigo João Jorge Klein, cunhado de Jacobina, que aparece na bibliografia como eminência parda, autor intelectual do movimento (Schupp, s/d), ou como figura obscura, cuja participação até agora não foi bem esclarecida.

As atividades de curandeirismo e religiosas (principalmente leituras e interpretações da Bíblia feitas por Jacobina) desenvolvidas na casa dos Maurer e o número crescente de adeptos dispostos a lutar pela nova era fizeram com que a população local os tratasse como “fanáticos”, “santarrões”. Daí o uso de um termo alemão ambíguo para designá-los — “mucker”. Discriminados pela população, os “mucker” foram perseguidos pelas autoridades, inclusive religiosas. A partir de 1873, uma série de incidentes — incluindo incêndios e assassinatos — a eles imputados acabou levando-os ao confronto final com tropas do Exército, ocorrido no morro do Ferrabraz (atual Município de Sapiranga) em junho de 1874. Os rebeldes resistiram a pelo menos três investidas das tropas; de toda forma, algumas semanas após o início do confronto foram mortos os líderes do movimento e muitos dos adeptos da seita; outros foram presos e alguns dos que escaparam à condenação foram assassinados em 1898, embora a revolta, formalmente, tenha terminado em 1874.

Os adeptos do movimento dos “mucker” foram estigmatizados como hereges, *facínoras*, assassinos, endemoniados, estigma que continua a perseguir seus descendentes, um século depois. Como mostrou Janaína Amado, “a população criou um mito em torno dos “mucker”. O mito perpetuou-se através dos tempos. “Mucker” é um assunto de que ninguém, até hoje, gosta de falar na área de colonização alemã. É um assunto maldito, sinônimo de horror e vergonha (...) As famílias “mucker”, um século após o movimento, testemunharam em entrevistas as humilhações e ofensas de que foram vítimas”. (Amado, 1978, p. 289).

A bibliografia sobre o movimento remonta a 1875, com a publicação do primeiro artigo de Karl von Koseritz no almanaque *Koseritz Deutsche Volkskalender für die Provinz Rio Grande do Sul*, significativamente intitulado “O desaparecimento dos “mucker” nas colônias alemãs”. Seguiu-se a publicação do trabalho de Dantas (1877), que trata da ação militar contra o grupo. Em ambos, os membros da seita são desqualificados como fanáticos e imorais, opinião corrente também entre a população de São Leopoldo.

O tom emocional vai marcar a escassa historiografia local sobre o movimento. O primeiro livro publicado sobre o assunto foi o do jesuíta Padre Ambrosio Schupp, uma versão que serviu de base aos demais trabalhos, mesmo àqueles que não concordam com sua versão dos fatos. Schupp (s/d) narra os acontecimentos na ordem em que eles ocorreram; não faz uma História do movimento. A narrativa tem como principal base de sustentação as informações que colheu, ainda na década de 1870, junto a moradores de São Leopoldo, inclusive junto a alguns dos que participaram, como voluntários, da ação contra os “mucker”. O livro de Schupp se caracteriza pela posição anti-“mucker”, ditada por sua condição de sacerdote e católico, que viu nos “fanáticos assassinos” um grupo que se afastou dos ensinamentos da igreja. Na verdade, o texto de Schupp apresenta a versão dos adversários dos “mucker”, inclusive de indivíduos pertencentes à força policial de São Leopoldo. Apesar das limitações que apresenta, é o único trabalho baseado em depoimentos de pessoas que tiveram participação nos acontecimentos — uma versão dos fatos que não pode ser desprezada, ainda que carregada de preconceitos. Afinal, através dele é possível observar como um movimento messiânico que desafia os princípios da sociedade é percebido no âmbito do senso comum. Deve ser observado que, mesmo hoje, a narrativa do Padre Schupp é a versão mais popular sobre o movimento dos “mucker”, e em muitas das suas passagens manteve fidelidade aos fatos, comprovada em trabalhos posteriores.

A “questão Maurer” vai ser retomada, pouco depois da publicação da primeira edição do livro de Schupp,¹⁵ por Peixoto (1907), que faz a história do movimento principalmente através da transcrição de documentos. Os acontecimentos são nar-

rados em ordem cronológica e o autor parte do princípio de que os atos praticados pelas autoridades locais e a ação militar contra o grupo foram exagerados, e que se a liberdade de culto existisse plenamente a "questão Maurer" seria tolerada. O assunto só vai ser retomado meio século depois por Klaus Becker (1956), num artigo incorporado à Enciclopédia Rio Grandense: trata-se, ainda, de uma narrativa factual, cuja base é, possivelmente, o livro de Schupp. O outro lado da questão Maurer, e portanto, a defesa dos "mucker", vai ser assumida no livro de Leopoldo Petry (1957), um historiador de São Leopoldo (portanto, da "colônia alemã"). O livro de Petry, além do seu próprio trabalho, inclui outros textos, inclusive a tradução dos depoimentos de J. J. Klein, e tem um propósito bem definido: contestar a versão do Padre Schupp. Os "mucker", enquanto grupo, passam de criminosos a vítimas da arbitrariedade policial. Petry aponta como causa do movimento o isolamento religioso e cultural dos colonos. Como argumento, usa documentos inéditos que *contrariam ou deixam em dúvida alguns fatos* narrados por Schupp; porém, em nenhum momento consegue destruir por inteiro a versão do jesuíta. O trabalho, assumindo a forma de um libelo a favor dos rebeldes, acaba sendo uma versão parcial e também preconceituosa dos fatos, tanto quanto o livro de Schupp.

Nenhum desses autores teve alguma preocupação analítica, nem mesmo no sentido de discutir as fontes utilizadas para reconstituir as várias fases do movimento. Esse procedimento vai se repetir no livro de Moacyr Domingues (1977), historiador gaúcho que faz uma história minuciosa, com base na documentação disponível, mas que não vai além dos limites de uma descrição cronológica e factual. O texto de Domingues, em grande parte, focaliza a personalidade, a importância e a ambigüidade do pastor leigo João Klein, que Schupp designou como o "personagem misterioso". A questão das fontes sobre o movimento é objeto do artigo de Hunsche (1974), que apresenta alguns dados novos mas também está longe de qualquer interpretação, seja histórica, seja sociológica.

A produção local sobre os "mucker" contribuiu para o conhecimento dos fatos desde que considerada com cautela. O estigma imposto aos descendentes, as muí-

tas versões veiculadas e as dificuldades que os pesquisadores encontram em relação às fontes¹⁶ são indícios de que o assunto, pelo menos a nível local, está longe de ser resolvido.

Existem apenas dois trabalhos que procuram interpretar o movimento "mucker" como fenômeno histórico e sociológico: os de Maria Isaura Pereira Queirós (1965) e *Janaina Amado* (1976). O primeiro é uma análise geral sobre os movimentos messiânicos brasileiros que procura mostrar a conjuntura de crise que os produziu, traduzindo-se numa interpretação em que, invariavelmente, a causa da crise tem a ver com o processo de diferenciação social. Na parte referente aos "mucker", que, de acordo com a classificação da autora para os movimentos messiânicos brasileiros, é incluído entre os "movimentos rústicos", o trabalho é baseado exclusivamente nos livros de Schupp e Petry (principalmente no primeiro); nesse sentido, temos uma análise bastante incompleta, que aponta a eclosão do movimento como uma reação ao processo de transformação social de São Leopoldo — uma sociedade igualitária que se transformou numa sociedade estratificada. Essa relação de causa/efeito — a passagem de uma sociedade igualitária para uma sociedade estratificada/eclosão de um movimento messiânico — vai ser aprofundada no livro de Amado (1976), que retoma a tese de Queirós num estudo sobre o significado histórico do movimento. Amado define seu trabalho como "uma monografia histórica sobre o movimento mucker" (Amado, 1978, p. 23). Seu ponto de partida é o processo de diferenciação social no âmbito da colônia de São Leopoldo (tratado superficialmente), e as questões de ordem econômica são consideradas prioritárias como causas do movimento. A questão religiosa fica em segundo plano, mas o trabalho tem o mérito de não incorrer no equívoco tão comum às análises sobre movimento messiânico de classificar os seus participantes como "fanáticos", "ingênuos", "alienados" etc. Por outro lado, a reconstituição histórica do movimento, partindo de uma análise crítica da bibliografia e dos documentos disponíveis, é a mais completa possível, sem cair no maniqueísmo da versão defendida por Schupp, na qual os rebeldes são marcados pelo estigma de "canibais assassinos", ou da versão defendida por Petry, que apresenta os "muc-

ker" como colonos ingênuos e ignorantes, vítimas dos acontecimentos.

O movimento "mucker" foi objeto de vários artigos de jornais e revistas do Rio Grande do Sul, tanto na época como posteriormente. Esses artigos, em sua maioria, estão baseados no relato do Padre Schupp. Alguns autores que trataram da colonização alemã também fazem referência ao "episódio do Ferrabraz". O texto de Jaína Amado é o mais completo, do ponto de vista historiográfico, sobre o assunto, mas não o aprofunda sociologicamente. Como ela própria o define, "o trabalho situa-se no terreno da História. O movimento "mucker" é ainda um movimento à procura de sociólogos, psicólogos, antropólogos sociais, e de novos historiadores" (Amado, 1978, p. 22).

Imigração, assimilação e o grupo étnico teuto-brasileiro

A bibliografia sobre a imigração e colonização alemã no âmbito das Ciências Sociais inclui poucos títulos. O tema dominante é o processo de assimilação/aculturação, mesmo em monografias mais gerais como o estudo de comunidade realizado por Albersheim (1962). Esta não é uma preocupação recente no contexto da questão imigratória no Brasil; a assimilação é um assunto presente desde o século passado nas discussões sobre a imigração e sobre o "perigo alemão". A dificuldade de assimilação dos imigrantes alemães foi um dos argumentos centrais contra essa imigração e também um ponto levantado por autores (inclusive alemães) que a defendiam, como H. Handelmann, que fala da "pertinácia da raça alemã como imigrantes que mantêm seus costumes". Segundo ele, "a raça de língua alemã, forte em número e em energia interior, não é daquelas que facilmente se deixam absorver e assimilar (...)" (Handelmann, 1931, p. 994). As "dificuldades de assimilação" dos descendentes de imigrantes alemães vão ser apontadas também por cientistas sociais como Arthur Ramos e Manoel Diegues Jr.

O trabalho mais conhecido nas áreas da Sociologia e da Antropologia é o de Emílio Willems (1946), cujo interesse pela sociedade teuto-brasileira foi, possivelmente, circunstancial. Willems emigrou da Alemanha para o sul do Brasil (Santa Catarina) em 1931, e lá atuou como professor em diversos colégios até 1935. Depois foi para São Paulo, onde lecionou Sociologia

(como assistente de Fernando de Azevedo), e depois Antropologia, na Universidade de São Paulo. Sua pesquisa sobre assimilação e aculturação dos alemães e seus descendentes no Brasil foi realizada no período em que foi professor no meio teuto-brasileiro, quando teve oportunidade de "quase cinco anos de estreita convivência com populações em que o processo de assimilação se revelava sob todos os seus aspectos (...)" (Willems, 1940, p. XIII). Mas seus estudos se basearam, principalmente, na bibliografia então disponível e nos jornais e almanaques teuto-brasileiros. No prefácio do livro de 1946, Willems aponta as dificuldades de ampliar suas pesquisas, entre elas "o clima político dos últimos anos", numa referência ao estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha. Isto, em parte, explica a ausência de qualquer informação sobre a campanha de nacionalização e suas conseqüências.

Todos os trabalhos de Willems (1940, 1941, 1944, 1946, 1951) foram escritos com base na orientação teórica proposta pelos conceitos de assimilação e aculturação. Para ele, "o processo de assimilação consiste no aparecimento de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contatos. O estudo científico da assimilação abrange, portanto, o estudo da formação dessas atitudes". A assimilação, assim, é vista essencialmente como "um processo sócio-psíquico que transforma a personalidade", e a aculturação como as "mudanças nas configurações culturais de dois ou mais grupos que estabeleceram contatos diretos e contínuos" (Willems, 1946, pp. 17, 31, 37). A orientação teórica seguida por Willems se completa com o pressuposto da "marginalidade cultural" dos imigrantes e seus descendentes, característica da fase de transição de uma cultura para outra.

Os dois livros de Willems (1940, 1946) têm estrutura semelhante e tratam dos mesmos assuntos, sendo que o segundo é apenas uma ampliação do primeiro. Na primeira parte dos textos o autor procura analisar o processo histórico de assimilação (no texto de 1946, também o processo histórico de aculturação) usando dados de diferentes épocas e regiões de colonização. Na segunda parte, menos preocupado com as questões de assimilação (embora estas estejam presentes), Willems faz um estudo de aspectos específicos da sociedade

teuto-brasileira como a língua, a organização econômica, a escola, a família, a religião, a organização jurídica e política, a literatura, a imprensa e a cultura recreativa. Nos vários artigos que publicou (Willems, 1941, 1944, 1951) são retomados alguns desses assuntos, sempre orientados para a questão da assimilação. Ao longo dos textos são abordados alguns aspectos da pertinência étnica germânica (referida como "sentimento de lealdade que prende o imigrante à cultura do seu grupo") e dos conflitos evidenciados especialmente através da imprensa teuto-brasileira, aos quais Willems não dá grande importância, considerando-os ora como produto da ambivalência dos grupos marginais, ora como resistência à mudança.

No seu conjunto, a obra de Willems é importante para compreender os problemas étnicos resultantes do processo de colonização e alguns aspectos específicos relacionados à vida social e econômica. Mas os problemas — que são muitos — não decorrem tanto da perspectiva teórica adotada, mas da forma como os textos foram construídos e do excesso de generalização. Preocupado com os fenômenos de assimilação e aculturação, em voga na Sociologia e na Antropologia Cultural na época, Willems apresenta o caso teuto-brasileiro como modelo para ilustrar teorias sobre mudança cultural e social que, de certa forma, negam legitimidade aos grupos étnicos. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que lamenta a "perda do patrimônio cultural dos imigrantes alemães" e a "cabocização" dos colonos, vai buscar, nas várias áreas de colonização alemã, exemplos para ilustrar a transformação da cultura original dos imigrantes no contato com a sociedade brasileira. Todos os indícios de existência de uma ideologia étnica e de valores culturais próprios, entre outros — até mesmo as questões relacionadas ao *Deutschum* —, são minimizados como resíduos ou sobrevivências, ou resistências a uma assimilação irremediável! O resultado dessa orientação são textos excessivamente generalizantes, um arrolamento de dados os mais diversos que estão longe de expressar uma complexa realidade empírica. De fato, Willems não conseguiu dar conta do processo histórico, nem da assimilação, nem da aculturação. Há poucas referências ao seu trabalho de campo e ao modo como realizou a pesquisa, e boa parte dos dados vem de trabalhos escritos os mais variados, sem maiores preocupações ana-

líticas com relação a essas fontes, que incluem alguns almanaques e jornais teuto-brasileiros, relatos de viagens, textos de autores locais etc. Willems também não tem a preocupação de situar os dados no contexto histórico, e nem leva em conta as diferenças que existem entre as várias áreas de colonização. A cultura que denomina teuto-brasileira é tratada como "cultura marginal", e o autor procura sempre evidências que mostram a incorporação de elementos da cultura brasileira.

Dois exemplos servem para mostrar os equívocos cometidos por Willems em nome da generalização. O primeiro deles diz respeito ao "complexo eqüino" incorporado pelos teuto-brasileiros e que teria exercido uma função "na luta pelo *status* dos imigrantes" (Willems, 1944, 1946). A adoção do cavalo como meio de transporte é considerado um indício tanto de aculturação como da luta para conquistar *status*. O "complexo eqüino", referido como parte da "cultura gaúcha", teria sido adotado pelos teuto-brasileiros em geral com a mesma função. Na tentativa de comprovar esse ponto, o autor dá exemplos de várias colônias estabelecidas fora do Rio Grande do Sul. Temos, então, um "complexo eqüino" solidamente radicado na cultura teuto-brasileira porque representando *status*, quando o cavalo nada mais era do que um meio de transporte necessário!

O segundo exemplo é a questão da língua alemã, analisada do ponto de vista da aculturação. A preocupação maior de Willems é fazer uma listagem das palavras portuguesas incorporadas ao linguajar teuto-brasileiro e seu significado, tendo em vista mostrar a "permeabilidade lingüística" e o uso mais ou menos difundido do português, nas áreas urbanas como indícios da busca de ascensão social. Nada mais equivocado quando se sabe que nas cidades surgidas nas regiões de colonização alemã, principalmente até a década de 1930, o elemento nacional estava bem longe de constituir uma classe dominante. Ao mesmo tempo que faz estas considerações, Willems também apresenta dados que mostram uma situação bem diversa: a língua alemã, mesmo modificada, é valorizada no sentido de marcar a identidade étnica. Só que, para ele, este é um dado secundário, indício de "marginalidade" e de "ambivalência cultural".

O que autores como Willems ignoraram — talvez deliberadamente — é o papel que a cultura de origem, mesmo reelabo-

rada, modificada, transformada, representa no sentido de marcar a pertinência étnica. Os fenômenos conceituados como "assimilação", "integração", "aculturação", de fato não anulam necessariamente a identidade étnica, nem o sentido de pertencimento a um grupo étnico. A cultura original dos imigrantes se modificou no contato com o meio e a sociedade brasileiras, e mesmo as ideologias étnicas mudaram no tempo, mas certamente não desapareceram.

Como resultado, os trabalhos de Willems dão a impressão de uma colagem de dados gerais que não se aplicam a muitas situações particulares, sugerindo uma homogeneidade que não existe empiricamente. Sua obra, contudo, é ponto de partida e principal fonte de outros trabalhos antropológicos e sociológicos que tratam do mesmo tema — a assimilação de imigrantes.

A preocupação em mostrar as modificações da cultura teuto-brasileira no contato com a sociedade nacional está presente nos trabalhos de Ramos (1947), Martins (1955), Diegues Jr. (1976, 1964) e Schaden (1956), cuja principal fonte de informações foi a obra de Willems. Com exceção de Schaden, que fez um estudo comparativo da aculturação de imigrantes alemães e japoneses, os outros três realizaram pesquisas bem mais amplas sobre a imigração em geral, no Brasil (Diegues Jr., 1964) e no Paraná (Martins, 1955), e sobre relações de raça e cultura no Brasil, onde a imigração européia é um dos tópicos (Ramos, 1949 e Diegues Jr., 1976). Apesar da orientação teórica voltada para os conceitos de aculturação e assimilação, esses autores apontam para a diversidade étnica e cultural no Brasil, para a qual contribuíram também os imigrantes. Nesse sentido, destacam não só as mudanças culturais verificadas no âmbito das colônias alemãs, como também os elementos da cultura de origem que foram mantidos ou apenas modificados.¹⁷ Essas análises, contudo, repetem o procedimento de Willems, constituindo-se como arrolamentos de traços culturais, utilizados para demonstrar o estágio em que se encontra o processo de assimilação.

O mesmo procedimento também caracteriza os trabalhos de Pacheco (1964), referido aos descendentes de imigrantes alemães no Espírito Santo, e Albersheim (1962), que analisa o processo de assimilação na comunidade teuto-brasileira de

Ibirama, Santa Catarina. A monografia de Albersheim se inscreve entre os estudos de comunidade e tem dois objetivos: mostrar até que ponto uma sociedade desenvolvida por imigrantes pode ser vista como uma variante da sociedade nacional, e fazer uma caracterização geral da comunidade. Na verdade, o primeiro objetivo fica limitado à questão da assimilação e se encerra com a constatação de que a população teuto-brasileira de Ibirama está "integrada à sociedade nacional", apesar das "resistências" a essa integração! No conjunto, trata-se de monografia escrita nos padrões dos "estudos de comunidade", incluindo uma breve descrição geográfica e histórica da região (alto vale do Itajaí), vários capítulos descrevendo superficialmente o meio rural, a estrutura demográfica e a organização econômica, social, escolar e, finalmente, um capítulo final sobre a assimilação.

Todos esses autores trabalharam numa problemática comum relacionada à questão da mudança cultural, vinculada a uma concepção mecanicista de cultura. Os grupos étnicos constituídos no Brasil por descendentes de imigrantes distinguiram-se uns dos outros e da sociedade nacional por serem portadores de culturas específicas. Estas foram se modificando ao longo do processo de assimilação, até atingir maior ou menor (caso dos teuto-brasileiros) grau de integração à sociedade brasileira. Os grupos étnicos são, portanto, definidos por características culturais objetivas, inapelavelmente destinadas ao desaparecimento ou à transformação no decorrer do contato com a sociedade mais ampla. Todos os dados que remetem a uma distinção étnica — objetiva e/ou subjetiva — são explicados pela "diversidade cultural" (Diegues Jr.), pela "resistência à integração" (Albersheim), ou pela "marginalidade cultural" (Willems) etc. Negam, pois, qualquer especificidade à questão étnica, que desaparece no contexto do processo de assimilação. No entanto, a ideologia étnica teuto-brasileira foi constituída não nas colônias isoladas, mas no decorrer do contato com outros imigrantes e com a sociedade brasileira — uma identidade étnica positivamente definida a partir de uma origem e cultura comuns, e de uma experiência de vida compartilhada, pontuada por crises, que é a história da colonização alemã no Brasil.

Trata-se de uma identidade étnica que reflete tendências positivas de inclusão e

afirmação do próprio grupo, numa clara expressão de *etnicidade*. Pode-se argumentar que o conceito de etnicidade tem suas limitações, pois remete a uma faceta específica do problema — a condição de pertencimento a um grupo étnico. No entanto, ele permite apreender o significado da pertinência étnica teuto-brasileira sem excluir as transformações decorrentes do processo de assimilação/integração, o qual não impediu a manutenção do componente étnico da identidade social da maioria dos descendentes de imigrantes alemães. A cultura original foi transformada e certos valores, ideologias e instituições de caráter étnico desapareceram ou foram reelaboradas; mas critérios de distintividade, usados para marcar a identidade étnica, persistem apesar da assimilação.

A população teuto-brasileira, hoje, não é uma minoria no sentido clássico do termo. Mas os imigrantes de origem alemã se estabeleceram no sul do País como colonos estrangeiros, sem direito de cidadania. As dificuldades relacionadas com a própria política imigratória brasileira, entre outras, colocaram os imigrantes numa situação de grupo minoritário, mais ou menos identificado com valores culturais e nacionais próprios. O idioma alemão foi mantido e as diferenças se afirmaram sobre valores culturais, religiosos, familiares, comunitários e de raça representados pela idéia de *Deutschtum*, que implica uma comunidade étnica fundamentada no direito de sangue. Essa idéia foi, posteriormente, modificada para *Deutschbrasilianertum*, na medida em que incorporou a cidadania brasileira. Ambas são idéias construídas e divulgadas pela imprensa, pela escola, pela igreja e outras instituições comunitárias. Essas instituições formais, a língua e a imprensa, serviram como veiculadoras e perpetuadoras de uma *etnicidade* que se afirmou no momento em que se estreitaram os contatos com os brasileiros, em função do desenvolvimento econômico das antigas colônias e da concentração de teuto-brasileiros nas cidades.

Os canais formais de atualização da *etnicidade* — como a “escola alemã”, as publicações em alemão, as sociedades culturais e recreativas etc. — desapareceram ou perderam sua função étnica após a Segunda Guerra Mundial. A identidade étnica, porém, continua a ser definida por valores também elaborados no passado, como a origem comum, o *ethos* alemão do trabalho, traços culturais supostamente

tradicionais, a crença subjetiva e etnocêntrica na excelência do próprio grupo, e até a própria língua alemã (ainda que não seja do domínio de todos).

A emergência da identidade étnica teuto-brasileira e sua transformação no decorrer da história da colonização foram aqui analisadas, em vários dos seus aspectos, tomando como modelo empírico o vale do Itajaí (cf. Seyferth, 1979, 1982 a, b, 1986). Estes trabalhos também enfatizam o papel da imprensa teuto-brasileira na formação de uma consciência étnica, moldada a partir de elementos característicos da ideologia germanista, e o modo como as categorias étnicas são definidas e manipuladas. Refletem, portanto, um procedimento diverso dos estudos sobre aculturação e assimilação, na medida em que mostram como e porque critérios de identificação próprios ao grupo étnico teuto-brasileiro persistiram no vale do Itajaí (ver, principalmente, Seyferth, 1982 b).

Um texto que pode ser excluído dessa temática dominante nos estudos sobre a colonização alemã feitos por cientistas sociais é o de Lando e Barros (1976). O livro é definido por suas autoras como “uma interpretação sociológica” da colonização alemã no Rio Grande do Sul; não constitui uma pesquisa original e tem por base trabalhos como os de Roche, Willems, Porto, Truda, Diegues Jr. e Carneiro. Seu objetivo: provar que a colonização alemã “foi consequência de uma série de fatores, tanto endógenos como exógenos, que se ligam ao sistema de produção praticado no Brasil nesta época, e à forma como se reproduziu o capitalismo no nosso País” (Lando e Barros, 1976, p. 7). A análise resultante de um pressuposto tão geral, na verdade, é simplista e superficial, contendo erros que revelam desconhecimento da realidade mais ampla da imigração e colonização no Brasil, a começar pela tese central do texto, que afirma a peculiaridade absoluta do processo de colonização com imigrantes no Rio Grande do Sul: “a experiência da “colonização” não se fez unicamente na Província do Rio Grande do Sul; tentou-se introduzir este sistema também em outros Estados, mas foi apenas no Rio Grande do Sul — e nisto se constituiu o traço característico desta colonização — que o sistema vingou” (Lando e Barros, 1976, p. 53). Os autores ignoram, portanto, a história da colonização nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo e

até mesmo em São Paulo (apesar das referências ao sistema de colonato). Os assuntos tratados ou são muito gerais (como as características da imigração européia para o Brasil) ou muito específicos (o início da colonização de São Leopoldo), sem uma justificativa para este tipo de procedimento analítico. Finalmente, o texto conclui com observações sobre a integração e participação política dos teuto-brasileiros nas colônias e referências à educação e ao movimento "mucker". Apesar da louvável tentativa de interpretação sociológica, este trabalho não apresenta dados novos sobre o processo de colonização.

Os trabalhos mencionados até agora não esgotam a bibliografia sobre imigração e colonização alemãs. Existem artigos publicados em diferentes revistas,¹⁸ além de comunicações apresentadas em simpósios específicos sobre o tema, que tratam de aspectos isolados como a organização social ou econômica das colônias, a assimilação, as escolas, a religião e as instituições típicas e, principalmente, de aspectos relacionados à história da colonização. Entre as publicações específicas devem ser destacados os *Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros* (1966, 1968, 1976), os *Anais do 1.º e 2.º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul* (1974, 1976) e o *Album do Sesquicentenário da Imigração Alemã* (1974), que incluem contribuições, quase sempre descritivas, de historiadores (locais ou não), geógrafos e cientistas sociais.

Conclusão

Ao publicar sua *História do Brasil*, em 1859, o alemão Heinrich Handelman julgo necessário acrescentar um apêndice sobre a questão da imigração. Neste, faz referência aos imigrantes alemães radicados nos Estados Unidos, que se tornaram cidadãos americanos sem renunciar à sua nacionalidade, sua língua e seus costumes alemães. E acrescenta: "se o Brasil quer receber, de fato, uma imigração alemã, deve contar com o mesmo fenômeno, a formação de uma raça teuto-brasileira (...)" Em resumo, os brasileiros devem desistir de "veleidades nativistas" se quiserem a imigração alemã (Handelman, 1931, p. 994). Tais afirmações fazem parte de uma discussão sobre a colonização na qual são salientadas as qualidades do alemão como povo colonizador e defendida a formação de colônias homogêneas

no Brasil. Três décadas antes de Handelman, outro autor alemão, G. W. Freyreiss, também levantou questões relacionadas à colonização européia ao expor as razões do fracasso da colônia Leopoldina, fundada com imigrantes alemães em 1818 na Bahia (Freyreiss, 1824, cit. por Maack, 1938). Autores extemporâneos em relação à produção mais ampla sobre o tema, ambos refletem as tendências dominantes na bibliografia sobre o assunto.

Em primeiro lugar, temos uma literatura que, de alguma forma, está comprometida por um conteúdo ideológico irredutível. De um lado, a excelência da colonização alemã é o pano de fundo tanto dos textos de propaganda como do debate sobre a necessidade da imigração, bem como da maior parte da literatura descritiva e dos textos escritos sob a chancela do *Deutschtum*. Do outro lado, o sentimento antigermânico permeia a maior parte dos trabalhos que se posicionaram contra a colonização alemã, em função da propaganda pangermanista e nazista, incluindo, principalmente, autores brasileiros e franceses. No primeiro caso, o imigrante alemão é qualificado como elemento pacífico, que gera o progresso — um trabalhador por excelência, base para o desenvolvimento (em todos os sentidos) das regiões onde se estabeleceu. Esta orientação ideológica é preponderante tanto nos textos de autores brasileiros que recomendam a colonização alemã, desde o Visconde de Abrantes (1846), como na maior parte dos trabalhos históricos e descritivos produzidos por alemães e teuto-brasileiros. No segundo caso, o imigrante alemão é desqualificado como não-assimilável, avesso à miscigenação, enquistado, antibrasileiro — enfim, um representante do expansionismo alemão. Mas, apesar do conteúdo ideológico que marca toda essa produção, os dados ali reunidos são únicos e indispensáveis à compreensão tanto do processo de colonização e dos determinantes da imigração, como das próprias ideologias subjacentes a essas questões e que refletem um debate político mais amplo.

Em segundo lugar, existe a produção acadêmica, na qual são privilegiados temas como o processo histórico de colonização em geral ou de colônias em particular, e os problemas decorrentes do contato dos descendentes de imigrantes com a sociedade brasileira. No entanto, nela também são retomadas algumas das questões que remetem aos textos mais antigos, co-

mo, por exemplo, a dificuldade de assimilação dos descendentes de imigrantes alemães, o problema da adaptação às zonas tropicais e subtropicais e o problema mais geral da contribuição da colonização alemã ao desenvolvimento agrícola e industrial do sul do País; em resumo, o processo de colonização como experiência bem-sucedida, mais freqüentemente discutido na obra de geógrafos e historiadores.

A questão étnica, por razões óbvias, é o assunto principal na obra de sociólogos

e antropólogos, ainda que prevaleça a abordagem assimilacionista — uma questão que já se delineia antes mesmo da formação intensiva de colônias, como pode ser verificado nas observações de Handelman. Ela pode ser percebida, no seu conteúdo ideológico, em boa parte da bibliografia geral. Finalmente, devo dizer que apesar do grande número de trabalhos publicados, a imigração e colonização alemã no Brasil estão longe de ser um assunto esgotado.

Notas

1. A doação de terras a imigrantes só ocorreu na primeira fase da colonização de São Leopoldo (RS): 1824-30. Quando o fluxo imigratório se reiniciou, em 1845, os lotes passaram a ser vendidos aos colonos, a prazos variados, na proporção de um lote para cada família.

2. Algumas dessas colônias, citadas a seguir, mostram a constância do processo de colonização: Feliz (1845), Mundo Novo (1846), Caí (1848), Santa Cruz (1849), Estrela (1853), Piedade (1857), Santo Ângelo (1857), Teutônia (1858), São Lourenço (1858), Nova Petrópolis (1858), Monte Alverne (1859), Candelária (1863), Poço das Antas (1875), Nova Berlim (1876), Friedental (1877), Palmas (1880) etc.

3. Esta forma de marcar a concentração étnica nas colônias mistas também ocorreu no Sul: imigrantes de uma mesma procedência procuravam obter lotes numa mesma linha colonial. Cada uma dessas linhas correspondia, usualmente, a um curso d'água, ao longo do qual se demarcavam os lotes. A linha é sinônimo de picada aberta na mata e servia de via de acesso aos lotes. O nome da linha em geral correspondia ao nome do rio ou ribeirão e servia como identificador da comunidade ali formada.

4. Em princípio, a campanha de nacionalização visava a todos os imigrantes e seus descendentes. A ação foi dirigida sobretudo para alemães e japoneses em virtude da maior coesão étnica desses grupos. Mas foi principalmente a atividade dos nazistas que determinou uma repressão maior nas áreas de colonização alemã.

5. Carvalho (1874) faz diversas referências a artigos de jornais que condenam a imigração alemã para o Brasil. O texto de Taunay, por sua vez, é uma resposta às críticas que, no plano político, se faziam a esta imigração. O argumento dessa crítica é o expansionismo alemão, por um lado, e a condição do Brasil como País latino, por outro.

6. Todos os três estavam de alguma forma ligados à Cia. Hanseática de Colonização em Hamburgo, encarregada da colonização da região à noroeste do Estado de Santa Catarina recebida como dote pela princesa brasileira D. Francisca quando do seu casamento com o príncipe de Joinville.

7. Avé-Lallemant, além dos livros dedicados a diversas viagens pelo Brasil, tem uma publicação, citada por Maack (1938, p. 400), que se insere no debate sobre questões de emigração e colonização alemãs, especialmente referida ao desenvolvimento econômico e ao êxito dos empreendimentos coloniais, a exemplo das publicações de H. Blumenau. Cf. Avé-Lallemant, R. C. B. — 1872 — *Die deutsche Kolonisation in Brasilien und der Reichstag am 10. Mai 1872*. Lubeck, s/ ed.

8. A proibição do uso cotidiano da língua alemã e o fechamento de jornais e editoras que publicavam em alemão — entre outras medidas repressivas tomadas durante a campanha de nacionalização — fizeram com que muitos teuto-brasileiros, por medo de represálias das autoridades policiais, destruíssem suas bibliotecas e arquivos pessoais. O mesmo ocorreu nas sociedades culturais e recreativas, seja por parte dos próprios teuto-brasileiros, seja pelos encarregados de promover a nacionalização. Desta ação resultou não só o desaparecimento de importantes fontes manuscritas sobre a colonização alemã, como também de coleções inteiras de jornais, almanaques e outras publicações periódicas editadas em alemão.

9. O Pastor Wilhelm Rotermund, por exemplo, fundou a mais conhecida das editoras teuto-brasileiras, em São Leopoldo, e que leva seu nome. Durante mais de 30 anos publicou o *Kalender für die Deutsche in Brasilien* — almanaque popular, de retórica germanista, e conhecido em todo o sul do Brasil, tanto pela população teuto-brasileira luterana como católica e adventista. Uma boa parcela dos trabalhos sobre a imigração alemã no Brasil foi publicada pela Editora Rotermund. Ver Rotermund (1917) e Fausel (1936, 1937).

10. Sobre a colonização de Santa Catarina, especialmente sobre o vale do Itajaí, existe um trabalho anterior à fundação de Blumenau que se inscreve entre os textos importantes do debate sobre a imigração européia para o Brasil. Trata-se de um relatório de Charles Van Lede (1845) para a Sociedade Belgo-Brasileira de Colonização que estabeleceu uma colônia com imigrantes belgas no baixo vale do Itajaí (Ilhota), empreendimento que fracassou alguns anos depois.

11. Deve ser observado que, em muitos casos, os autores desses textos empíricos foram também os que coletaram documentos, manuscritos, cartas, fotografias, coleções de jornais etc. — seja em órgãos públicos, seja entre particulares — e organizaram, com eles, os arquivos históricos regionais ou locais.

12. O significado étnico e cultural do germanismo foi analisado, respectivamente, por Seyferth (1982) e Willems (1940).

13. Sobre esse assunto, especialmente para São Paulo, ver o trabalho de Petrone (1982).

14. Dados sobre o estabelecimento das colônias e alguma estatística sobre a imigração alemã podem ser encontrados em Ramos (1947, Caps. VIII e IX) e em alguns dos autores citados, como Porto (1934), Pellanda (1925), Roche (1969) e Diegues (1964). A *História da Colonização no Brasil*, de Silva Rocha (1918), trata do estabelecimento das colônias e da política de colonização, e sua contribuição mais importante é a análise sobre a legislação pertinente.

15. A primeira publicação em alemão foi em 1900; a primeira edição brasileira data provavelmente de 1911, e nela não consta o ano da publicação. O livro teria sido escrito em 1878, mas só foi publicado mais tarde, porque os provinciais jesuítas europeus colocaram em dúvida o valor científico da obra (cf. Amado, 1978, p. 19).

16. Janaína Amado, por exemplo, afirma terem sido inúteis as tentativas de localizar o processo judicial final contra os “mucker”, documento que considera “muito importante” e “estranhamente desaparecido”; a autora também não conseguiu ter acesso aos arquivos particulares, como o arquivo da família Mentz (Porto Alegre) e do historiador Leopoldo Petry (São Leopoldo), nem à correspondência dos jesuítas de São Leopoldo — todas fontes importantes sobre o movimento (cf. Amado, 1978, p. 23).

17. Um aspecto da cultura que tem chamado a atenção dos estudiosos é a língua alemã falada pelos descendentes de imigrantes, à qual foram incorporadas palavras e expressões portuguesas. Há referências a esse assunto em diversos trabalhos já citados, como os de Willems e Roche, além do estudo filológico realizado por Schapelle

(1917) e do trabalho de Oberacker Jr. (1977), que estuda a transformação da língua alemã como produto do processo de "assimilação cultural".

18. Alguns artigos podem ser encontrados em publicações periódicas, principalmente de História, como as revistas dos Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e na revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul; ou em revistas que têm interesse no tema, como o *Staden Jahrbuch* (publicado pelo Instituto Hans Staden, de São Paulo, desde a década de 1950) e os *Estudos Leopoldenses* (publicação do Instituto Anchietano de Pesquisa de São Leopoldo, Rio Grande do Sul).

Bibliografia

- Abrantes, Visconde de
1941 (1846). "Memória sobre os meios de promover a colonização". *Revista de Imigração e Colonização*, ano II, ns. 2/3.
- Albersheim, Ursula
1962. *Uma Comunidade Teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP/MEC.
- Album do 1.º Centenário de Brusque. Edição da SAB, Brusque, 1960.
- Album Histórico do Centenário de Joinville — 1851-1951. Curitiba, Gráfica Mundial Ltda.
- Album Oficial do Sesquicentenário da Imigração Alemã. Porto Alegre, EDEL, 1974.
- Album Comemorativo do Cinquentenário da Fundação de Ijuí — 1890-1940, Ijuí, Loew e Filhos, 1940.
- Aldinger, Paul
1904. "Die Methode der bauerlichen Wald-Gebirgskolonisation in Südbrasilien". *Südamerikanische Rundschau*, 6/7.
1909. *Das Itajahy-Tal. Deutsche Siedlung im brasilianischen Urwald. Blumenau und Hansa*. Hamburgo, H. O. Persiehl.
s/d. *Die Kolonie Hansa*. Potsdam, Stiftungsverlag.
1923. *Deutsche Mitarbeit in Brasilien. Kurtze Übersicht über die Geschichte des Deutschtums in Brasilien*. Curitiba, Theodoro Locher.
- Alvensleben, Ludwig von
1854. *Die Deutsche Kolonie Dona Francisca*. Leipzig, Verlag C. A. Haendel.
- Amado, Janaína
1978. *Conflito Social no Brasil. A Revolta dos Mucker*. São Paulo, ed. Símbolo.
- Amaral, Max Tavares d'
1950. *Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí*. São Paulo, Instituto Hans Staden.
- Ammon, Wolfgang
1923. *Chronica do Município de São Bento (Sta. Catarina)*. Joinville. Typographia Boehm.
s/d. *Die Ersten Jahre als Kolonist und andere Erzählungen*. Curitiba, Imprensa Paranaense.
- Anais do 1.º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. 1974, São Leopoldo, Rotermond.
- Anais do 2.º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. 1976, São Leopoldo, Rotermond.

- Aquino, Ivo d'
1942. *Nacionalização do Ensino: Aspectos políticos*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado.
- Arndt, Karl J. R. & Olson, M. F.
1973. *The German Press of the Americas*. (Die Deutschsprachige Presse der Americas) 1732-1968. V. 2 — *Argentina, Bolívia, Brazil*. München, ed. Documentation.
- Assier, Adolphe d'
1867. *Le Brésil Contemporain*. Paris, Durand e Lauriel.
- Aulich, Werner
1953. *O Paraná e os Alemães. Estudo Caracterológico sobre os Imigrantes Germânicos*. Curitiba, ed. Comissão de Festas do Grupo Étnico Germânico do Paraná.
- Avé-Lallemant, R. C. B.
1859. *Reise durch Süd-Brasilien im Jahre 1858*. Leipzig, F. A. Brockhaus. 2 vs.
- Balhana, Altiva P. & Nadalin, Sergio O.
1974. "A imigração e o processo de urbanização em Curitiba". *Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo.
- Balhana, Altiva P. et alii.
1968. *Campos Gerais. Estruturas Agrárias*. Curitiba, Departamento de História, UFPR/CNPq.
1969. "Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização". *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo.
- Ballod, Karl
1892. *Der Stadt Santa Catharina*. Stuttgart, J. G. Cotta.
- Bastos, A. C. Tavares
1976 (1867). "Memória sobre imigração". *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*. São Paulo, Cia. Nacional, Brasília, INL, 2.ª ed.
- Baum, Loretta
1919. "German political designs, with reference to Brazil". *Hispanic America Historical Review*, v. 2, novembro 1919.
- Bayma, Celso
1919. *Colonização Alemã em Santa Catharina*. Rio de Janeiro, Papelaria e Typographia Norte.
- Becker, Klaus (org.)
1956/58. *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas, ed. Regional, 5 vs.
- Becker, Rudolf
1938. *Deutsche Siedler in Rio Grande do Sul. Eine Geschichte der deutschen Einwanderung*. Ijuí, Ulrich Löw.
- Benesch, Leopold
1947. *Dreizehnlinden. Die österreichische Siedlung in Brasilien*. Linz-Donau, Oberösterreichischer Landesverlag, 4.ª ed.
- Beschoren, M.
1889. *Beitraege zur naehenren Kenntnis der brasilianischen Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul*. Gotha, Perthes.
- Bethlem, Hugo
1939. *Vale-do Itajaí. Jornadas de Civismo*. Rio de Janeiro, Livraria J. Olympio Ed.

- Bigg-Wither, Thomas P.
1878. *Pioneering in South Brazil: Three Years of Forest and Prairie Life in the Province Paraná*. London, J. Murray, 2 vs.
- Blumenau, Hermann
1850. *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation*. Rudolstadt, G. Froebel.
1851. *Die Deutsche Kolonie Blumenau in der Sudbrasilianischer Provinz S. Catharina*. Rudolstadt, s/ed.
1851. *Leitende Anweisungen für Auswanderer nach der Provinz S. Catharina in Südbrasilien*. Rudolstadt, s/ed.
1857. *Briefe über Brasilien. I Auswanderung nach Brasilien und Kolonisation*. Frankfurt a.M., s/ed.
1866. "Deutsche protestantische Gemeinden in Brasilien". *Zeitschrift für Erdkunde zu Berlin*, I.
- Bonsal, Stephen
1903. "Greater Germany in South America". *North American Review*. V. 176, janeiro 1903.
- Brandenburger, Clemens
1925. "Imigração e colonização sob o segundo reinado". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 98, v. 152.
- Brasilien. Reichsstelle für das Auswanderungswesen. Übersichtliche Darstellungen der 1924. Verhältnisse in den Einwanderungsländern, 3 (1924).
- Brepohl, Friedrich W.
1932. *Wanderung und Siedlung. Kulturhistorische Betrachtung zu den Jubeljahren 1929/30*. São Leopoldo, Rotermond.
- & Fugmann, W.
1927. *Die Wolgadeutschen im Brasilianischen Staate Paraná*. Stuttgart, Ausland und Heimat Verlags-Aktiengesellschaft.
- Breitenbach, W.
1885. *Die Provinz Rio Grande do Sul, Brasiliens und die Deutsche Auswanderung*. Heidelberg, ed. do Autor.
1887. *Über das Deutschtum in Süd-Brasilien. Eine Studie*. Hamburgo, Richter.
- Brokamp, J.
1924. *Das Gemässigte Brasilien als Auswanderungsland für den deutschen Landwirt*. Vechta, Verband Landwirtschaftlicher Kleinbetriebe.
- Broos, Hans & Socorro, Francisco (coord. editorial)
1980. *A Hering de Blumenau: Um Século — 1880-1980*. Blumenau.
- Bühler, Fritz
1919. *Dona Francisca. 70 Jahre deutscher Kulturarbeit in Brasilien im Staate Santa Catharina*. Berlin/Wilmersdorf, H. Paetel.
- Buerger, Otto
1926. *Brasilien. Eine Landes und Wirtschaftskunde für Handel, Industrie und Einwanderung*. Leipzig, Dietrich.
- Cabral, Oswaldo R.
1960. *Brusque. Subsídios para a História de Uma Colônia nos Tempos do Império*. Brusque, ed. da Sociedade Amigos de Brusque.
1970. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, ed. Laudes.
1937. *Santa Catarina. História, Evolução*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

- Câmara, A. de Lima
 1940a. "Os alemães no Sul do Brasil". *Revista de Imigração e Colonização*, ano I, n. 1.
 1940b. "A nacionalização do ensino". *Revista de Imigração e Colonização*, ano I, n. 2.
- Câmara, Lourival
 1940. "Estrangeiros em Santa Catarina". *Revista de Imigração e Colonização*, ano I, n. 4.
- Canstatt, Oskar
 1877. *Brasil: Land und Leute*. Berlim, Ernst Siegfried und Sohn.
 1899. *Das Republikanische Brasilien in Vergangenheit und Gegenwart*. Leipzig, Ferdinand Hirth & Sohn.
 1902. *Kritisches Repertorium der Deutsch-brasilianischen Literatur*. Berlim, Ditrich Reimer.
 1904. *Die deutsche Auswanderung*. Berlim, Ditrich Reimer.
 1906. *Nachtrag zum kritischen Repertorium*. Berlim, Ditrich Reimer.
- Carneiro, J. Fernando
 1948. "História da imigração no Brasil". *Boletim Geográfico*, VI (69).
 1950. *Imigração e Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil. Publicação Avulsa 2.
 1959. *Karl von Koseritz*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro.
- Carvalho, Augusto de
 1874. *Estudo sobre a Colonização e Emigração para o Brasil*. Porto, Typographia do Comércio do Porto.
- Carvalho, Hippolyte
 1858. *Études sur le Brésil au point de vu de l'emigration et du commerce français*. Paris, Garnier.
- Centenário da Colonização Alemã. Rio Negro. 1829-1929. Curitiba, Olivero.
- Centenário de Timbó. 1869-1969. Org. Gelindo S. Bussi. Blumenau, Gráfica 43 S/A.
- Centenário da Colonização Alemã. Rio Grande do Sul 1824-1924. Porto Alegre, Typographia do Centro.
- Centenário de Blumenau. 1850-1950. Blumenau, ed. da Comissão de Festejos/Tipografia Blumenauense.
- Chamberlain, G. A.
 1904. "Germany in Southern Brazil". *The Independent*, v. 56, maio 5. 1904.
- Cheradame, André
 1917. *O Plano Pangermanista Desmascarado. A Temível Cilada Berlinesa da "Partida Nulla"*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier.
- Cincoentenário da Colonização de Ibirama (Hansa-Hammonia) — 1897-1947. Ibirama, Sociedade Colonizadora Hanseática.
- Cincoentenário da Comunidade Evangélica de Ibirama. 1904-1954. Blumenau, Tipografia e Livraria Blumenauense S/A.
- Colonização Alemã no Estado do Rio Grande do Sul. 1931, Porto Alegre, Vaterland.
- Colonização de São Leopoldo. 1924, Porto Alegre, Officinas Graphics da Escola de Engenharia.
- Colóquios de Estudos Teuto-Brasileiros. I, Porto Alegre, 1966; II, Recife, 1968; III, Porto Alegre, 1976.

- Cooper, Clayton S.
1918. "The Germans in South America". *Century*, v. 96.
- Cornelius, Karl G.
1929. *Die Deutschen in brasilianischen Wirtschaftsleben*. Stuttgart, Ausland — und Heimat Verlags — A. G.
- Dalbey, R. O.
1970. *The German Private Schools of Southern Brazil during the Vargas Years, 1930-1945*. Ph. D. Tesis, Indiana University.
- Dall'Alba, J. L.
1973. *O Vale do Braço do Norte*. Orleans, ed. do Autor.
- Dantas, F. C. de Santiago
1987. *Ligeira Notícia sobre as Operações Militares contra os Muckers na Província do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Typographia da Gazeta de Notícias.
- Dantas, M.
1942. *A Força Nacionalizadora do Estado Novo*. Rio de Janeiro, DIP.
- Das Kaiserreich Brasilien auf der Wiener Weltausstellung 1873. Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1873.
- Das Kaiserreich Brasilien, auf der Weltausstellung von 1876 in Philadelphia. Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1876.
- Dayatz, Thomas
1941 (1858). *Memórias de um Colono no Brasil*. São Paulo, Livraria Martins ed.
- Decker, Siegfried
1926. *Praktischer Ratgeber für den Kolonisten in Brasilien*. São Paulo, Edanee.
- Dedekind, M.
1929. *Deutschtum und Evangelium in Brasilien. Lebensbilder aus vier Jahrhunderten*. Leipzig, Sächsische Verlagsgesellschaft.
1924. *Brasilien. Das Ziel deutscher Auswanderer und die deutsche Evangelische Kirche in Brasilien*. Elberfeld, Evangelische Gesselschaft für die protestantischen Deutschen in Südamerika.
- Deeke, José
1917. *Das Munizip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte*. São Leopoldo, Verlag Rotermund.
1920. *Die Hanseatischen Kolonien im Staate Santa Catharina. Hanseatische Kolonisations Gesellschaft, Hammonia*. Blumenau, Typographia Baumgarten.
1922. *Die Kolonie Hammonia zu ihren 25 jährigen Bestehen*. Blumenau, Typographia Baumgarten.
s/d. *Die österreichische Siedlung Dreizehnlinden in Brasilien*. Linz, Verlag des Kath. Presseverein.
- Dênis, Pierre
1909. *Le Brésil au XXème Siecle*. Paris, Librarie Armand Colin.
- Der Urwaldsbote Kalender für Die Deutschen in Südbrasilien. Herausgegeben zum 50 Jährigen Bestehen der Kolonie Blumenau, 1900.
- Dettmann, E. J. K.
1908. *Brasiliens Aufschwung in deutscher Beleuchtung*. Berlim, H. Paetel.
1912. *Das Moderne Brasilien in seiner neuesten wirtschaftliche Entwicklung*. Berlim, H. Paetel.
1935. *Vier Jahre Brasilien-Erlebnisse*. Berlim, Oestergaard.

- Diegues Jr., Manuel
 1964. *Imigração, Urbanização e Industrialização*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP.
 1976 (1956). *Êtnias e Culturas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Brasília, INL, 5.^a ed.
- Dilthey, Richard
 1882. *Die Deutsche Ansiedelungen in Südbrasilien, Uruguay and Argentinien. Reisebeobachtungen aus den Jahren 1880 und 1881*. Berlin, Allgem. Verlag-Agentur.
- Domingues, Moacyr
 1977. *A Nova Face dos Muckers*. São Leopoldo, Rotermond.
- Doerffel, Ottokar
 1865. *Der Südbrasilianische Landwirt. Ein Leitfaden für Ansiedler in Brasiliens Südlichen Provinzen Rio Grande do Sul und Santa Catarina*. Dona Francisca, s/ed.
 1882. *Die Kolonie Dona Francisca in der Südbrasilianischen Provinz Santa Catharina*. Joinville, C. W. Böehm.
- Drascher, W.
 1929. *Auslanddeutsche Charakterbilder*. Stuttgart, Strecker und Schroeder.
- Dreher, Martin N.
 1984. *Igreja e Germanidade*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- Duarte, Manuel
 1917. *Os Allemães em Santa Catharina*. Rio de Janeiro, Typographia "Jornal do Commercio", publ. avulsa.
- Dutot, S.
 1859. *France et Brésil. Notice sur Dona Francisca par M. Aubé*. Paris, Garnier.
- Egler, Walter A.
 1951. "A zona pioneira ao norte do Rio Doce". *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIII, n. 2.
- Endress, Siegfried
 1938. *Blumenau. Werden und Wesen einer deutschbrasilianischen Landschaft*. Schriften des Deutsches Ausland Institut, v. 5, Stuttgart, Ferdinand Rau.
- Entres, Gottfried (ed.)
 1929. *Gedenkbuch zur Jahrhundertfeier deutscher Einwanderung in Santa Catharina*. Florianópolis, Livraria Central.
- Expilly, Charles
 1865. *La Traite, l'Émigration et la Colonisation du Brésil*. Paris, Guillaumin.
- Fausel, Erich D.
 1936. *Dr. Rotermond. Ein Kampf um Recht und Richtung des evangelischen Deutschtums in Südbrasilien*. São Leopoldo, Verlag der Riograndenser Synode.
 1937. *Festschrift für präses d. Hermann Dohms*. São Leopoldo, Verlag der Riograndenser Synode.
 1959. *Die Deutschbrasilianische Sprachmischung. Probleme, Vorgang und Wortbestand*. Berlin, Erich Schmidt Edit.
- Ferraz, Luiz P. do Couto
 1859. *Die deutschen Ackerbau — Kolonien in Santa Catharina*. Hamburg, G. W. Niemeyer.

- Ferraz, Paulo Malta
 1949. *Apontamentos para a História da Colonização de Blumenau*. São Paulo, Instituto Hans Staden.
 1976. *Pequena História da Colonização de Blumenau. 1850-1883*. Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau, Publ. 16.
- Festschrift zum 50 Stiftungsfest des Schützenvereins Brusque. Brusque, 1916.
- Festschrift zum 50 Jährigen Jubileum der Linha Isabela — S. Cruz. Santa Cruz, Lambert & Riedl, 1924.
- Festschrift zum 60 Jährigen Bestehen der Deutsch-Evangelischen Schule in Brusque. Brusque, 1933.
- Festschrift zur 25. Wiederkehr des Einweihungstages der Deutschen Ev. Kirche in São Paulo. Ein Beitrag zur Geschichte des Deutschtums in São Paulo. Org. P. M. Begrich. São Paulo, 1933.
- Festschrift zum 25 — Jährigen Bestehen der Bauernvereins Kolonie Serro Azul. Hrsg. v. der Festkommission. Porto Alegre, Typographia do Centro, 1928.
- Festschrift zur Jahrhundertfeier der Deutschen in Serra Cadeado. Hrsg. im Auftrage des Festausschusses. Okt. 1924.
- Festschrift zum 75 Jahre Schützengessellschaft Blumenau. Blumenau, 1934.
- Festschrift zum 75 Jährigen Stiftungsfest des Schützenvereins Brusque. Brusque, 1941.
- Ficker, Carlos
 1965. *História de Joinville. Crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville, Imprensa Ipiranga Ltda.
 1973. *São Bento do Sul. Subsídios para sua História*. Joinville, Imprensa Ipiranga.
- Fischer, J. & Jahn, C. (orgs.)
 1970. *Es Begann am Rio dos Sinos*. Erlangen.
- Flores, Hilda A. Hübner
 1983. *Canção dos Imigrantes*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, UCS.
- Fouquet, Carlos
 1950. "Bibliografia sobre o Vale do Itajaí". *Centenário de Blumenau*, Blumenau, Tipografia e Livraria Blumenauense.
 1974. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil. 1808-1824-1974*. São Paulo, Instituto Hans Staden; São Leopoldo, Federação dos Centros Culturais 25 de Julho.
 1979. *Dr. Hermann Blumenau. Ein Bild seines lebens*. São Leopoldo, Federação dos Centros Culturais 25 de Julho.
- Freeden, Hermann von
 1936. *Tatu Kolonisiert in Südamerika*. Berlin, Oranienburg, W. Moeller.
- Freeden, Hermann von & Smolka, G.
 1937. *Auswanderer. Bilder und Skizzen aus Geschichte der Deutschen Auswanderung*. Leipzig, Bibliographisches Institut.
- Freyreiss, Georg W.
 1824. *Beiträge zur näheren Kenntniss des Kaiserthums Brasilien nebst einer Schilderung der neuen Kolonie Leopoldina und der wichtigsten Erwerbzweige für Europäische Ansiedler, so wie auch einer Darstellung der Ursachen, wodurch mehrere Ansiedelungen missglückten*. Frankfurt, J. D. Sauerländer.

- Frösch, Max
 1958. *Guarapuava, die Donauschwäbische Fluchtlinge — Siedlung in Brasilien. Donauschwäbische Beiträge*, 28. Freilassing, Pannonia Ed.
- Fugmann, Wilhelm
 1929. *Die Deutschen in Paraná. Das deutsche Jahrhundertbuch*. Curitiba, E. E. Oliveiro.
- Funke, Alfred
 1903. *Die Besiedlung des östlichen Südamerika mit besonderer Berücksichtigung des Deutschtums*. Halle, Gebauer Schwetschke Druckerei und Verlag.
 1902a. *Deutsche Siedlung über See: Ein Abriss ihrer Geschichte und ihr Gedeihen in Rio Grande do Sul*. Halle, Gabauer Schwetschke Druckerei und Verlag.
 1902b. *Aus Deutsch Brasilien. Bilder aus dem Leben der Deutschen in Staate Rio Grande do Sul*. Leipzig, B. G. Teubner.
 1927. *Brasilien im 20 Jahrhundert*. Berlin, Verlag, R. Hobbing.
- Galvão, Luiz Manoel de A.
 1871. *Relatório sobre as Colônias Blumenau, Itajahy, Príncipe D. Pedro e D. Francisca (Província de Santa Catarina)*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional.
- Gehse, Hans
 1931. *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart. Deutschtum und Ausland Studien zum Auslandsdeutschtum und zur Auslandkultur*. Münster, Aschendorf.
- Gernhard, Robert
 1900. *Reise — Bilder aus Brasilien*. Breslau, Schlesische Verlagsanstalt.
 1901. *Dona Francisca, Hansa und Blumenau. Drei deutsche Mustersiedlungen im Südbrasilianischen Staate Santa Catharina*. Breslau, Schlesische Verlagsanstalt.
- Giesebrecht, Franz
 1899. *Die Deutsche Kolonie Hansa in Südbrasilien*. Berlin, Hermann Paetel.
- Grothe, Hugo
 1936. *In Kamp und Urwald Süd-Brasilien. Ein Skizzenbuch zur Siedlungs und Deutschtums-Kunde*. Halle-Berlin, Buchhandlung des Waisenhauses.
- Grube, Karl
 1920. *Bei dem deutschen Brüdern im Urwald Brasiliens*. Leipzig, Theodor Weicher.
- Hale, A.
 1906. "Little Germany". *Reader Magazine*, v. 9, dezembro 1906.
 1907. "The Germans in South America". *Reader Magazine*, v. 9, maio, 1907.
- Handelmann, H.
 1931(1859). *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (Boletim da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).
- Harms-Baltzer, Käte
 1970. *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlin, Colloquium Edit.
- Heinrichs, Emilie
 1921. *Die Frau des Auswanderers. Erlebnisse einer Kolonisten-Frau in Südbrasilien*. Freiburg, St. Raphaels Verlag.
- Henning, Martin (ed.)
 1961. *Sie gingen übers Meer. Die evangelischen Kirchen deutscher Herkunft in überses*. Hamburgo, Rauhes Haus, 2.^a ed.

- Hering, Paul
1980. *Memórias, Aventuras, Anotações*. Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau.
- Hering, M. L. Renaux
1985. *A Industrialização no Vale do Itajaí — 1880-1945*. Contribuição ao estudo do modelo catarinense de desenvolvimento. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.
- Herzig, C.
1935. *Zwischen Pampa und Urwald*. Würzburg, Echter.
- Hesse-Wartegg, Ernst von
1915. *Zwischen Anden und Amazonas*. Stuttgart.
- Hettner, Alfred
1903. *Das Deutschtum in Südbrasilien und Südchile*. Leipzig.
- Hinden, Heinrich (ed.)
1921. *Deutsche und deutscher Handel in Rio de Janeiro, 1821-1921*. Herausgegeben von der Gesellschaft Germania Rio de Janeiro zur Erinnerung an ihr hundertjähriges Bestehen, Rio de Janeiro, Paul Witte.
- História da Colonização Alemã do Rio Grande do Sul*. Centro 25 de Julho. São Leopoldo, Rotermund.
- Hoffmann-Harnisch, Wolfgang
1938. *Brasilien, Bildnis eines tropischen Grossreiches*. Hamburgo, Hanseatische Verlagsanstalt A. G.
1941. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo.
- Hofmann, Hans
s/d *Nach Brasilien und zurück in die Heimat 1878*. Stuttgart und Leipzig, Verlag Hoffmann & Hohl.
- Holtermann, Carl Adolf
1878. *Die deutsche Kolonie Dona Francisca in Brasilien in historisch — statischer Beziehung*. Hamburgo, Mitteilungen der Geographischen Gesellschaft in Hamburg.
- Hörmeyer, J.
1857/58. *Südbrasilien. Ein Handbuch zur Belehrung für Jedermann insbesondere für Auswanderer*. Hamburgo, G. C. Würger.
- Hühn, Wilhelm
1852/53. *Mitteilungen, betreffend die deutsche Kolonie Dona Francisca in der sudbrasilianische Provinz Sta. Catharina und die benachbarten deutschen Kolonien*. Hamburgo, Wilhelm Kühn & Co.
- Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul. 1824-1924. Porto Alegre, Herausg. vom Verband Deutscher Vereine, Typographia do Centro.
- Hunsche, Carlos H.
1961. *Ritter/Roth und Kessler. Zwei 1846 eingewanderte Familien und deren rheinische Vorfahren*. São Leopoldo, Verlag Rotermund.
1974. "Dez novas fontes, desconhecidas e inéditas, sobre o episódio e o epílogo dos Muckers no Rio Grande do Sul". *Anais do 1.º Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*.
1981. *Pastor Heinrich Hunsche e os Primórdios da Igreja Evangélica no Sul do Brasil*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia S. Lourenço de Brindes.
1983. *Protestantismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre, EST, São Leopoldo, ed. Sinodal.

- Ihering, Hermann von
1885. *Rio Grande do Sul*. Hrsg. von Lesser, Taschenbibliothek f. deutsche Auswanderer, Bd. 11/12, Gera-Reuss.
- Ilg, Karl
1972. *Pioniere in Brasilien*. Innsbruck, Tyrolia Edit.
- Jaguaribe, Domingos J. N.
1878. *Reflexões sobre a Colonização no Brasil*. São Paulo, Garraux.
- Jahn, Adalbert
1871. *Die Kolonien von S. Leopoldo in der Kaiserlichen brasilianischen Provinz Rio Grande do Sul*. Leipzig, F. A. Brockhaus.
1874. *Wichtige Beiträge zur Einwanderung und Kolonisation in Brasilien*. Berlin, J. Guttentag.
50. Jahre Handwerker — Unterstützungs Verein. Gedenk — und Festschrift zum 50-jährigen Stiftungsfest am 19 Juli, 1884-1934. Curitiba, Max Roesner & Filhos.
75. Jahre Deutschtum Santo Angelo, Agudo. São Leopoldo, Rotermund, 1932.
- Jamundá, Theobaldo Costa
1943. *Indaial*. Blumenau, Tipografia e Livraria Blumenauense.
1945. *O Itajaí-Açu e Outras Águas. Ensaio Histórico-descritivo*. Blumenau, Tipografia e Livraria Blumenauense.
1966. *Um Alemão Brasileiríssimo, o Dr. Blumenau*. Curitiba, Imprensa Paranaense.
1968. *Nereu Ramos. O de hora de reconstrução nacional*. Florianópolis, ed. do Autor.
- Jannash, Robert
1898. *Ratschläge für Auswandern nach Süd-Brasilien*. Berlin, Allgemeine Verlags-Agentur.
1905. *Land und Leute von Rio Grande do Sul*. Berlin, Sonderdruck aus dem Export.
- Kaerger, Karl
1889. *Brasilianische Wirtschaftsbilder: Erlebnisse und Forschungen*. Berlin, Gergonne & Co.
- Kahle, Maria
1932. *Deutsche Heimat in Brasilien*. Berlin, Verlag Grenze und Ausland.
1939. *Siedler am Itajahy. Geschichte einer deutsch-brasilianischen Sippe*. Reutlingen, Ensslin & Laiblin.
- Kidder, Daniel P. e Fletcher, J. C.
1857. *Brazil and the Brazilians. Portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia, Childs and Peterson.
- Kipper, Maria H.
1979. *A Campanha de Nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)*. Santa Cruz do Sul, Associação Pró-Ensino APESC.
- Kleudgen, Peter
1853. *Die deutsche Kolonie Santa Cruz in der Provinz Rio Grande do Sul in Südbrasilien*. Hamburg, R. Kittler.
- Koch, Herbert
1921. *Zur brasilianischen Privatschul-Gesetzgebung*. São Paulo, Typographia Hennies Irmãos.
- Koehler, Fritz
1924. *Brasilien, heute und morgen*. Leipzig, F. A. Brockhaus.

- Koehne, Reinhardt
 1937. *Karl von Koseritz und die Anfänge einer deutsch-brasilianischen Politik*. (Inaugural Dissertation). Bochum-Langendreer, Heinrich Poeppinghaus O. H. G.
- Kohlhepp, Gerd
 1965. "Neue forschungen über die deutsch-brasilianische Bevölkerung". *Geographische Zeitschrift*, Wiesbaden, Jg. 53, H. 1.
 1968. *Industriegeographie des Nordöstlichen Santa Catarina (Südbrasilien)*, Heidelberg, Geographischen Institut der Universität Heidelberg.
- Kolass, Franz
 1931. *Raum ohne Volk*. Leipzig, C. Ludwig Ungelenk.
- Konder, Marcos
 1923. *A Pequena Pátria. Discursos e conferências*. São Paulo, Cia. Melhoramentos.
 1955. *Zur Jahrhundertfeier der deutschen Kolonisation in Santa Catarina*. Blumenau, Tipografia e Livraria Blumenauense.
- Köningk, G.
 1935. *Die Politik Brasiliens während des Weltkrieges und die Stellung des brasilianischen Deutschtums*. Hamburg, Christians.
- Koseritz, Karl von
 1885. *Bilder aus Brasilien*. Leipzig und Berlin, W. Friedrich.
- Kuder, Manfred
 1936/37. "Die Deutschbrasilianische Literatur und das Bodenständigkeitsgefühl der Deutschen Volksgruppe in Brasilien". *Ibero Amerikanisches Archiv*. Bd. X, H. 4.
- Kurze Geschichte der Deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul. São Leopoldo, Rotermond, Hrsg. v. d. Kommission 25 Juli. 1935.
- Lacmann, Wilhelm
 1906. *Ritte und Rasttage in Südbrasilien*. Berlin, Dietrich Reimer.
- Lambert, Jacques
 1939. "As colônias alemãs do Rio Grande do Sul". Série de reportagens no *Jornal O Estado de São Paulo*, maio a julho de 1939.
- Lando, A. M. e Barros, E. C.
 1976. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Uma Interpretação Sociológica)*. Porto Alegre, ed. Movimento — Instituto Estadual do Livro.
- Lange, Henry
 1885. *Südbrasilien, die Provinz São Pedro do Rio Grande do Sul, Santa Catharina und Paraná mit Rücksicht auf die deutsche Kolonisation*. Leipzig, Verlag Paul Froberg.
- Laytano, Dante de
 1940. *Açorianos e Alemães no Desenvolvimento da Colonização e Agricultura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ed. Globo.
- Lede, Charles van
 1845. *De la Colonisation au Brésil*. Bruxelles, Libr. Polytechnique d'Aug. Decq.
- Leyfer, Hermann
 1900. *Deutsches Kolonistenleben im Staate Santa Catharina*. Hamburg, H. O. Persiehl.
- Maack, Reinhard
 1939. "Die deutsche Literatur ueber die Deutsche Einwanderung und Siedlung in Suedbrasilien". *Handbook of Latin America Studies: 1938*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

- Maerkel, Gustav F. E.
1876. *Die deutschen Kolonien Südamerika's und unsere deutschen Landsleute in denselben*. Leipzig, Druck von F. Andräs.
- Mamigonian, Armen
1960. "A indústria em Brusque (Santa Catarina) e sua conseqüência sobre a vida urbana". *Boletim Carioca de Geografia*, ano XIII (3-4).
1965. "Estudo geográfico das indústrias de Blumenau". *Revista Brasileira de Geografia*, XXVII (3).
- Marchant, Alexander
1939. "Writings in english, french, italian and portuguese concerning the german colonies in southern Brazil". *Handbook of Latin American Studies: 1938*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Martin, Hardy
1979. *Sta. Cruz do Sul — De Colônia à Freguesia*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- Martins, Wilson
1955. *Um Brasil Diferente. Ensaio sobre Fenômenos de Aculturação no Paraná*. São Paulo, ed. Anhembi.
- Mattos, Jacinto Antônio de
1917. *Colonização da Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, Gabinete Tipográfico "O Dia".
- Menezes e Souza, J. C. de
1875. *Theses sobre a Colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.
- Metzler, Franz
1937. *Volkstum und Volksgemeinschaft*. Porto Alegre, Cia. Metzler.
- Middeldorf, Carl
s/d *Porto Novo, Brasilien. Hrsg. vom Volksverein für die deutschsprechende Katholiken in Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Typographia do Centro.
- Mira, Crispim
1916. *Os Alemães no Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Comércio.
- Moeller, Alfred
1915/20. *Fritz Müller. Werke, Briefe und Leben*. Jena, Gustav Fischer Verlag, 3 vs.
- Moltmann, B. H.
1918. *Deutsche Siedlung in Südbrasilien. Ein erfolgreiches Jahrhundert deutscher überseeischer Siedlungsarbeit*. Gotha, F. A. Perthes.
- Moraes, Carlos de Souza
1981. *O Colono Alemão. Uma Experiência Vitoriosa a partir de São Leopoldo*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- Moya, Salvador de e Fouquet, Carlos (orgs.)
1962/67. *Famílias Brasileiras de Origem Germânica*. São Paulo, Instituto Genealógico Brasileiro e Instituto Hans Staden, 5 vs.
- Mulhall, Michael G.
1873. *Rio Grande do Sul and its German Colonies*. London, Longmans, Green.
- Müller, Telmo Lauro
1981. *Colônia Alemã. Imagens do Passado*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.

1981. *Colônia Alemã. Histórias e Memórias*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
1984. *Colônia Alemã. 160 Anos de História*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, ed. da Universidade de Caxias do Sul.
- Munhoz, Alcides
1910. *A Teutophobia do Dr. Sylvio Romero*. Curitiba, Livraria Econômica de Anibal Rocha.
- Nabuco, Joaquim
1977 (1883). *O Abolicionismo*. Petrópolis, Vozes, Brasília, INL, 4.ª ed.
- Neiva, Arthur Hehl
1945. *O Problema Imigratório Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- Neu-Wuerttemberg: eine Siedlung deutscher in Rio Grande do Sul (Brasilien). Hrsg. der Faulhaberstiftung Neu-Wuerttemberg. Ausland und Heimat Verlags A.G. 1933.
- Niemeyer, Ernesto
1919. *Die Deutschen Kolonien in Brasilien*. Leipzig, Hesse & Becker.
1926. *Die Deutschen in Brasilien*. Curitiba, Imprensa Paranaense.
1929. *Os alemães nos Estados do Paraná e de Santa Catarina*. Em comemoração do 1.º Centenário de sua entrada nestes Estados do sul do Brasil. 1829-1929. Curitiba, Imprensa Paranaense.
- Nogueira, Rui Alencar
1947. *Nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, Biblioteca Militar, v. CX.
- Oberacker Jr., Carlos H.
1968 (1955). *A Contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira*. Rio de Janeiro, ed. Presença.
1972. "Transformações da língua alemã no Brasil". Schaden, E. (org.) *Homem, Cultura e Sociedade no Brasil*. Petrópolis, ed. Vozes.
1976. "A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola". Holanda, S. Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, t. II, v. 3, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- Oberacker, Karl Heinrich
1936. *Die Volkspolitische Lage des Deutschtums in Rio Grande do Sul*. Jena, Gustav Fischer Verlag.
1938. "Karl von Koseritz und der Kampf des brasilianischen Deutschtums um Seinen Staats — und volkspolitischen standort in Kaiserreich Brasilien". *Deutsches Archiv für landes — und Volksforschung*, Jahrg. 2, n. 1.
- Overberck, Wilhelm
1923. *Fünfzig Jahre Deutscher Verein Germania und Deutschtum in Bahia*. Festschrift. Berlim, Emil Ebering.
- Pacheco, Renato J. C.
1964. "Assimilação de alemães no Espírito Santo — Brasil". *Sociologia*, v. 26 (2).
- Paiva, Joaquim G. d'Oliveira e
1846. "Memória histórica sobre a colônia alemã de S. Pedro d'Alcântara". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 10.
1848. *A Colonização Alemã de S. Pedro d'Alcântara*. Florianópolis, Tipografia Moderna.
- Peixoto, Eduardo Marques
1907. "Questão Maurer, os Muckers". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. LXVIII, Parte II.

- Pellanda, Ernesto A.
1925. *A Colonização Germânica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Livraria do Globo.
- Peluso Jr., Victor A.
s/d. *Rio do Sul. Monografia Estatístico-Descritiva*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, Publ. 26 do DEE.
1956. "Tradição e plano urbano: cidades portuguesas e alemãs no Estado de Santa Catarina". *Boletim Geográfico*, ano XIV, n. 133.
- Peschke, Rudolf.
1928. "Die deutsche Presse in Brasilien". *Der Ausland deutsche*, Jahrg. 1928, Heft 12.
- Petrone, M. T. S.
1982. *O Imigrante e a Pequena Propriedade*. São Paulo, Brasiliense.
- Petry, Leopoldo
1936. *História da Colonização no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Rotermund.
1950. *O 125.º Aniversário da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Rotermund.
1956. *Pátria, Imigração, Cultura*. São Leopoldo, Federação dos Centros Culturais 25 de julho.
s/d. *O Município de Novo Hamburgo*. Monografia. São Leopoldo, Rotermund.
1963. *Novo Hamburgo*. São Leopoldo, Rotermund.
1964. *São Leopoldo*. São Leopoldo, Rotermund.
- Petry, Leopoldo (org.)
1957. *O episódio do Ferrabraz*. São Leopoldo, Rotermund.
- Phayre, I.
1916. "German invasion of South America". *Living Age*, v. 289, Ap. 1916.
- Philippsberg, E. P. von
1892. *Auswanderung und Auswanderungspolitik in Deutschland*. Leipzig, Duncker & Humbolt.
- Porto, Aurélio
1934. *O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Estabelecimento Gráfico Sta. Terezinha.
Die deutsche Arbeit in Rio Grande do Sul. São Leopoldo, Rotermund.
- Porzelt, Hans
1937. *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul*. Dissertation. Ochsenfurt, Kommissions Verlag von Fritz und Rappert.
- Prado, Eduardo da Silva
1889. "L'immigration". Nery, F. J. de Santana (org.) *Le Brésil en 1889*. Comité Franco-brésilienne de l'exposition universelle de Paris. Paris, Delagrave.
- Prestien, Johann A.
1859. *Das Ansiedlerleben in der Kolonie Blumenau*. Leipzig, F. Wagner.
- Prospekt der Hanseatischen Kolonisationsgesellschaft. Ansiedlung im Staate Santa Catharina, Südbrasilien. Kolonie Hansa. Hamburg, H. O. Persiehl, s/d.
- Py, Aurélio da Silva
1942. *A 5.ª Coluna no Brasil. A Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*. 2.ª ed., Porto Alegre, ed. Globo.
1944. *O Nazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ed. Globo.
- Queirós, Maria Isaura P. de
1965. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Dominus ed.

- Ramos, Arthur
1947. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil. V. II: As culturas européias e os contatos raciais e culturais.
- Ramos, Nereu de Oliveira
1939. *A Obra Nacionalizadora do Estado Novo*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado.
- Ratton, A. C. M., Ribas, A. de L. e Kühne, João
1943. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado/Delegacia da Ordem Política e Social.
- Reybaud, Charles
1856. *Le Brésil*. Paris, Guilhaumin.
- Rheingantz, Carlos G.
1907. *Die Gründung der Kolonie São Lourenço und ihr Gründer Jakob Rheingantz*. Porto Alegre, Verlag C. Reinhardt.
- Ribeiro Couto, R.
1941. "O problema da nacionalização". *Revista de Imigração e Colonização*, ano II, n. 1.
- Roche, Jean
1960. "Alguns aspectos da vida rural nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul". *Boletim Geográfico*, ano XVIII, n. 156.
1968. *A Colonização Alemã no Espírito Santo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
1969 (1962). *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, ed. Globo, 2 vs.
- Rodhe, Maria F.
s/d. *Pioniergeist der Väter Erbe. Beitrag zur 25 jährigen Geschichte der Volksvereinkolonie Porto Novo*. Porto Alegre, Tipografia do Centro.
- Rodrigues, Francisca P.
1938. *O Braço Estrangeiro*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Roloff, Ernst A.
s/d. *Hermann Blumenau. Ein deutscher Koloniegründer*. Osnabruck, Verlag A. Fromm.
- Romero, Sylvio
1902. *O Elemento Português no Brasil*. Lisboa, Typografia da Cia. Ed. Nacional.
1906. *O Allemanismo no Sul do Brasil. Seus Perigos e Meios de os Conjurar*. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro.
- Roosevelt, Theodore
1914. "In Southernmost Brazil". *Outlook*, v. 106, fevereiro 14, 1914.
- Rotermund, Wilhelm
1917. *Gesammelte Schriften*. São Leopoldo, Rotermund, 3 vs.
- Rothe, Max
1956. *Cem Anos de Colonização Alemã em Teófilo Otoni, Minas Gerais*. Ijuí, Correio Serrano.
- Schaden, Egon
1956. "Aculturação de alemães e japoneses no Brasil". *Revista de Antropologia*, 4.
1966. "Aspectos históricos e sociológicos da Escola Rural teuto-brasileira". *Anais do I Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros*. Porto Alegre, UFRGS.
- Schaeffer, Emilie
1927. *Erinnerungen Einer deutscher Pfarrfrau*. St. Louis e Chicago, Eden.

- Schanz, Moritz
1893. *Das heutige Brasilien. Land, Leute und Wirtschaftliche.* Hamburgo, W. Manke Söhne.
- Schappelle, B. F.
1917. *The German Element in Brazil: Colonies and Dialect.* Philadelphia, Americana Germânica Press.
- Scheerer, W. (org.)
1932. *Festschrift der Evangelischen Kirchengemeinde Blumenau.* Blumenau, G. A. Köhler.
- Scheible, Karl
1950. *Kurtze Chronik zur Jahrhundertfeier der Evangelische Gemeinde Sapiranga.* Sapiranga, Gráfica Sapiranga.
- Schoeneich, Hans
s/d. *Deutsche Arbeit in Südamerika.* Breslau, Ferdinand Hirt.
- Schreiber, Georg
1929. *Das Auslandsdeutschum als Kulturfrage.* Münster, Aschendorf.
- Schröder, Ferdinand
1930. *Die deutsche Einwanderung nach Südbrasilien bis zum Jahre 1859.* Berlin, Ev. Hauptverein für Deutsche Ansiedler und Auswanderer.
1936. *Brasilien und Wittemberg. Ursprung und Gestaltung des deutschen evangelischen Kirchentums in Brasilien.* Berlin, Gruyter & Co.
- Schueck, Walter
1928. *Brasilien, Volk und Land.* Berlin, H. Paetel.
- Schüler, Heinrich
1924. *Brasilien, ein Land der Zukunft.* Stuttgart, Deutsche Verlags Anstalt, 6.ª ed.
- Schultz, W.
1865. *Studien über agrarische und physikalische Verhältnisse in Südbrasilien im Hinblick auf Kolonisation und die freie Einwanderung.* Leipzig, E. Guenther.
- Schünzen, F.
1936. *Deutsche in Brasilien.* Neu Endetellsau, Verlag Freimund.
- Schupp, Ambrósio
s/d. (1900). *Os Muckers. Episódio Histórico Extrahido da Vida Contemporânea nas Colônias Allemãs do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Selbach & Mayer.
- Sears, Alfred F.
1908. "German influence in Latin America". *Popular Science Monthly*, v. 72, fevereiro 1908.
- Seidler, Carl
1951 (1835). *Dez Anos no Brasil.* São Paulo, Martins.
- Sellin, Alfred W.
1885. *Das Kaiserreich Brasilien.* Leipzig, C. Freytag, 2 vs.
1918. *Zur Geschichte des Deutschum in Brasilien.* Berlin, ed. Export.
- Sternberg, S. von
1906. "The phantom peril of German Emigration and South America Settlements". *North American Review*, v. 182, maio 1906.
- Seyferth, Giralda
1974. *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Um Estudo de Desenvolvimento Econômico.* Porto Alegre, ed. Movimento, SAB.

1979. "O nazismo e a imprensa teuto-brasileira no Vale do Itajaí". *Revista do Museu Paulista*, NS, v. XXVI.
- 1982a. "A representação do "trabalho alemão" na ideologia étnica teuto-brasileira". *Boletim do Museu Nacional* (Antropologia), 37.
- 1982b. *Nacionalismo e Identidade Étnica. A Ideologia Germanista e o Grupo Étnico Teuto-Brasileiro numa Comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.
1983. "Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC)". *Comunicação 7*, PPGAS/MN/UFRJ.
1984. "Camponeses ou Operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança". *Revista do Museu Paulista* NS, v. XXIX.
1985. "Herança e Estrutura Familiar Camponesa". *Boletim do Museu Nacional*, NS, Antropologia, n. 52.
1986. "Imigração, colonização e identidade étnica. (Notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem européia no sul do Brasil)". *Revista de Antropologia*, v. XXIX.
- Silva, José Ferreira da
 1932. *A Colonização do Vale do Itajaí*. Blumenau, Tip. Correio de Blumenau.
 1935. *O Doutor Blumenau*. Rio de Janeiro, L. Fernandes & Irmão.
 1940. *Blumenau. Notícia estatística-descritiva*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado.
 1940. *Fritz Müller*. Rio de Janeiro, Moreira Cardoso.
 1948. *Colônias para o Brasil*. Goiânia, Tip. da Escola Técnica de Goiânia.
 s/d. *História de Blumenau*. Florianópolis, Edeme.
- Silva, Zedar P. da
 1954. *O Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Documentário da Vida Rural n. 6.
- Silva Rocha, J. da
 1918/19. *História da Colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 vs.
- Souza, J. P. Coelho de — *Denúncia. O Nazismo nas Escolas do Rio Grande*. Porto Alegre, ed. Thurmann.
- Steinitzer, Wilhelm
 1918. *Brasilianisches Bilder Buch*. München, E. Reinhardt.
- Sternberg, H. O.
 1949. "A propósito da colonização germânica em terras da mata da América do Sul". *Revista Brasileira de Geografia*, ano XI.
- Stoecklin, Jules
 1888. *Les colonies et l'émigration allemande*. Paris, Westhauser.
- Sturtz, Johann Jacob
 1862. *Brasilianische Zustaende und Aussichten im Jahre 1861*. Berlim, ed. do Autor.
 1865. *Neue Beitræge über Brasilien und die La Plata Laender*. Berlim, ed. do Autor.
 1868. *Die deutsche Auswanderung und die verschleppung deutscher Auswanderer*. Berlim, Korthampf.
- Stutzer, Gustav
 1886. *Blumenau in Südbrasilien als Ziel der deutschen Auswanderung*. Goslar, L. Koch.
 1887. *Das Itajahy-Tal und die Kolonie Blumenau in Süd-Brasilien, Provinz Santa Catarina*. Goslar, Verlag Ludwig Koch.
 1913. *In Deutschland und Brasilien. Lebenserinnerungen*. Braunschweig, Hellmuth Wollermann.
 1924. *Der deutsche Ansiedler in Südbrasilien*. Braunschweig, Hellmuth Wollermann.

- s/d^a *Deutsches Leben am Rande des Brasilianischen Urwaldes*. Braunschweig, Verlag Hellmuth Wollermann.
- s/d^b *Reiseerinnerungen eines alten Mannes, von 1909-1914*. Braunschweig, Verlag Hellmuth Wollermann.
- Stutzer, Therese
1889. *Deutsches Leben am Rande des Brasilianischen Urwaldes. Novellen*. Gotha, Andrea Perthes.
- Taunay, Alfredo d'Escragno
1889. *Questões de Imigração*. Rio de Janeiro, Leuzinger.
- Ternes, Apolinário
1981. *História de Joinville. Uma Abordagem Crítica*. Joinville, Meyer.
- Timpe, Heinrich
1925. *In den deutscher Urwaldschneisen. Ritte und Fahrten in Süd Brasilien*. Hamburgo, St. Raphaelverein.
- Tonnelat, E.
1908. *L'expansion allemande hors d'Europe. États-unis, Brésil, Chantoung, Afrique du Sud*. Paris, Librairie A. Colin.
- Townsend, Mary E.
1930. *The Rise and Fall of Germany's Colonial Empire, 1887-1918*. Nova Iorque, Macmillan.
- Truda, F. de Leonardo
1930. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Tipografia do Centro.
- Tschudi, Johann Jakob von
1866/69. *Reisen durch Südamerika*. Leipzig, F. A. Brockhaus. 5 vs.
- Ullmann, Hermann
s/d. *Brasilianischer Sommer. Im Rückblick auf Europa*. Berlin und Stuttgart, Verlag Grenze und Ausland.
- Umann, Josef
1981. *Memórias de um Imigrante Boêmio*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes.
- Vicenzi, Pe. Giacomo
1904. *Uma Viagem ao Estado de Santa Catarina*. Niterói, Tipografia Amerino.
- Wagemann, Ernst
1915. *Die deutschen Kolonisten im brasilianischer Staate Espírito Santo*. München und Leipzig, Dunker & Humblot.
- Wagner, H.
1881. *Über Gründung deutscher Kolonien*. Heidelberg, C. Winter.
- Waibel, Leo
1955. *Die Europäische Kolonisations Südbrasilien*. Colloquium Geographicum, 4. Bonn, F. Dümmers Verlag.
1958. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Walle, Paul
s/d. *Au Brésil de l'Uruguay au Rio São Francisco*. Paris, Librairie Orientale & Americaine.
- Wappäus, Johann E.
1871. *Handbuch der Geographie und Statistik, Brasilien*. Leipzig, Verlag J. Hinrichsches Buchhandlung.

- Warth, C. H.
1945. *Novo Hamburgo e a Igreja Luterana*. Porto Alegre, Casa Publicadora Concórdia.
- Weiss, João
1950. *Colonos na Selva*. Rio de Janeiro, ed. do Autor.
- Weissenbruch, A. e Lange, F.
1930. *Einige Ratschläge zur Ansiedlung der deutsch-russen Flüchtlinge in der Hansa*. Blumenau, Druckerei von Carl Wohle.
- Westphal, Fr.
1924. *Als Kolonist im brasilianischen Urwald*. Minden, W. Koerler.
- Wettstein, Karl A.
1907. *Brasilien und deutsch-brasilianische Kolonie Blumenau*. Leipzig, Friedrich Engelmann.
1907. *Die Verkehrsverhältnisse der deutsch-brasilianischen Kolonie Blumenau*. Leipzig, Friedrich Engelmann.
s/d. *Mit deutschen Kolonistenjungen durch den brasilianischen Urwald*. Leipzig, Friedrich Engelmann.
- Whitney, Gaspar
1906. "The German Ghost in Brazil". *Outing Magazine*, v. 49, Dec. 1906.
- Wile, F. W.
1906. "German colonization in Brazil". *Fortnightly Review*, v. 85, janeiro 1906.
- Wilhelmy, Herbert
1949. *Siedlung in südamerikanischen Urwald*. Hamburgo, Kröegers Verlag.
- Willems, Emílio
1940. *Assimilação de Populações Marginais no Brasil*. São Paulo, Cia. ed. Nacional.
1941. "O desenvolvimento econômico como fator de aculturação". *Revista de Imigração e Colonização*, ano II, ns. 2/3.
1942. "A emancipação econômica das colônias germânicas no Brasil". *Revista de Imigração e Colonização*, ano III, n. 1.
1944. "Acculturation and the horse complex among german-brasilians". *American Anthropologist*, 46 (2).
1946. *Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo Antropológico dos Imigrantes e Seus Descendentes no Brasil*. São Paulo, Cia. ed. Nacional.
1951. "Immigrants and their assimilation in Brazil". Smith, T. Lynn e A. Marchant (eds.) *Brazil, Portrait of Half a Continent*, Nova Iorque, Dryden Press.
- Wolf, Wilhelm
1964. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo. 1824-1937*. Neustadt, Aisch, Degener & Co.
- Wussner, Fr.
1938. *Eine Urwaldgemeinde in Espírito Santo von ihren Freuden und Nöten*. São Leopoldo, Rotermond.
- Zahm, John A.
1916. *Through South America's Southland, with an account of the Roosevelt scientific expedition to South America*. Nova Iorque, Appleton.
- Zipperer Senior, Josef
1951. *São Bento no Passado. Reminiscências da Época da Fundação e Povoação do Município. Conforme Diários Reunidos por Josef Zipperer Senior*. Curitiba, Tipografia João Haupt & Cia.
- Zoller, Hugo
1883. *Die Deutschen im brasilianischen Urwald*. Berlim und Stuttgart, W. Spemann.

Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico *

Maria Helena Guimarães de Castro

Introdução

Este trabalho tem por objetivo examinar a literatura recente sobre a questão da intervenção governamental, a nível local, no âmbito da provisão de serviços e equipamentos sociais. Trata-se de um conjunto de ações, desenvolvidas pelos governos locais, cuja análise implica entender a natureza do poder local nas condições do capitalismo avançado; suas relações com a estrutura econômica, o Estado e os distintos níveis de poder e estruturas decisórias; os estrangulamentos de várias ordens — sócio-econômicos, burocráticos e institucionais — que desenham o perfil de intervenção a nível local; os efeitos do processo de urbanização sobre a implementação de políticas sociais; os mecanismos de intermediação de interesses, bem como a influência dos fatores políticos — tradição político-partidária, grau de participação política — sobre a tomada de decisões e de não-decisões, no sentido de recortar as especificidades e limites dos governos locais.

Para isso farei um balanço crítico das abordagens que me pareceram mais rele-

vantes ao entendimento dessas questões, procurando situar as principais tendências e inflexões discutidas pela bibliografia internacional. Sem pretender ser exaustivo, seja devido à abrangência do tema, seja dada a dificuldade de acesso a uma boa parte de bibliografia inexistente no Brasil, esta resenha procura fornecer um panorama dos estudos realizados a partir dos anos 60.

A despeito destas limitações, tentarei situar as questões relativas à análise dos processos políticos locais, baseando-nos no suposto de que nenhum paradigma ou corpo teórico isolado é capaz de dar conta do conjunto de problemas que conformam uma certa realidade social, econômica e política, referida a uma conjuntura histórico-concreta. Isto significa que julgo necessário um certo grau de pluralismo teórico e tolerância epistemológica, na tentativa de entender a realidade social.

Para efeito de melhor sistematização, dividimos a discussão bibliográfica em 4 itens: 1) Controvérsias sobre a Questão do Poder Local; 2) Urbanização, Equipamentos Sociais e Governo Local; 3) Clientelis-

* Este trabalho foi desenvolvido a partir do levantamento bibliográfico realizado durante a elaboração da minha dissertação de mestrado em Ciência Política, Equipamentos Sociais, Política Partidária e Governos Locais no Estado de São Paulo — 1968/1982, Departamento de Ciências Sociais da Unicamp. Agradeço as críticas e sugestões de Maria Hermínia Tavares de Almeida, Sônia Draibe, Juarez Brandão Lopes e Vilmar Faria. É, entretanto, de minha exclusiva responsabilidade o trabalho em sua forma final.

mo, Política Partidária e Governos Locais; e 4) Política Social e Processo Decisório.

Controvérsias sobre a Questão do Poder Local

É grande a influência das teorias americanas e da abordagem funcionalista sobre a questão do poder local. No âmbito das divergências entre elitistas e pluralistas, por exemplo, situa-se grande parte dos estudos sobre poder local nos EUA, durante a década de 60. A identificação da estrutura concentrada e piramidal de poder, característica de uma comunidade específica (Hunter, 1953), a vertente pluralista postulava a inexistência de uma elite no poder em New Heaven (Dahl, 1961:85), sugerindo que o caráter desigualitário da distribuição dos recursos políticos havia sido substituído por uma "dispersão das desigualdades". Assim, para os pluralistas, a investigação sobre a natureza do poder local deve tratar dos vários campos de tomada de decisões, ao invés da forma de estruturação do poder.¹

A abordagem funcionalista, por sua vez, analisa as respostas dos atores políticos locais às políticas e reformas propostas pelo Estado Central, focalizando a distribuição do poder — ou seja, a manutenção do poder pelas elites econômicas e políticas, e a ampliação de suas esferas de influência — independentemente dos interesses locais (Gremion e Woms, 1968), uma vez que privilegia as funções das políticas locais enquanto parte do sistema social como um todo. Numa postura crítica a esses trabalhos, as análises marxistas enfatizam o primado das relações de classe, relacionando a questão do poder local à estrutura econômica e ao papel do Estado. Há, contudo, distintas abordagens entre essas análises seja privilegiando a esfera econômica (Lojkin, 1972, 1981; Harvey, 1974), seja a esfera política (Castells, 1974).² Outros, como, por exemplo, Biarez (1981), analisam o "tipo de mediação de poder de classe que é exercido pelos atores locais" sugerindo que a noção de poder local refere-se "a um nível político relacionado ao processo de governo das forças sociais, que tenda a se manter sob a pressão do Estado Central e da formação social e a subordinar-se ao aparato central do Estado" (Biarez, 1981).

Na mesma direção, Birnbaun (1973, 1974) enfatiza a importância das análises sobre os papéis dos atores políticos locais ressaltando que as ações dos prefeitos elei-

tos "estão no centro da estrutura do poder local" assinalando que "a profissionalização dos papéis políticos e a competição eleitoral podem, às vezes, referir-se a um poder local independente do mundo dos negócios". Trata-se, para o autor, de desenvolver uma "teoria coerente do poder político local que inclua tanto as concepções marxistas de classe social e estrutura econômica como as noções de sistema, papéis dos atores, suas funções e os processos de tomada de decisões e de não-decisões" (Birnbaun, 1973: 345-9).³

A partir de uma perspectiva gramsciana Glucksman (1977) ressalta que "a especificidade do local relaciona-se ao desigual desenvolvimento econômico, político e cultural" do sistema capitalista, descartando algumas abordagens marxistas que reduzem a particularidade do local à reprodução das contradições gerais da estrutura nacional de classes. A importância da "luta de classes nos aparelhos hegemônicos locais" como locus de articulação das "práticas de classe", na medida em que condensam e materializam as relações globais de força, indicam a necessidade de se identificar o "bloco hegemônico no poder local e os segmentos de classe que lhe dão sustentação ideológica" (Glucksman, 1977: 37-43). Fica claro que essa abordagem, apesar de se afastar do funcionalismo marxista, que reduz a análise do local aos requerimentos da reprodução econômica e social, também restringe a investigação à estrutura de poder dominante.

Em trabalho recente Castells (1981) examina as relações entre as classes sociais, o Estado e a delimitação espacial das instituições políticas, destacando como as características do desenvolvimento capitalista pós 2.ª guerra levaram ao aprofundamento da crise urbana, redefinindo o papel dos governos locais.

Segundo o autor, apesar da centralização do Estado e concentração de recursos sob o capitalismo avançado, os governos locais permanecem sendo o nível mais descentralizado do Estado, o mais penetrável pela sociedade civil e o mais acessível aos cidadãos. Enquanto unidade de análise, o Município deve ser entendido como "expressão específica de relações de produção determinadas", que não se reduz à simples réplica das relações globais de poder, embora seja amplamente condicionado pelo "poder social em geral".

Do ponto de vista da representação política dos interesses sociais, o autor sugere que se trata do único nível de governo em

que os interesses contrários à estrutura de poder dominante *não tem capacidade de provocar uma crise geral do sistema*. Isso significa que a presença relativa dos interesses das classes populares nos aparelhos locais de Estado, tende a ser mais aceita pelas classes dominantes, as quais necessitam desenvolver estratégias políticas particulares — como manipulação eleitoral, restrições orçamentárias, uso clientelístico da máquina política local, redução das competências e responsabilidades dos governos locais — no sentido de manter o controle local.

Dessa forma a “estrutura de poder dos notáveis” na base da arena política local “expressa e sintetiza uma forma particular de aliança e de conflito de classe em cada situação local”, devido ao “duplo papel dos notáveis locais”: de um lado utilizam-se de seu poder em relação à sociedade local para obter recursos do Estado Central; de outro, colocam-se como elementos representativos dos interesses locais diante do Estado Central, canalizando demandas específicas e arbitrando os conflitos sociais.⁴

Nesse sentido, Castells assinala que a medida em que as *políticas urbanas* dependem das alianças de classe e conflitos existentes a nível local, a *intervenção dos governos locais* na crise urbana não tem apenas caráter regulatório. Expressam, principalmente, os diferentes interesses em jogo, tendo como consequência a “integração ou o conflito social”.⁵

Tradicionalmente, os governos locais constituíram-se no meio pelo qual os interesses dominantes dividiam o “bolo urbano” de um modo que garantisse a representação dos interesses remanescentes, minimizando o conflito. Agora, entretanto, os governos locais não mais representam adequadamente os interesses dominantes, pois as *políticas urbanas* geram conflitos permanentes entre os excluídos e aqueles diretamente beneficiados. Daí a “dupla fraqueza dos governos locais”, pressionados, de um lado, pelas agências burocráticas do Estado Central e pela escassez de recursos, e, de outro, pela população usuária dos serviços e equipamentos sociais. Contudo, em relação à população urbana, a fraqueza dos governos locais é apenas aparente, porque a “ideologia urbana partilhada pelos cidadãos produz efeitos ambivalentes ao estabelecer uma falsa coesão simbólica que, ao mesmo tempo, reconhece direitos políticos e sociais similares para toda a população” (Borja, 1978: 190-1).

Com efeito, a dinâmica do processo de urbanização requer uma *crescente intervenção por todas as esferas de governo*, implicando a alocação de recursos consideráveis, que afetam distintos interesses e geram novas expectativas. É no âmbito da intervenção governamental, especialmente na área social, que os governos locais se defrontam com situações complexas e contraditórias: encontram-se constrangidos por uma série de dificuldades *estruturais* (escassez de recursos, crescente controle dos governos centrais) e *conjunturais* (expansão das demandas e pressões por mudanças pelos movimentos sociais e por seu eleitorado), as quais redefiniram o papel dos governos locais e sua estratégia de ação em relação aos distintos níveis de poder e estruturas decisórias.

Urbanização, Equipamentos Sociais e Governo Local

A análise da relação entre processo de urbanização, intervenção governamental, produção e distribuição de equipamentos coletivos urbanos⁶ vem se constituindo em uma das questões centrais da sociologia urbana contemporânea através de distintos tipos de enfoque.

No campo da sociologia urbana marxista, Castells e Lojkine enfatizam — sob óticas distintas — a importância das políticas urbanas e, particularmente, a expansão dos “meios de consumo coletivo”, em sua interrelação com o crescente papel do Estado, nas condições atuais do Capitalismo Monopolista, destacando como essa situação pode “provocar a emergência dos movimentos sociais urbanos”.⁷

Castells (1976, 1980) centra a análise da intervenção estatal e das políticas urbanas na esfera do “consumo coletivo”, fortemente influenciado pelo estruturalismo althusseriano e pelas teorias de Poulantzas sobre o Estado. Lojkine (1981), embora apoiado nas análises do “Capitalismo Monopolista de Estado” desenvolvidas pelo Partido Comunista Francês — PCF, também desenvolve uma teoria sobre o desenvolvimento urbano empregando o conceito de “consumo coletivo”.

Nas duas abordagens o Estado reflete a “luta de classes”, mas enquanto Castells enfatiza “a autonomia relativa da instância política” como não diretamente determinada pela instância econômica, Lojkine tende a privilegiar a intervenção econômica do Estado.

Não é nosso objetivo aprofundar a análise sobre as semelhanças e diferenças de

abordagem teórica entre esses autores. Simplesmente, chamamos a atenção para alguns pontos no sentido de demarcar a natureza das proposições por eles desenvolvidas, em relação à questão da intervenção do Estado no urbano, sob o capitalismo avançado.

Assim, o ponto de partida de Castells é a análise do *espaço* enquanto expressão da estrutura social e da interação — resultante das práticas sociais — entre as instâncias econômica, política, ideológica. Argumenta que as *unidades urbanas* constituem-se em “unidades coletivas de reprodução da força de trabalho”, as quais se organizam e são estruturadas pelo processo de consumo coletivo, à medida que o capitalismo avançado requer a crescente concentração da força de trabalho. Conseqüentemente, ressalta a tendência à socialização do consumo, envolvendo novas demandas por meio de consumo coletivo, pela classe trabalhadora, o que exacerba as contradições gerando uma crescente politização e organização operária em torno dessas reivindicações, as quais se expressam nos novos movimentos sociais urbanos.

Lojkin, por sua vez, critica as análises de Castells principalmente do ponto de vista metodológico, pois considera *inseparáveis* as análises sobre *produção* e *consumo*, insistindo ainda na centralidade da análise das relações de classe, enquanto base específica das relações de poder que dominam a organização da produção.

Enfatizando a importância dos estudos históricos e comparados sobre desenvolvimento urbano, aponta como a socialização da produção, no estágio atual do capitalismo, provocou uma crise aguda do sistema, na medida em que as grandes empresas monopólicas expropriaram as pequenas e médias empresas, resultando no surgimento de uma nova classe operária e de um novo setor de classe acoplado ao grande capital. A partir daí, sugere que as questões urbanas tornaram-se centrais à estratégia da luta anticapitalista.

Argumenta que a crescente complexidade da *divisão social do trabalho* levou à *concentração espacial dos meios de produção* e do consumo coletivo devido à necessidade de *reprodução da força de trabalho e do capital* ao desenvolvimento capitalista. Como os “meios de consumo coletivo” (saúde, transporte, habitação, educação etc.) não produzem lucro, o novo tipo de *desenvolvimento urbano implicou a necessidade da intervenção estatal*, refletindo

não somente as exigências requeridas pelos interesses capitalistas monopólicos, bem como “contradições secundárias” causadas por algumas unidades de “Estado Local”, administradas pela esquerda, as quais representam os interesses dominados. Entretanto, diz o autor, como a política urbana é dominada pelos interesses capitalistas monopólicos, as “concessões” do Estado aos governos locais são marginais, contribuindo à realização dos interesses capitalistas e ao fortalecimento do governo central.⁸

Evidentemente, tratamos de modo superficial e resumido as análises desenvolvidas por ambos os autores, dado que nosso objetivo é apenas destacar a intrínseca relação, atribuída pelos dois autores, entre *processo de urbanização e concentração de equipamentos sociais face às necessidades da reprodução*.⁹ Fica claro, contudo, que a despeito da efetiva contribuição ao avanço da Sociologia Urbana, estes estudos tendem a ver a política urbana como meramente *funcional* aos interesses do capital, ignorando o jogo de interesses conflitivo entre as diversas frações de classe ligadas aos interesses dominantes, como se o capital constituísse um “bloco monolítico de interesses”, claramente expressos.

Como diz Harloe (1979:144), “a ênfase dada por essas teorias à direta relação existentes entre o Estado Central e os interesses do capital monopólico”, deve-se à influência histórica da centralização do Estado francês e da fraqueza dos governos locais; à íntima ligação da burocracia pública com setores do grande capital e ao controle direto exercido pelo Estado Central sobre os governos locais, especialmente pelos gaulistas ao excluírem a esquerda do poder. Segundo Harloe, a análise das políticas urbanas governamentais não pode se reduzir aos seus aspectos funcionais, uma vez que o predomínio dos interesses capitalistas é, sobretudo, *tendencial*. Assim, as políticas estatais são essencialmente *contraditórias* expressando um “compromisso entre interesses políticos e econômicos opostos (Harloe, *idem*). A questão crucial é entender como apesar dos constrangimentos colocados pelo processo de acumulação capitalista há margem de manobra para o desenvolvimento de diferentes estratégias políticas competitivas, permitindo aos vários órgãos do Estado “iniciar políticas, revertê-las, fazer escolhas e equívocos”.¹⁰

Sob este prisma, a expansão da capacidade de intervenção dos governos locais

contemporaneamente se expressa, principalmente, no campo da *provisão de serviços*. Têm como característica o fato de serem "cotidianos, diretos e geograficamente localizados, além de dependerem fundamentalmente de uma relação pessoal, externa ao processo de *policy-making* que os define: a relação entre os usuários dos serviços, por um lado, e os agentes responsáveis pelo seu funcionamento, por outro" (Yates, 1982).¹¹ Isso significa que a provisão de serviços, pelos governos locais defronta-se com diferentes tipos de consumidores e produtores que disputam entre si e com os diferentes níveis de poder um amplo espectro de bens e serviços, tendendo a reforçar o *caráter fragmentado* da estrutura local de governo.

Nessa mesma direção, Biarez (1981) destaca o caráter político da intervenção governamental a nível local, constituindo-se em um complexo processo de mediação e penetração de interesses filtrado pelos "notáveis locais" e pela inabilidade das autoridades governamentais em manter "alguma coerência com a política econômica nacional". No entanto, enquanto executores das políticas estatais, os líderes locais utilizam-se dos *planos e programas nacionais* como um termo de referência que garante, simultaneamente, a expressão dos interesses hegemônicos representados no *Estado Central* combinados aos interesses locais. Resulta, assim, uma "forma de organização da vida social que assiste e adapta o ambiente local a um tipo particular de sociedade industrial".¹²

Assim, a lógica da intervenção governamental obedece distintas estratégias devido às tensões organizacionais que vão se multiplicando entre os diferentes níveis de governo e à tendência a fragmentação das agências burocrático-administrativas. A essas tensões e conflitos internos ao aparato burocrático-administrativo justapõe-se uma outra ordem de pressões *externas* à máquina estatal, as quais são particularmente relevantes no que tange à intervenção dos governos locais na provisão de serviços e equipamentos sociais.¹³ Ocorre que a maior visibilidade dos executivos locais frente ao seu eleitorado torna-os mais vulneráveis ao múltiplo jogo de pressões, resultando em um contínuo processo de conflito entre as agências decisórias e níveis de poder, marcado pela negociação, barganha e compromisso destes atores políticos com diferentes grupos e associações profissionais, partidos políticos etc.

Nesse contexto, Saunders (1984:28) examina diferentes tipos de intervenção es-

tatal destacando como a "provisão em serviços de consumo social" pelos governos locais está no centro do conflito entre as esferas local, regional e central de governo, em parte devido às tensões geradas em torno das prioridades da produção e do consumo e, em parte, devido às distintas atribuições dos diferentes níveis de governo:

"A prioridade básica do governo central é manter a realização do lucro pelo setor privado ao passo que os governos locais devem atender os requerimentos por consumo dos vários grupos da população local" (Saunders, 1984).

Baseando-se no caso inglês, o autor sugere que enquanto nos processos decisórios de *políticas nacionais* — relacionadas à *produção* — predominam as mediações de interesse de cunho *corporativista*, o processo de formulação de políticas, a nível local, se dá de modo mais *competitivo*¹⁴ e pluralista em torno dos setores de *consumo*, articulando diferenciados interesses que tendem a ultrapassar as clivagens de classe. Por outro lado, o acirramento de tensões entre os dois processos de intermediação aliado ao maior peso político dos setores corporativos tem provocado "tendência à ingovernabilidade da Grã-Bretanha", uma vez que os governos locais foram se abrindo a um conjunto de demandas populares que não encontram eco nas agências decisórias centrais, dominadas por interesses corporativistas.¹⁵

A partir dessas premissas, Saunders tenta compatibilizar os diferentes modos de intervenção estatal com distintas estratégias decisórias, apontando a alocação de funções¹⁶ entre os níveis de governo (central, regional, local) como um mecanismo capaz de explicar o caráter contraditório das pressões sobre o governo, nas sociedades de mercado. Neste sentido, atribui a cada nível de intervenção estatal um tipo de procedimento que viabilize o processo de tomada de decisões: as intervenções alocativas resolvem-se através de soluções burocráticas; as intervenções produtivas, através de soluções corporativas e as intervenções no campo do *consumo social* contemplam procedimentos mais *pluralistas* e tendem a se constituir num tipo de intervenção mais característica dos governos locais.¹⁷

Nota-se, assim, que Saunders tende a simplificar as proposições desenvolvidas por Offe. Ocorre que ao distinguir entre as "intervenções alocativas, autoritárias e

produtivas" do Estado, Offe mostra como o Estado capitalista — que desempenhava um papel basicamente alocativo nas sociedades industriais do século XIX — tende, agora, a intervir cada vez mais na produção. Nesta etapa, existem somente três estratégias de ação possíveis, embora nenhuma delas constitua-se em solução adequada à tomada de decisões extremamente complexas, necessária às intervenções produtivas: a *máquina burocrática* — que pode ser relativamente controlada pelos interesses dominantes *externos* ou pelos partidos políticos — *não é capaz de gerar novas soluções* aos problemas emergentes, pois não consegue engajar a cooperação ativa dos vários grupos situados fora do aparelho de Estado no processo de formulação de políticas; a *estratégia corporativista* sofre de problemas semelhantes ao tentar limitar a capacidade de intervenção do Estado através da barganha em torno de interesses específicos, excluindo ainda todos os interesses não-incorporados, o que *põe em risco o processo de legitimação*; e, por fim, os *processos decisórios pluralistas* ampliam a possibilidade de pressão dos cidadãos na busca de consenso, trazendo alguns riscos ao processo de formulação de políticas, caso as classes dominadas detenham o controle desse processo.¹⁸

Apesar dessas ressalvas, concorda com Saunders no que se refere à natureza mais competitiva e fragmentada do processo de intervenção governamental a nível local. Cabem, contudo, algumas observações sobre os arranjos estruturais desenvolvidos a nível municipal, os quais mediatizam estas funções potencialmente antagônicas — acumulação e legitimação — postuladas pela teoria do Estado.

Em primeiro lugar é preciso assinalar que apesar da maior vulnerabilidade dos governos municipais às pressões populares — dada a natureza dos arranjos eleitorais que lhes dão sustentação — e da necessidade de responderem de forma mais imediata às demandas por serviços, as autoridades locais confrontam-se, também, com as reivindicações do setor privado. Entretanto, *o grau de dependência dos governos locais em relação às demandas do setor privado varia, à medida em que os "governos urbanos ocupam diferentes posições no conjunto das estruturas de autoridade do Estado"*. Dessa ótica, *o maior ou menor grau de descentralização das estruturas do Estado resultará em maior ou menor vulnerabilidade dos governos locais às demandas do setor privado*.¹⁹ Assim, nos sistemas onde a arrecadação fiscal é cen-

tralizada, as políticas governamentais decididas de modo centralizado, e a implementação das políticas a nível local é constrangida pelos governos nacionais, os governos municipais não serão tão suscetíveis às exigências do setor privado local. Por outro lado, os sistemas políticos que *contemplam mecanismos de arrecadação locais e detêm uma relativa autonomia decisória* quanto aos padrões de gasto público e à implementação de políticas a nível local, tenderão à maior vulnerabilidade dos governos locais tanto em relação aos interesses econômicos dos setores privados dominantes localmente, como em relação às demandas e pressões dos setores populares — porque necessitam de suportes eleitorais e deverão incentivar a participação política popular.

De acordo com Piven *et alii* (1978:209), nesse último caso (os autores baseiam-se no sistema federativo norte-americano) os governos locais deverão desenvolver estratégias que viabilizem o cumprimento de papéis contraditórios: de um lado dificultarão o acesso às agências ligadas às decisões econômicas; de outro, facilitarão o acesso àquelas relacionadas à legitimação política. Dessa forma, o processo decisório de políticas relativo às condições de crescimento econômico tende a ser relativamente "invisível", mais impermeável às pressões populares e à influência dos políticos eleitos, desenvolvendo mecanismos próprios que garantam a mediação dos interesses econômicos pertinentes através de *relações de clientela*, ancoradas, ideologicamente, na lógica do planejamento racional e das decisões técnicas. Em contrapartida, as agências que atraem a participação política popular implementam políticas mais visíveis e — como necessitam de suporte político — confrontam-se com demandas conflitivas que envolvem interesses de grupos distintos e, freqüentemente, o exercício da patronagem.

Conseqüentemente, essas agências tentam converter demandas geradas pela mudança social e crescimento econômico — as quais são não-administráveis — em demandas por representação simbólica e patronagem pública, que são relativamente administráveis.²⁰ Em segundo lugar, a segregação das funções de acumulação e legitimação, nos EUA, é ainda afetada pela *alocação dessas funções entre diferentes níveis de governo*. Geralmente as políticas que afetam a direção do crescimento econômico são decididas nos níveis metropolitano, regional e nacional de governo, enquanto as políticas destinadas a estimular

a participação popular tendem a limitar-se à provisão de serviços, e são formuladas localmente (Piven *et alii* 1978:211).

Em suma, pode-se dizer que — no caso americano — as estruturas formais do Estado asseguram o papel dos governos locais — no que concerne à acumulação de capital — institucionalizando agências para além do controle popular e, ao mesmo tempo, limitando o escopo e impacto da participação política através de novos programas e de agências altamente politizadas, mas com poder limitado.

Cabe assinalar ainda, que as estruturas políticas municipais do sistema federativo americano tendem a reforçar formas de identificação política sem uma base de classe, estimulando a organização da representação formal de associações através da patronagem e da incrementação de serviços públicos em bases territoriais (Piven *et alii*: 224). Conseqüentemente, predominam nas arenas locais, os *grupos de interesse* organizado em base territorial, promovendo a fragmentação dos interesses de classe e estimulando a competição intra-classes, reforçando a imagem simbólica de uma democracia pluralista.²¹

Portanto, em contraposição ao determinismo econômico presente tanto em algumas análises marxistas (Lojkin, 1981; Harvey, 1974) como em análises liberais,²² e ainda em contraposição ao determinismo político (Castells, 1980) que também correlaciona o desenvolvimento urbano e a expansão dos equipamentos coletivos locais à lógica da reprodução do capital e da força de trabalho, há que se tentar entender o processo de intervenção governamental a nível local examinando a interação entre a política e a economia procurando ver como os fatores econômicos são mediados e influenciados pelo sistema político. Dessa forma, torna-se relevante procurar entender os papéis dos atores políticos no processo decisório de políticas; quais os constrangimentos que pesam sobre o processo de intermediação de interesses entre os distintos níveis de governo; como as estruturas decisórias se inter cruzam com relações clientelistas particulares; em que medida a tradição político-eleitoral de um Município desenha ou não um certo perfil de intervenção na área social; quais os grupos beneficiados e quais os excluídos pelas políticas governamentais implementadas localmente; e, finalmente, como as políticas sociais podem se constituir num recurso político importante face às necessidades de ampliação das bases eleitorais que dão sustentação aos políticos locais.

A Noção de Clientelismo

Um dos problemas apontados no estudo do *clientelismo* tem sido a crescente disjunção entre os estudos descritivos e a conceituação do fenômeno. Alguns autores sugerem que este problema decorre da excessiva ênfase dada ao “caráter diádico”²³ do tipo de associação clientelista, ou seja, enquanto forma específica de comportamento, minimizando as determinações dadas pela estrutura social (Graziano, 1983:425). Decorrem daí explicações circulares à medida em que se desloca o foco da análise interativa entre as estruturas ou “situações clientelísticas” e a estrutura geral da sociedade, privilegiando-se o nível das relações interpessoais a nível local.

O problema real, segundo Graziano, é entender qual a base de classe da política clientelista, pois para além de significar *troca de favores*, o clientelismo permite contextualizar as regras de interação social, sendo assim “constitutivo dos aspectos cruciais da ordem institucional de uma sociedade” (Graziano, 1983). De modo que a estruturação de relações entre trocas específicas e generalizadas “desenha o perfil de ligações entre as várias desigualdades existentes, em diferentes sociedades” (*ibidem*, p. 429).

Assim, as peculiaridades do clientelismo enquanto modo de estruturação das desigualdades sociais, indicam que a solidariedade existente nas relações patrões-clientela é *contingente* e se funda num pacto que limita e condiciona o acesso da clientela aos recursos,²⁴ através da violação direta das premissas universais, que dão conteúdo à plena cidadania (Graziano, 1983:331). Logo, as duas funções centrais ao conceito de clientelismo — *proteção* e *mediação* — representam menos um serviço prestado à clientela, significando, principalmente, uma imposição forçada obtida através de meios coercitivos, os quais limitam o direito de acesso de todos os cidadãos aos recursos privados e públicos.

Desse ponto de vista, em contraste com o sistema italiano²⁵ e de outras sociedades pluralistas — em que o processo histórico de alargamento e de conquista da cidadania, pelas classes dominadas, reforçou a *percepção pública* quanto ao *caráter ilegítimo* das práticas clientelistas — no caso brasileiro o padrão clientelista pode ter uma “legitimidade própria”, à medida em que o bom funcionamento dos serviços não é visto como “um direito inerente à cidadania”, mas como uma concessão àqueles que detêm maior poder de negociação.²⁶

Visto como um modo de regulação da transferência de recursos numa dada sociedade, o exercício da patronagem clientelista depende do controle de uma série de fatores, como: acesso aos centros de poder político; aos centros decisórios que definem e implementam serviços e bens públicos (saúde, educação etc.); acesso à distribuição pública de bens privados, como, por exemplo, empregos na máquina do Estado, entre outros.

É preciso, também, estabelecer algumas distinções entre os "tipos de clientelismo". Assim, a "patronagem pura" pode ser entendida como um tipo de relação que caracteriza uma certa estrutura de Estado, na qual a autoridade é dispersa; a intervenção estatal tem um escopo limitado; havendo ainda, uma separação considerável entre os níveis local, regional e nacional de governo". O "clientelismo partidário", de outro lado, tende a associar-se à proliferação e ampliação do escopo das atividades estatais e também à crescente integração entre os níveis e estruturas de poder. De acordo com Weingrod (1977:325), "as distinções básicas são entre um Estado que regula e um Estado reformista, e, entre segmentação e integração".

No primeiro caso, a necessidade de mediadores emerge da defasagem existente entre os distintos níveis de poder, como, por exemplo, o isolamento das unidades locais ou regionais de governo. No segundo, o "clientelismo partidário" se expande à medida em que as estruturas partidárias vão se aproximando e se "instalando" nos aparelhos do Estado, caracterizando processos particulares de transição, como a passagem de uma sociedade tradicional à de massas. Dessa forma os partidos políticos podem atuar como "pontes" exercendo uma função de mediação "no sentido de quebrar o isolamento social e promover a integração nacional". O estudo do clientelismo, sob esse ângulo, veria como os partidos políticos procuram usar as "instituições e recursos públicos em favor de seus próprios fins", e como favores de vários tipos são trocados por votos.²⁷

Aprofundando essas questões, Graziano (1976:155-160) discute a "natureza das novas clientelas e o caráter do novo clientelismo de massa". Ressalta que as "novas clientelas" são constituídas por categorias profissionais, coalizões de interesse, grupos de empregados etc., desde que a patronagem passou a ser dirigida pelos *partidos políticos*. Trata-se de um novo clientelismo — que consiste em *favores de mas-*

sa dirigidos a grupos ou até a comunidades inteiras — caracterizado pela emergência de novos mecanismos de intermediação de interesses, os quais permeiam tanto o nível administrativo quanto o legislativo, como, por exemplo, a alocação de verbas e projetos para localidades específicas, que se convertem em votos para deputados ao tornar pública a sua *mediação política*.

Há, contudo, um elemento particular que unifica o fenômeno clientelista, seja ele social ou político, tradicional ou moderno: é a *troca de favores*.²⁸ Ou seja, a natureza do grupo enquanto "categoria" não exclui um *tipo coletivo de particularismo*, semelhante, do ponto de vista qualitativo, ao "particularismo individualista das relações diádicas".²⁹

Graziano (1976:164) destaca ainda os efeitos políticos produzidos pelo "clientelismo partidário de massa", caracterizado pela política de máquina e distribuição material de benefícios, causando, de um lado, a corrupção e desideologização da política e, de outro, abalando a legitimidade e credibilidade dos líderes políticos, os quais não mais desfrutam nem da legitimidade dos "notáveis" nem, tampouco, da "moderna legitimidade" conferida por um projeto de transformação social. Além disso, o clientelismo partidário corresponde a uma estratégia de ação política que tem por objetivo reduzir a *incerteza* do processo eleitoral nas sociedades pluralistas,³⁰ transformando a máquina — detentora do controle monopolístico sobre todos os tipos de recursos — em intermediador obrigatório entre os indivíduos e o Poder Público.

Nos regimes socialistas, por outro lado, sugere-se que o *clientelismo constitui um elemento estrutural do sistema político-econômico* "tratando-se de uma resposta das unidades mais baixas do sistema ao estreitamento dos canais de articulação de interesses, à escassez e à supercentralização do sistema", tornando-se o elemento determinante das políticas públicas, especialmente no que se refere ao processo de alocação de recursos do centro do Estado às subunidades administrativas.³¹

No caso do processo político latino-americano, Kaufman (1977) indica a ocorrência de dois fenômenos, aparentemente contraditórios: o corporativismo e o clientelismo. Isso porque o "personalismo das relações clientelistas contraria as implicações burocrático-legais do corporativismo". Entretanto, as relações entre os arranjos corporativistas e o clientelismo acabaram

segundo o autor contribuindo para uma maior flexibilidade das estruturas legais corporativistas extremamente rígidas.

Por outro lado, os estudos que relacionam o “novo clientelismo de massa” à implementação de políticas governamentais locais, indicam que a maior ou menor capacidade de um Município em conseguir recursos do Estado, dependerá tanto da ênfase dada a políticas específicas que respondam a demandas localizadas, como das conexões políticas e mecanismos de intermediação de interesses que permeiam as relações entre o centro e a periferia, privilegiando seja a habilidade da burocracia, ou partidos políticos, ou ainda as lideranças políticas locais e/ou regionais, como veremos a seguir.

Clientelismo, Política Partidária e Governos Locais

Para abordarmos a relação entre clientelismo, processos políticos e capacidade de intervenção dos governos locais quanto à formulação e implementação de políticas governamentais a nível local, examinaremos sucintamente algumas questões sugeridas pela literatura recente sobre os casos francês e italiano.

A questão básica assinalada por estes estudos refere-se à *complexidade dos sistemas burocráticos* — característica do Estado Capitalista avançado — aliada à *inexistência de mecanismos transparentes no processo de alocação de recursos* entre os distintos níveis de governo, como um dos fatores mais decisivos na redefinição do papel dos governos locais.

A partir dessas considerações Tarrow (1977), por exemplo, examina a natureza da política local em cidades pequenas da Itália e da França, analisando comparativamente o papel do processo de mediação política entre os políticos locais e o Estado Nacional.³²

Em primeiro lugar, o autor destaca como as elites políticas locais atuam principalmente como “intermediadoras” devido à necessidade de negociar recursos do Estado para implementar políticas. Contrapondo-se ao “antigo notável local ou líder clientelista” — que detinha o monopólio das relações da localidade com o mundo exterior, garantindo a provisão de benefícios seletivos e individualistas referidos a grupos econômicos e sociais específicos — o novo *policy broker* negocia bens coletivos para a comunidade, conciliando a necessidade de crescimento econômico com

o atendimento de demandas que implicam em maior equidade.

Sem deter o “monopólio da representação dos interesses de sua comunidade”, o *policy broker* defronta-se, simultaneamente, com a necessidade de relacionar-se com os diversos partidos e grupos políticos que têm acesso ao centro decisório e com as múltiplas agências burocráticas que se expandem e penetram todos os setores da nação (Tarrow, 1977:235).

Conseqüentemente, o papel de “intermediação” revela de um lado, a *fragilidade do poder político local* dependente que é da proximidade de seus contatos com a alta burocracia para ter acesso aos recursos públicos. De outro, à medida em que a negociação de recursos vincula-se à disponibilidade de certos “bens de consumo coletivo” (para os governos locais), os quais são determinados pelas políticas definidas e implementadas através da coalizão governante, configura-se uma certa ausência de autonomia dos líderes políticos locais quanto ao processo decisório de políticas para as suas cidades.

Além disso, Tarrow indica que, nos Municípios analisados, não se constatou tendência à uma associação positiva entre voto favorável ao partido ou coalizão governante e alocação de recursos do Estado para a implementação de políticas locais. Sugere ainda que tanto nas cidades pequenas como nos grandes centros, a capacidade de obtenção de recursos associa-se principalmente ao “ativismo político” e menos à filiação partidária das elites políticas no poder.

Embora nos dois países — França e Itália — tenha se verificado um processo de integração entre as comunidades locais e a política nacional, aferida em termos de semelhança do comportamento político-eleitoral a nível local em relação às eleições nacionais, a integração entre o centro e a periferia, nos dois países, segue distintas estratégias que se relacionam à formação do Estado Nacional e a organização do sistema político.

Assim, predomina na França, o “ativismo administrativo” nas relações entre o *maire*³³ e o *Sistema Burocrático Integrado* constituído em torno de uma rede de ligações informais estabelecidas entre os níveis hierárquicos de poder, mas que condiciona as negociações de políticas ao *interior da máquina burocrática*.³⁴ O processo de consolidação do sistema administrativo francês, a partir da emergência do Estado Bonapartista altamente centralizado e da

construção de um aparato burocrático forte, resultou em um modo de "integração dirigista" entre o centro e a periferia caracterizado por uma grande capacidade do Estado em implementar políticas nacionais, onde os mecanismos de alocação de recursos para as localidades passam pelo "ativismo administrativo" dos grupos políticos locais, os quais atuam como administradores de recursos estatais para responder às demandas locais.³⁵ Devido ao caráter centralizado do Estado e do aparelho burocrático e ao "reformismo tecnocrático" da coalização governante, o processo decisório de alocação de recursos durante o período analisado (1968-1974), enfatizou a formulação de políticas regulatórias³⁶ seletivas e concentradas nos centros mais urbanizados — cuja população depende principalmente do setor de serviços — ou nas cidades que passavam por um crescimento demográfico mais acelerado (Tarrow, *ibidem*, Cap. 3).

Em relação à Itália, o autor mostra o predomínio do "ativismo político" nas relações entre os prefeitos e o núcleo central do processo decisório de alocação de recursos para a periferia, caracterizando um modo de integração "clientelista" dependente do jogo de influências pesadas e das negociações políticas entre os atores políticos locais e o sistema partidário, que se processa à margem do aparelho de Estado Central. Devido a uma unificação tardia do Estado italiano, às diferenças étnico-linguísticas, à existência de uma rede de ligações familiares e pessoais no interior da burocracia, à natureza do processo de industrialização concentrado e tardio, com a liquidação do fascismo e a emergência de um sistema partidário dominado pela Democracia Cristã, a política local é penetrada pelos interesses partidários identificados com os interesses das facções locais.

Enquanto o sistema administrativo francês delimita o escopo da agenda política circunscrevendo as negociações políticas a um conjunto de diretrizes fixadas pelo Estado Central, que refletem um impacto limitado do sistema partidário francês sobre o processo decisório de políticas, o sistema partidário italiano constitui-se em canal privilegiado no processo de barganha política quanto à alocação de recursos e benefícios para a periferia. Nesse contexto, devido à natureza heterogênea dos suportes políticos que sustentaram a hegemonia da democracia-cristã sobre a coalização governante "populista",³⁷ a abertura distributivista do aparelho de Estado às diversas facções políticas locais que davam

sustentação à coalização dirigente não seguiu a lógica do crescimento econômico, como no caso francês.³⁸ A estratégia de canalização de recursos estatais para a periferia foi consistente com a direção democrata-cristã, permitindo às facções locais uma ampla margem de manobra política na negociação dos recursos para as suas comunidades, onde não estavam em jogo, necessariamente, os requerimentos do crescimento econômico. Estes fatores, segundo o autor, explicariam porque na Itália, ao contrário da França, verificou-se um certo padrão distributivo de alocação de recursos para a periferia contemplando as regiões pouco industrializadas, cidades pequenas e comunidades rurais.

A hipótese central de Tarrow sugere, assim, que a implementação das políticas nacionais a nível local requer a iniciativa dos governos locais que atuam como mediadores entre os cidadãos e as organizações burocráticas ou sistema partidários, seja na tentativa de captar recursos, seja no sentido de implementar políticas mais adequadas às necessidades de suas localidades. Neste processo, os políticos locais desenvolvem diferentes estratégias de atuação dependendo das conexões políticas existentes entre o Centro e a periferia.

De qualquer forma, nos dois países a destinação desigual de recursos do Estado para a periferia não obedecia critérios definidos *a priori*, embora ocorresse tendência à relativa uniformidade na França. Em ambos os países, a maior ou menor capacidade de um Município em obter recursos do Estado para a implementação de políticas locais relacionava-se ao ativismo político ou administrativo das lideranças políticas locais e sua capacidade de "sensibilizar" os atores mais decisivos no processo de barganha política. Tanto o Clientelismo Italiano como o Dirigismo Francês, limitavam a ação dos governos locais de esquerda, e obstaculizaram a participação política dos cidadãos no processo decisório de políticas permeado por mecanismos não transparentes e bastante informais.

Apesar dos constrangimentos econômicos e institucionais, a atuação política dos prefeitos filiados aos partidos de esquerda, nos dois países, mostrou-se mais comprometida com as orientações programáticas dos partidos. As diferenças observadas entre os dois países são, segundo Tarrow, consequência do processo de estruturação de cada um dos partidos.³⁹

Assim, na Itália, os governos locais liderados pelo Partido Comunista Italiano — PCI detêm uma grande autonomia — em

relação à cúpula do partido — para implementar políticas inovadoras, esforçando-se para transformar suas gestões em “modelos” com objetivos redistributivos. Na França, por outro lado, apesar da existência de “comunidades-modelo” administradas pelo PCF, nota-se que as ações têm maior impacto administrativo do que político, devido ao maior peso do Estado Central sobre as administrações locais e ao controle sistemático da cúpula do Partido Comunista Francês — PCF sobre os governos locais comunistas.⁴⁰

Comparando a atuação dos PCs europeus a nível local, Cecarelli (1982) enfatiza o papel das mudanças políticas e institucionais — como o processo de democratização espanhol, a descentralização do processo decisório italiano, a reorganização das unidades territoriais na França — e suas conseqüências sobre as estratégias políticas da esquerda. Refere-se, principalmente, aos problemas causados pela intensificação das pressões sobre os governos locais por sistemas decisórios paralelos (como grupos de pressão institucionalizados, associações, corporações e novos sistemas de controle regionais e nacionais), os quais operam através de agências burocratizadas levando a uma maior fragmentação dos governos urbanos.

Essas mudanças, segundo o autor, tiveram um impacto considerável sobre a estrutura organizacional do Partido Comunista Italiano — PCI e do Partido Comunista Espanhol — PCE, sendo marginais no caso do Partido Comunista Francês — PCF:

“As máquinas partidárias articularam-se territorialmente tornando-se mais sensíveis às questões locais... Desenvolveu-se uma atitude mais flexível em relação aos grupos de interesse locais e movimentos sociais urbanos. As reivindicações desses grupos potencialmente competitivos foram estrategicamente incorporadas pelos programas locais dos PCs. Alguns destes grupos foram cooptados pelas organizações partidárias. Esse processo de ajustamento partidário acentuou a capacidade do PCI e do PCE em controlar situações locais. Contudo, a experiência do PCF seguiu um caminho distinto: poucas inovações foram introduzidas e pouca abertura foi dada aos novos movimentos sociais” (Cecarelli, 1982:331).

No caso italiano, o autor mostra como a estratégia do PCI-PSI (Partido Socialista Italiano) a nível local (principalmente entre 1975-1980) enfatizou os serviços sociais, contenção da despesa pública, maior efici-

ência da máquina administrativa e ampliação da participação dos cidadãos no processo decisório de políticas, e redundou em vitórias dessa coalizão, nas eleições locais de 1980, na medida em que os governos locais de esquerda expandiram seus suportes políticos abrindo-se aos vários “grupos de interesse paralelos”.

É preciso lembrar, no entanto, que mesmo em localidades tradicionalmente administradas pelo PCI, como, por exemplo, Bolonha — onde contemplou-se a participação democrática da população na gestão dos serviços e definição de políticas — as autoridades locais permaneceram dependentes do governo central do ponto de vista jurídico-financeiro. Sugere-se, contudo, que a combinação entre as mudanças sociais em processo na Itália Central aliada às novas formas de participação a nível local, oferece a possibilidade de superação da “separação entre a sociedade política e a sociedade civil, ponto de ruptura do Estado burguês”.⁴¹

No caso francês, Preteceille (1981, 1985) examina a relação existente entre distribuição espacial dos serviços em relação à distribuição das classes sociais na Grande Paris e à atuação dos governos locais na produção e distribuição destes serviços. Tem por objetivo entender como os diferentes grupos sociais se organizam em torno das relações de consumo a partir do impacto causado pelos “meios de consumo coletivo urbano” (educação, saúde, habitação e transporte público) sobre os movimentos sociais.

Apesar do controle e das restrições institucionais do Estado sobre os governos locais na França (como: aprovação dos orçamentos locais pelo representante do Estado Central a nível regional; Regulamentação das taxas locais e do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo Estado Central), o autor aponta a necessidade da pesquisa urbana comparar os efeitos econômicos, sociais e políticos sobre a definição e implementação de políticas locais, pelos governos locais administrados por partidos de esquerda com os de direita (Preteceille, 1981; Preteceille *et alii*, 1985, Cap. 1).

Nesse sentido, salienta que a multiplicação de trabalhos e estudos setoriais sobre políticas governamentais específicas foram de relevância decisiva, tratando-se agora de considerar o impacto dos meios de consumo coletivo (sobre o urbano) como um todo, pois “muitos vêm a distribuição social dos serviços como um processo de redistribuição ou como uma estratégia de

controle social, sem deixar claramente evidente quem de fato se beneficia" (Preteceille, 1981:413).

A partir daí, o autor seleciona localidades caracterizadas por uma estrutura similar de serviços, baseando-se em indicadores ocupacionais e sócio-demográficos, constatando, assim, algumas diferenças entre as comunas, segundo a sua tradição político-eleitoral, no que se refere à distribuição dos equipamentos sociais e mobilização de recursos, como quanto às distintas estratégias de pressão das prefeituras (de direita e de esquerda) sobre o governo central.

Constata, por exemplo, que as comunas tradicionalmente administradas pelos partidos de direita mobilizam recursos do Estado através de "laços de cumplicidade e de cooperação", constituindo-se em "agentes ativos do sistema hegemônico" de dominação, cuja legitimação é politicamente necessária para reforçar a dominação de classe. Nessas comunas, com perfil populacional predominantemente constituído pelas classes média e alta, observa-se um alto grau de facilidade de acesso aos *serviços públicos e privados*.

Por outro lado, os Municípios comunistas e socialistas apóiam-se na mobilização política de suas populações para exercer pressão sobre o Estado e obter recursos necessários ao atendimento das demandas sociais. Na maioria dos Municípios comunistas, com população majoritariamente operária, observa-se a predominância dos *serviços e equipamentos coletivos públicos*, na medida em que um dos fatores explicativos da permanência e estabilidade dos comunistas no poder, em várias localidades francesas, deve-se ao *conteúdo* e à *continuidade* das políticas sociais implementadas por estes governos. De acordo com Preteceille, isto pode indicar que a variável *político-partidária* abre espaço para a *formulação de políticas autônomas* pelos governos locais. Salienta, contudo, que o *grau de variação das condições objetivas* entre as comunas — tamanho, industrialização etc. — dificulta a interpretação de diferenças baseadas exclusivamente na direção política.

Mesmo assim o autor salienta que, nos anos 70, as Municipalidades de esquerda tenderam a implementar políticas cada vez mais conflitivas com o poder central, mobilizando a população contra transferências de impostos locais; passando a exigir novos subsídios do Estado para a expansão de equipamentos coletivos etc., fatores que levaram a ampliação dos suportes po-

líticos do Partido Socialista Francês — PSF e do PCF, levando a vitória das eleições nacionais em 81 (Preteceille, 1985).

Entretanto, segundo o autor, o programa de descentralização implementado pela coalizão governante de esquerda (1981) foi contestado tanto pela direita como pela Confederação Geral do Trabalho — CGT francesa temerosa de que a maior autonomia dos governos locais conduzisse "ao reforço do poder político quase feudal de um notável, justamente onde a administração do Estado é mais suscetível e capaz de moderar a pressão dos grupos de interesses locais dominantes, em função de uma política nacional que leve em conta o conjunto das relações políticas" (Preteceille, 1985:11).

Nessa linha de investigação Castells (1980) aponta as causas do caráter de vanguarda da política municipal liderada pelos partidos de esquerda: em primeiro lugar, destaca como a *segregação urbana*, resultante do processo de urbanização capitalista, tende a concentrar os trabalhadores favorecendo, do ponto de vista eleitoral, a concentração dos votos de esquerda; enquanto órgão do Estado encarregado da *gestão e distribuição dos serviços urbanos, o governo local* — sob o capitalismo monopolista — passa a intervir cada vez mais na provisão desses serviços levando à "crescente socialização dos meios de consumo"; finalmente, como o voto de esquerda a nível local permite melhores "serviços e equipamentos sociais sem ameaçar a estabilidade política geral, dado que o governo do Estado continua nas mãos da burguesia", os Municípios foram se transformando, para a esquerda, em "sala de espera do governo do Estado democrático". O problema é como fazer dessa posição "um elemento de transformação do Estado e da Sociedade" (Castells, 1980: 169-70).

Não é nosso objetivo discutir o impacto causado por mudanças nos processos políticos locais sobre o processo mais geral de transformação da sociedade. Acharmos, ao contrário, que esta só se efetivará a partir de profundas mudanças estruturais que contemplem o conjunto da sociedade. Embora algumas experiências locais possam trazer inovações importantes do ponto de vista da gestão, distribuição e participação da população no processo de formulação e implementação de políticas urbanas, acreditamos no seu limitado impacto.

Entretanto, interessa-nos entender qual a capacidade de intervenção dos governos lo-

cais na produção e distribuição dos equipamentos sociais, quais os mecanismos de intermediação de interesses que viabilizam politicamente a *escolha* de políticas sociais específicas, a sua relação com a tradição político-eleitoral local e os constrangimentos burocrático-legais que permeiam as relações entre os diferentes níveis decisórios e estruturas de poder.

Isso posto, examinaremos sucintamente algumas questões teóricas referentes ao processo decisório de políticas governamentais a nível local, o que requer rápidas considerações sobre a natureza da política social, uma vez que os governos locais de frontam-se, particularmente, com problemas relacionados à intervenção na área social.

Política Social: Conceituação e Problemas

O termo "política social" vem sendo usado há mais de um século, sem que se tenha clareza quanto à especificação do conceito.⁴² Greffe afirma que a variedade das "medidas sociais torna difícil agrupá-las em uma explicação única". Tratam-se de medidas ou intervenções — que dizem respeito à luta contra a pobreza, à necessidade de assegurar o crescimento, ao controle das classes sociais etc. — as quais expressam "alterações legais quanto aos direitos e deveres, produção de equipamentos sociais, desenvolvimento de mecanismos de transferências sociais. São, portanto, medidas que intervêm em vários domínios (educação, saúde, transporte, habitação etc.) e se dirigem tanto a indivíduos como grupos" (Greffe, 1975:11).

A mesma dificuldade está presente na definição de Mishra (1982:x): "Política social pode ser definida em termos relativamente estreitos ou amplos, não há nada intrinsecamente certo ou errado sobre essas definições... Em sentido genérico, aqui o termo será empregado em relação aos propósitos e objetivos da ação social relativa tanto às necessidades como aos padrões estruturais ou arranjos que produzem tais necessidades. Nossa definição não se restringe nem à ação dos governos nem ao contexto das sociedades industriais". Ou ainda, na clássica definição liberal de Marshall (1967:7): "A expressão "política social" não é um termo técnico com um significado preciso. Neste livro, será empregada sempre com referência à política dos governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda" (Mishra, 1982; Marshall, 1967).

Com efeito, no centro da discussão contemporânea sobre política social, contra-põem-se duas perspectivas opostas: a neo-liberal e a marxista.

Na visão neo-liberal, o objetivo da política social é garantir aos indivíduos a satisfação de algumas necessidades básicas, as quais não podem ser resolvidas via mercado. Portanto, encontra-se aí implícita a idéia de que a implementação de políticas sociais poderá minimizar as condições desiguais de acesso ao mercado, no suposto de que a "igualdade de chances" otimizará a participação dos indivíduos numa estrutura social desigual, ao promover maior igualdade de oportunidades.

Ao contrário, a perspectiva marxista vê justamente a persistência das desigualdades como um indicador claro de que a política social é mais um "fator de diferenciação do que de homogeneização de condições" (Greffe, 1975:12). Logo, diz Greffe, todas as sociedades articuladas por relações de exploração, baseadas na desigualdade, têm que garantir a reprodução das relações de produção: "a política social constitui parte da estratégia da classe dominante a qual visa a controlar a repartição dos fluxos de trabalhadores num sistema de classes desiguais". Ou seja, a perspectiva marxista tende a restringir a definição de política social seja à reprodução da força de trabalho, seja à reprodução das condições de acumulação capitalista, detectando alguns limites efetivos da intervenção estatal na área social — do ponto de vista do processo mais geral de transformação social — o que contudo não esgota o problema.

É preciso assinalar que a literatura marxista recente vem aprofundando e sofisticando essas análises. O'Connor, por exemplo, refere-se às duas funções principais do Estado Capitalista — acumulação e legitimação. A primeira refere-se aos requerimentos econômicos, a segunda aos sociais, configurando funções mutuamente contraditórias, uma vez que o gasto social do Estado tende a crescer, enquanto a arrecadação estatal é incapaz de prover os recursos necessários, à medida em que a apropriação do lucro continua sendo privada, gerando uma *crise fiscal permanente* (O'Connor, 1977:19-21).

De outra perspectiva, Offe se preocupa em especificar os "mecanismos de seletividade", através dos quais o Estado garante seu caráter de classe, indo além da conhecida polêmica entre Poulantzas e Milliband. Nessa direção, Offe mostra como através desses mecanismos — que per-

meiam a estrutura interna do aparato estatal — o Estado gera “políticas de classe”, filtrando interesses específicos, os quais entram em choque com os requerimentos do “Capitalismo Avançado”, nas condições atuais, e que impõem o planejamento de políticas racionais que atendam o “conjunto dos interesses capitalistas como um todo”, exacerbando as contradições internas do *Welfare State* (Offe, 1984). Se Offe avança do ponto de vista da teoria do Estado, mantém a mesma idéia de política social restrita à necessidade de reprodução, ou seja: “Política social é a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não-assalariado em trabalho assalariado” (Offe, 1975). Em suma, o autor deixa claro que as inovações sociais em matéria de políticas públicas, resultam da compatibilidade das estratégias pelas quais o aparelho de dominação política responde às exigências da reprodução do Capital e do Trabalho, de acordo com as instituições políticas existentes e as relações de força societária por elas canalizadas. Por outro lado, Przeworski indica como o “compromisso keynesiano” e a implementação de políticas sociais, pelo Estado capitalista, permitiram compatibilizar a democracia com o capitalismo.⁴⁸

Discutindo as limitações e dificuldades da conceituação de política social, Santos salienta que “a inexistência de uma definição precisa de política social explica-se por seu caráter de *metapolítica* matriz de princípios ordenadores de escolhas trágicas, embutidas estas em praticamente todas as políticas específicas... Assim, a formulação de critérios para avaliar ou desenhar políticas sociais não pode ser outra coisa que permanente experimento com o imprevisível...” (Santos, 1986:24).

O autor demonstra que dada a estrutura de escassez existente, a escolha de uma política social implica “essencialmente a escolha de um princípio de justiça”, uma vez que inexistem critérios lógico-científicos ou derivados de comandos institucionais capazes de produzir decisões automáticas que garantam, simultaneamente, a solução dos problemas de equidade e da acumulação de capital. Ou seja, a preferência pela acumulação ou pela equidade é insuficiente para proporcionar a realização do valor “justiça social”. Qualquer que seja a opção ideológica norteadora da intervenção — maximização da acumulação ou da equidade — levará, no limite, a “modificação relativa do perfil das desi-

gualdades existentes, sem aboli-las” (idem, p. 7).

A questão fundamental consiste, portanto, em equacionar e hierarquizar um conjunto de problemas que deverão ser enfrentados por qualquer política social, cujos constrangimentos básicos decorrem da elegibilidade de diferentes critérios pertinentes a cada problema, visando a aumentar a probabilidade de eficácia das políticas escolhidas. Isto posto, trata-se de construir a “matriz produto-problema que opera sobre o mapa da estrutura social da escassez”, capaz de revelar quais carências e qual custo social deverá ser privilegiado, tendo claro que “não há como evitar a fatalidade de ordenar escolhas trágicas na ausência de infalível princípio de justiça e diante dos resultados imprevisíveis produzidos pela mão invisível do caos” (idem).

Portanto, a discussão sobre a natureza das políticas sociais deve levar em consideração duas ordens de questões, em alguma medida controvertidas: uma de ordem *valorativa* (no sentido de definir quais os objetivos a serem alcançados); outra *operacional* (delimitando a viabilidade e a forma de alcançar tais objetivos). De modo que na análise das políticas governamentais, distinguem-se três fases principais: a *definição e elaboração* das políticas, em que são escolhidos os objetivos, tendo em vista uma certa concepção de sociedade. Esta fase envolve questões relacionadas ao tipo de processo decisório, mecanismos de participação; centralização x descentralização; mecanismos de captação de recursos; relações entre o Estado e o setor privado; critérios quanto à destinação dos recursos; hierarquização de programas; seletividade x universalização dos benefícios; *execução ou implementação*, onde surgem problemas burocrático-administrativos obstaculizando os objetivos previstos; a *avaliação*, necessária no sentido de avaliar criticamente as disparidades entre metas e resultados (Franco, 1984:72).

Franco (1984) chama a atenção para a tendência recente observada nos métodos de “racionalização” do problema decisório de políticas governamentais, o qual se move no âmbito da relação custo/benefício, enfatizando a questão do financiamento e dos impactos econômicos. A despeito da importância dos aspectos econômicos, da influência dos legados das administrações anteriores e dos entraves colocados à intervenção governamental pela máquina administrativa, a “racionalização” não assegura uma política socialmente mais justa

e eficaz, caso não haja “*vontade política e possibilidade política*” de implementá-la (Franco, 1984:91). É preciso ter claro, diante da escassez de recursos prevalectente, que o espectro de alternativas possíveis favorecerá alguns e prejudicará outros. Desde que as soluções encontradas favoreçam a maior parte da população, especialmente os setores sociais mais necessitados, trata-se de saber para quem e como as decisões são tomadas.

Política Social e Processo Decisório

As primeiras tentativas de estudos comparativos em políticas governamentais sugerem que as características dos sistemas políticos — principalmente competição partidária, participação política, tipo de controle partidário sobre o Estado e natureza da coalizão governante — constituíam-se em “determinantes independentes” do processo decisório de políticas, de corte social, como educação, saúde, transportes, etc.⁴⁴ Subjacente a este enfoque pressupunha-se que ao maior grau de desenvolvimento econômico corresponderia, paralelamente, uma tendência à maior participação dos setores sociais, ao maior grau de competição partidária e eleitoral, levando à expansão do gasto social pelo Estado.

Estudos posteriores (Dye, 1972) descreveram as ligações entre variáveis relativas ao grau de desenvolvimento econômico (urbanização, industrialização, renda) cruzando-as com as características do sistema político (tipo de controle sobre o Estado, grau de competição partidária etc.) e com as áreas de intervenção estatal (educação, saúde, previdência, transportes, habitação, tributação), sugerindo que as características dos sistemas políticos pluralistas tinham “menos efeito sobre a formulação de políticas públicas do que aquelas que refletiam o grau de desenvolvimento econômico” (Dye, 1976:654). Ou seja, polemizando com os politicistas, a vertente estruturalista postulava que o conjunto de recursos econômicos seria mais decisivo do que os fatores políticos no processo decisório de políticas governamentais.⁴⁵

Ainda na perspectiva pluralista, a abordagem de grupos considera fundamental não só determinar os atores envolvidos no processo decisório de políticas públicas como também enfatiza os “constantes processos de mobilização, articulação, negociação e confrontação de grupos de interesses”. Tratando-se de diversos interesses em jogo, as decisões tópicas são tomadas

em várias arenas, pois envolvem distintos grupos sociais e o governo, o qual constitui a “arena legítima” (Oliveira, 1982).

É fácil perceber que — para a “teoria de grupos” — a interação entre grupos com interesses comuns, que se associam para pressionar o governo, constitui-se no núcleo central da política. A política diz respeito à luta entre grupos para influenciar o processo decisório de políticas públicas, cabendo ao sistema político a administração do conflito entre os grupos, através do estabelecimento de regras para a competição.⁴⁶ Trata-se, portanto, de uma *visão pluralista da estrutura de poder*, que enfatiza o conflito e sua negociação através da articulação entre grupos e coalizões de interesse. As principais críticas a esse modelo referem-se à ausência de uma análise mais abrangente sobre a *estrutura sócio-econômica* e política na qual se constitui o processo de articulação entre os grupos. Outras referem-se à existência de várias *arenas* onde as decisões se processam de modo distinto (Lowi, 1964).

Em contraposição a este enfoque, as implicações da “teoria das elites políticas” para a análise de políticas públicas, podem ser resumidas nos seguintes pontos:

a) como a política reflete os interesses e valores da elite no poder, só ocorrerão inovações nas políticas governamentais, quando ocorrerem mudanças de elites — as quais expressam a composição social da sociedade. Portanto, apesar desta abordagem também privilegiar a análise dos atores envolvidos no processo decisório de políticas, esta consiste apenas em inferir o conteúdo das políticas públicas a partir da identificação do comportamento das elites políticas, tendendo a excluir da análise o papel da competição partidária e da possibilidade dos grupos ou classes sociais influírem sobre o processo decisório (Oliveira, 1982:19);

b) o “consenso” partilhado entre as elites é fundamental à estabilidade do sistema social. Logo, dado o caráter conservador das elites interessadas em preservar-se no poder, só entrarão na agenda política as inovações capazes de serem absorvidas pelos detentores do poder. Esta abordagem equivocada das relações de poder reduz o conflito àqueles que ocupam posições-chave nas agências governamentais. Desconsidera, assim, a possibilidade de mudanças de políticas como decorrência de alterações na percepção dos problemas, pelas elites no poder (como em uma situação de

crise, por exemplo), sem que ocorra alternância ou substituição de elites.⁴⁷

Embora essas diferentes abordagens tenham contribuído, de modo significativo, para o refinamento teórico da análise política, achamos necessário examinar como os fatores sócio-econômicos interagem com os políticos, numa situação histórico-concreta, desenhando um certo formato de intervenção governamental. Trata-se, portanto, de entender porque e como os governos intervêm, quais os recursos políticos que dão acesso à tomada de decisões, e quais os impactos causados beneficiando certos grupos e/ou excluindo outros.

Lamounier (1982) ressalta o caráter político do processo decisório "como algo relativamente autônomo", sem desconhecer contudo, que toda política pública "obedece a condicionantes específicos, econômicos, técnicos, jurídicos etc.". Parte do pressuposto de que o "sistema de decisões e o sistema de participação se estruturam mutuamente" e como toda política pública é uma forma de intervenção na realidade, por conseguinte, "por mais concentrado que seja o processo decisório", as políticas serão sempre condicionadas por interesses ou expectativas sociais.

Neste sentido, assinala a natureza dinâmica do processo de formação de políticas públicas caracterizado "por constantes barganhas, pressões, contra-pressões, e não raro por redefinições do próprio objeto das decisões". Logo a "resolução de um problema através de uma política pública cria outros", realinhando e alterando os interesses afetados, os quais procuram redefinir as questões em jogo, modificando a "agenda política".

No âmbito dessa problematização, o autor elabora um esquema para análise de políticas públicas, trabalhando com três noções básicas, as quais permitem distinguir o aspecto político dos processos decisórios: a) formação da agenda política, entendida como capacidade do poder político determinar os objetos imediatos do conflito (Shattschneider, 1960); b) análise das arenas decisórias — regulatória, distributiva e redistributiva (Lowi, 1964:689) e c) técnicas de implementação de políticas, que variam inter e intra arenas, resultando em um amplo espectro de alternativas cuja escolha depende de decisões políticas. Importa ainda assinalar que "a cada uma das arenas corresponde uma estrutura típica de participação e formação de alianças".⁴⁸

Com efeito, Lowi enfatiza que as relações políticas são determinadas pelos tipos

de políticas em jogo, tratando-se, portanto, de identificar os "tipos" de políticas públicas a partir de seu impacto na sociedade. É sob esse prisma que as "áreas de políticas (distributiva, regulatória e redistributiva) ou atividades governamentais constituem arenas reais de poder" (*ibidem* 689), na medida em que cada arena decisória tende a desenvolver uma estrutura política própria, e um certo tipo de processo decisório.

A partir do esquema de Lowi, Salisbury (1968) sugere que o "tipo" de política pública será determinado pelo grau de integração ou de fragmentação do sistema decisório de governo e do padrão de demanda e/ou de articulação de interesses existentes, enfatizando, assim, a análise dos atores envolvidos — os que tomam as decisões e aqueles por elas afetados.⁴⁹

Dessa perspectiva importa examinar a forma como os interesses se estruturam para influenciar o processo de formação e definição de algumas políticas. Schmitter (1979) estabelece uma diferenciação entre representação e intermediação de interesses com o objetivo de detectar os mecanismos que promovem a sua fragmentação. Trabalha com três formas de intermediação de interesses: a) o pluralismo (onde a competitividade de interesses não é automaticamente controlada pelo Estado nem permite o "monopólio da representação" por um grupo organizado); b) o corporativismo (caracterizado por um número limitado de unidades de interesses organizados, não competitivos e licenciados pelo Estado); e c) o sindicalismo ou "corporativismo societal", em que as unidades de grupos de interesse não se encontram hierarquicamente organizadas, não são competitivas e tampouco controladas pelo Estado, tendendo a assumir o "monopólio da representação", relacionada à crescente participação dos sindicatos no processo de formulação das políticas governamentais, como, por exemplo, na Social-Democracia (Schmitter, 1979:15-21).

Sob este prisma, a análise do processo de formulação de políticas governamentais a nível local requer examinar a relação existente entre os diferentes grupos envolvidos neste processo; como se dá a relação desses grupos com o Executivo e o Legislativo local e quais os mecanismos de intermediação desenvolvidos entre os diferentes níveis de governo. Significa também procurar entender como uma determinada composição de interesses se traduz em políticas específicas, articulando-se em arenas decisó-

rias que detêm um poder relativo, no interior do sistema político.

Como indica Lowi (1964), considerar o tipo de relação política que os atores relevantes estabelecem entre si e com os governos locais torna-se decisivo, pois permite entender o tipo de arena política que se estrutura em torno das questões relativas às políticas urbanas implementadas localmente. A partir daí, é possível determinar em que medida o padrão de conflito por elas gerado será capaz de influenciar o grau em que as políticas governamentais serão implementadas.

Dessa forma, em primeiro lugar a análise do conjunto de políticas governamentais, decididas e implementadas localmente, há que levar em conta o modo como as diferentes idéias políticas — expressas através dos partidos, facções, grupos, associações etc. — interagem com as estruturas sócio-econômicas, produzindo uma diversidade de respostas públicas, que caracterizam a crescente intervenção do Estado capitalista contemporâneo, particularmente na área social. Este tipo de abordagem procura localizar as causas da *diversidade* dos *policy outcomes*, a partir da interação recíproca dos diversos fatores políticos, econômicos e sociais, no processo de determinação das políticas,⁵⁰ numa situação histórica específica.

Torna-se, assim, relevante examinar como os *fatores políticos e sócio-econômicos* influenciam o processo de *policy-making* e *suas conseqüências*. A partir daí, importa especificar em que medida e sob quais circunstâncias a composição política dos governos, o papel da política partidária, ou ainda o processo de intermediação de interesses em torno de políticas específicas, constituem-se em variáveis importantes e que contam na explicação das diferentes respostas dos governos locais, as quais se traduzem em políticas governamentais com um certo formato.

Uma segunda ordem de questões refere-se aos *constrangimentos institucionais burocráticos e administrativos* sobre o processo de formulação e implementação de políticas a nível local, procurando detectar como as instituições locais interagem com as nacionais.⁵¹ Nesse sentido, a relação entre o processo político local e a formulação de políticas governamentais permitem desvendar uma diversidade de “compromissos e de barganhas políticas” entre as múltiplas agências estatais subordinadas às diferentes esferas de governo, na medida em que se expande e se fortalece o papel de inter-

venção do Estado, sob o capitalismo contemporâneo. Essas questões tornam-se particularmente relevantes no caso brasileiro, especialmente no período pós-64, dadas as características do Estado Burocrático-Autoritário implantado, e a natureza do regime político.

É possível, assim, imaginar que a influência da Burocracia Central sobre as políticas e estratégias dos governos locais se multiplica, na medida em que cresce o papel de intervenção do Estado nacional, controlando recursos, concentrando decisões. Porém, o nível de decisões locais vai ganhando mais importância na mesma medida em que se expande a intervenção na área social, provendo mais serviços e benefícios para seus cidadãos.

Cecarelli (1982:335) sugere duas hipóteses básicas na análise dos governos locais: a primeira refere-se à importância do nível local de governo no processo de expansão e garantia dos direitos dos cidadãos, ao permitir a integração das classes populares ao sistema político; a segunda relaciona-se aos novos papéis desempenhados pelos governos locais no Estado capitalista, detendo, agora, novas responsabilidades regulatórias sobre a implementação de um número razoável de políticas públicas. Desse processo resulta a emergência de “sistemas decisórios paralelos” de formulação de políticas governamentais a nível local, os quais representam novos grupos funcionais de interesses organizados e que convivem, lado a lado, com o processo decisório formal.⁵²

Com efeito, o caráter fragmentado da estrutura local de governo decorre, sobretudo, do múltiplo jogo de pressões com que se defronta. Trata-se de um nível de poder que tende a se manter sob a pressão das esferas estadual e central de governo; que tende a subordinar-se ao aparato administrativo-burocrático do Estado Central; encontrando-se, assim, pressionado pelas estruturas superiores de poder, pelos interesses de classes dominantes localmente e, também, por demandas das classes populares. Daí o “caráter instável e reativo” dos processos decisórios urbanos configurando uma complexa teia de relações entre contextos decisórios distintos que envolve diferentes estratégias, constrangimentos e recursos políticos. Como diz Yates (1982:9-10): “Os caminhos do processo decisório nas cidades constituem-se de modo instável, errático, confuso. Trata-se de um labirinto... Entre o poder e a decisão, in-

teragem os caminhos intrincados do processo decisório de políticas”.

Conclusão

Como já foi assinalado, a dinâmica do processo de urbanização e de industrialização requer uma crescente intervenção, particularmente na área social, por todas as esferas de governo, implicando na alocação de recursos consideráveis que afetam distintos interesses e geram novas expectativas.

O exame da literatura recente sobre o papel dos governos locais mostrou que é no âmbito da intervenção governamental, especialmente na provisão de serviços e equipamentos sociais, que as administrações locais defrontam-se com situações complexas e contraditórias, constrangidas tanto por dificuldades estruturais (escassez de recursos, controle do Estado Central etc.) quanto conjunturais (demandas e pressões do eleitorado, dos vários grupos organizados em base territorial, movimentos sociais).

Esses problemas reforçam o caráter *fragmentado* e mais *competitivo* dos governos urbanos onde há margem de manobra para a emergência de distintas estratégias políticas que expressam interesses econômicos e políticos contraditórios, disputando entre si um amplo espectro de bens e serviços, apesar dos constrangimentos colocados pelo processo de reprodução da força de trabalho e da acumulação capitalista.

Conseqüentemente, configura-se um complexo processo de mediação e penetração de interesses, filtrado pelos políticos locais, na medida em que a lógica da intervenção governamental obedece distintas estratégias, devido às tensões que vão se multiplicando entre os diferentes níveis de poder e à tendência a fragmentação das agências burocráticas. A essas tensões e conflitos *internos* ao aparelho burocrático-administrativo justapõe-se uma outra ordem de pressões *externa* à máquina estatal, as quais são particularmente relevantes no que tange à intervenção dos governos locais: a maior *visibilidade* dos executivos locais frente ao seu eleitorado torna-os mais vulneráveis ao múltiplo jogo de pressões, aguçando o grau de conflito entre os níveis de poder e estruturas decisórias, resultando daí um processo de intermediação marcado pela negociação, barganha, compromisso dos atores políticos, associações, favorecendo o exercício da patronagem e do clientelismo.

Entretanto, enquanto executores das políticas estatais, os políticos locais utilizam-se dos *programas federais e estaduais* garantindo, simultaneamente, a expressão dos interesses representados nas estruturas superiores de poder combinados aos interesses locais, permitindo-lhes expandir seus suportes eleitorais e modernizar a estrutura de governo urbano. Nos sistemas onde a arrecadação e o processo decisório de políticas públicas é centralizado, os governos locais poderão ser menos suscetíveis às pressões por duas razões: a) primeiro, porque numa estrutura de dominação mais *centralizada* são mais *restritos* os recursos políticos que dão acesso ao sistema decisório; b) em conseqüência, são mais reduzidos e menos permeáveis os canais de processamento de demandas. Por outro lado, nos sistemas políticos mais descentralizados, que contemplem mecanismos de arrecadação locais e relativa autonomia decisória, os governos locais podem ser mais vulneráveis aos interesses populares e dominantes, confrontando-se com reivindicações conflitivas que envolvem diferentes interesses, pois aí é mais intenso o grau de liberdade para a articulação de demandas distintas.

Como as políticas que afetam a direção do crescimento econômico são geralmente decididas a nível metropolitano, regional e nacional, as políticas decididas e implementadas a nível local parecem ser menos sujeitas aos requerimentos econômicos e/ou às exigências técnicas necessárias à formulação de políticas que racionalizem a solução dos problemas urbanos. Ao contrário, o *caráter político do processo decisório de políticas governamentais*, a nível local, pode ser estimulado pelas estruturas municipais de governo ao promoverem a organização representativa de associações e abrirem-se à canalização de demandas por grupos diferenciados, levando, de um lado, à crescente fragmentação dos interesses organizados em base territorial e, de outro, reforçando simbolicamente a imagem do pluralismo.

Em contraposição às análises que correlacionam exclusivamente o desenvolvimento urbano e a expansão dos equipamentos sociais locais à lógica da reprodução do capital e da força de trabalho, achamos também necessário investigar o processo de intervenção governamental, a nível local, procurando ver como a interação entre os fatores políticos e econômicos são mediados pelo sistema político. Dessa perspectiva, torna-se relevante examinar os papéis

dos atores políticos no processo decisório; quais os constrangimentos (sócio-econômicos, burocráticos e institucionais) que pesam sobre os canais de intermediação de interesses entre os distintos níveis de poder; como as estruturas decisórias são inter-relacionadas e penetradas por relações de clientela particulares; em que medida a tradição político-eleitoral de uma localidade desenha ou não um certo perfil de in-

tervenção na área social; quais os grupos beneficiados e quais os excluídos; e, finalmente, como as políticas sociais podem se constituir num *recurso político importante* face à necessidade de ampliação das bases eleitorais que dão sustentação aos políticos locais, gerando conflitos entre os *excluídos* e os *beneficiados*, ao mesmo tempo em que reconhece direitos políticos e sociais para toda a população.

Notas

1. Hunter (1953) e Dahl (1961). Ver a crítica aos pluralistas Bacharat e Baratz (1962).
2. Na linha de Poulantzas (1968), Castells assinala que em sendo o poder uma relação entre classes sociais, a noção de poder local não se justifica desde que as relações de poder, numa dada localidade, expressam uma estrutura de classes específica (Castells, 1974, 239).
3. Ver também sua crítica a Castells (Birnbau, 1974).
4. Ver também Ledrut (1977).
5. Castells (1981:9-11) coloca o governo local como uma das instituições-chave do Estado Capitalista, no contexto da crise urbana, pois embora a decisão de políticas seja centralizada, cabe ao nível local a implementação e administração dos serviços. Assim, enquanto o "Estado Central" atua pela lógica da acumulação capitalista, os governos locais contribuem para a *legitimação* do Estado, garantindo o controle social.
6. Greffe (1975:238) indica que a produção e distribuição dos equipamentos sociais constituem "um dos meios mais diretos da política social", uma vez que permitem "integrar a força de trabalho ao sistema, estruturando-os profissionalmente, sanitariamente e geograficamente em resposta às exigências das transformações do sistema econômico".
7. Castells (1976, 1980) e Lojkine (1981). Os comentários que se seguem apresentam sucintamente as idéias centrais dos autores.
8. Lojkine refere-se aos limites e constrangimentos dos governos locais na França liderados pelo PCF (Lojkine, 1981:278-290).
9. Segundo Lojkine: "Enquanto os meios de circulação material (meios de comunicação) e social... são condições necessárias da reprodução do capital, os meios de consumo coletivos só intervêm no nível da reprodução da força de trabalho..." (ob. cit., p. 161). O mesmo afirma Castells: "... a crescente importância da força de trabalho... traduz-se numa importância semelhante dos meios de consumo necessários à sua reprodução (Castells, 1980:21).
10. Ver Gough (1979:43-4).
11. O argumento central do autor é mostrar como a *fragmentação urbana* afeta profundamente o processo decisório de políticas nas cidades, tornando-as *ingovernáveis* (Yates, 1982:31-2).
12. Biarez coloca a provisão em infra-estrutura no centro da definição de poder local e indica como os governos locais da França intervêm apenas *indiretamente* no setor econômico, distinguindo-se de Sfez (1977), que vê o local como instrumento do Estado Central. Biarez (1981:477) e Sfez (1977:17-21).

13. Mollenkopf mostra como o "empreendimento político e as coalizões pró-crescimento" tornaram-se decisivos à consolidação do Partido Democrata nos EUA, pós 2.ª guerra, na medida em que os políticos desse partido utilizaram-se dos *programas federais* para intervir na arena local, expandindo, ao mesmo tempo, os suportes eleitorais do partido, a nível local e nacional. Para o autor os prefeitos eleitos pelo Partido Democrata — enfatizaram, retoricamente, as idéias de ação comunitária e participação; criaram novas burocracias (e mantiveram a burocracia tradicional) e utilizaram-se dos *programas federais urbanos* para expandir suas bases políticas e modernizar a estrutura do governo urbano. Mollenkopf (1983:86).

14. Ver também Dunleavy (1979).

15. A respeito ver: Cawson e Saunders (1983).

16. O autor combina a tipologia de O'Connor (baseada na dupla função do Estado Capitalista: acumulação e legitimação) com a análise de Offe (1975) que distingue os 3 tipos de intervenção — alocativa, autoritária e produtiva — do Estado Capitalista.

17. Para uma crítica a Saunders, ver Dunleavy (1984).

18. Ver Offe (1975), ob. cit.

19. Piven *et alii* indicam que os arranjos estruturais desenvolvidos a nível municipal relacionam-se ao "grau de centralização ou de descentralização das funções governamentais e ao grau de segregação das funções econômicas e políticas dos governos urbanos". Assim, as variações no escopo e conteúdo do tipo de descentralização e a segregação e fragmentação das atividades governamentais podem explicar os diferentes modos de administração do conflito a nível urbano (Piven *et alii*, 1978).

20. Ver Edelman (1964: 1.º cap.).

21. Segundo Piven *et alii* (1978), nos países com partidos políticos nacionais fortes e organizações sindicais com orientação classista, o caráter competitivo e fragmentado da política municipal tende a ser amortecido. Enquanto, em países como os EUA, onde o sistema político é marcado pelo *pluralismo* e por uma grande fragmentação governamental, a política municipal é intensamente competitiva e fragmentada.

22. Wilson (1968), por exemplo, vê o crescimento das cidades como uma simples função das mudanças tecnológicas sobre a produção, provocando a emergência de novas demandas e expansão dos equipamentos sociais.

23. Landé (1977:13), por exemplo, define a base diádica do clientelismo como "uma relação direta, envolvendo alguma forma de interação entre dois indivíduos, como conotação de envolvimento pessoal", constituindo relações *voluntárias e difusas* que refletem escolhas livres e dependem de uma relação de reciprocidade entre os dois membros.

24. Eisenstadt e Roniger (1980) caracterizam o clientelismo como um modo de regulação dos repasses de recursos, configurando uma situação tipicamente de *barganha* entre patrões e clientela, tendo como funções a troca de benefícios (relacionada à teoria da troca política) e estabelecer a *solidariedade nas sociedades em que a credibilidade social está abalada*.

25. Graziano (1983) discute o conceito de clientelismo baseando-se, especialmente, no caso italiano. Sobre o clientelismo partidário na Itália ver também: Silverman (1977); Chubb (1981). Sobre a França: Donneur et Padioleau (1982).

26. Ver, especialmente, a brilhante análise de Eli Diniz sobre as relações de clientela estabelecidas pela máquina chaguista em torno dos serviços públicos do Rio de

Janeiro. Embora clientelismo e política de máquina tenham sentidos distintos, a análise sobre a máquina chaguista e a distribuição material de benefícios em *traca de votos* indica sua semelhança com o "clientelismo partidário de massa", que examinaremos em seguida (Diniz, 1982: caps. 2 e 3).

27. A análise de Weingrod (1977) baseia-se em pesquisa sobre o clientelismo partidário italiano, onde o autor destaca o caráter ambíguo da patronagem partidária na Sardenha: de um lado permitiu a renovação dos grupos políticos na arena política e, de outro retardou o desenvolvimento da economia local.

28. É interessante registrar a distinção entre *troca política* e *troca clientelista*, sugerida por Ceri: "Enquanto a troca política (baseada na extensão dos benefícios e do grau de consenso político) pode ser concebida como um fator de politização do mercado, o clientelismo atua como um fator de mercantilização da política". Paolo (1981: 647).

29. Baseando-se em Olson (1971), Graziano (1976), mostra que o grupo, assim como o Estado, se vale da *coerção*, excluindo dos benefícios não só os indivíduos que não pertencem ao grupo, mas também aqueles que, embora pertencendo, não contribuem para as atividades do grupo.

30. Ver Médard (1976).

31. Tarkowski (1983) mostra como as relações clientelistas na Polônia se tornaram mais do que um "adendo" ao ineficiente sistema institucional, na medida em que o escopo de transações informais permitiu a proliferação de "processos distributivos paralelos", os quais se constituem em elemento estrutural do sistema político-econômico.

32. Este estudo baseia-se em entrevistas feitas com prefeitos de 250 localidades distribuídas em quatro regiões da França e da Itália, abrangendo províncias com menos de 50.000 habitantes. A amostra utilizada toma Municípios com distintas estruturas sócio-econômicas e que apresentam diferentes tradições político-eleitorais. Tarrow (1977). Ver também Pizzorno (1971).

33. No período analisado os *maires* franceses (que governavam as comunas) eram *eleitos*, porém, subordinados às Prefeituras Departamentais, lideradas pelos prefeitos nomeados pelo Ministro do Interior, e que corporificavam o Estado Central a nível local.

34. Segundo Crozier (1973), as irracionalidades geradas pela racionalização burocrática criam tensões e bloqueios entre os níveis de poder levando a uma certa *imobilidade do aparelho burocrático* da qual resulta uma teia de entendimentos informais permeados pela cumplicidade entre os diferentes agentes do Estado, o prefeito e os "notáveis" eleitos localmente, visando a superar as dificuldades causadas pela excessiva centralização do processo decisório francês. Contrapondo-se a Crozier, Tarrow (1973:40) mostra que os sistemas burocráticos *difusos* (como o italiano) são mais *flexíveis* aos arranjos de cumplicidade entre os atores envolvidos na barganha política na medida em que a fragmentação das jurisdições e a difusão do controle permitem que os partidos políticos se transformem em *policy-brokers* nas relações existentes entre o centro e a periferia.

35. Sobre as relações e processo de mediação de interesses entre os prefeitos e as elites políticas locais francesas ver: Machin (1974) e Worms e Thoenig (1966).

36. Estamos nos baseando na tipologia formulada por Lowi diferenciando as políticas "distributivas", "regulatórias" e "redistributivas". Ver Lowi (1964).

37. No fundamental o argumento do autor diz respeito à: 1) caracterização da estrutura burocrática-administrativa; 2) caracterização do sistema partidário; e, 3) caracterização da *coalizão governante*. Assim, quando o Estado é altamente centralizado

e legitimado, o aparelho administrativo-burocrático unificado e a coalizão governante é de cunho "populista", expressando diferentes interesses de classe, nota-se uma tendência à implementação de políticas redistributivas para a periferia, como nos casos da Noruega e Finlândia, onde as comunidades rurais são beneficiadas por políticas públicas redistributivas. No caso italiano, a "frágil legitimidade do Estado aliada à fragmentação do Aparelho Burocrático" permitiu que a coalizão populista incrementasse políticas distributivas incentivando a canalização e processamento de demandas via sistema partidário. Em sistemas federativos, como o americano, as elites locais têm mais influência sobre o processo de alocação de recursos para a periferia, dado o caráter *segmentado* do sistema burocrático-administrativo, predominando, contudo, as políticas regulatórias devido à coalizão de interesses dominantes centrados no mercado. Por outro lado, em sistemas federativos como o alemão caracterizado por uma organização administrativa-burocrática integrada, é menor a influência dos grupos políticos locais sobre o processo decisório de políticas (Tarrow, ob. cit., Cap. 2).

38. Ibidem, pp. 98-100.

39. O autor se refere aos fatores econômicos, políticos e sociais que historicamente influenciaram a estrutura organizacional de cada um dos partidos, implicando no caráter *leninista (excessivamente centralizado e hierarquizado)* do PCF e numa *estrutura mais flexível e aberta às negociações políticas*, pelo PCI (Tarrow, 1977: 167-172).

40. Como se sabe o PCF (cujas bases eleitorais situam-se, predominantemente, no proletariado urbano) concentrou-se geograficamente nas grandes cidades e subúrbios da grande Paris, defendendo uma estratégia política mais defensiva, centrada na bipolarização da luta de classes, na ênfase das lutas econômicas, sendo cauteloso em relação às alianças. O PCI, por sua vez, considera básica a formação de *alianças* face a sua estratégia de construção da hegemonia (no sentido gramsciano) sobre o conjunto da sociedade italiana. Dessa forma as elites locais do PCI representam um dos pilares da "via italiana ao socialismo" expressando a *presença* do partido em todos os níveis de poder e, maior *heterogeneidade* quanto as suas bases eleitorais. Ver a este respeito Blackmer e Tarrow (1975) Caps. 7, 8, 9 e Conclusão; Graziano, Girotti e Bonet (1984).

41. Ver Jaccí, Muller, e Schmidt (1977:25-8).

42. A história do "conceito" encontra-se em Schmidt, e Cahnman (1979). Estes autores definem o "conceito de Política Social em termos de ação social dirigida aos problemas que afetam o conjunto da sociedade e a contínua consecução de metas para se atingir os objetivos da sociedade".

43. Segundo Przeworski *et alii*: "A combinação de democracia e capitalismo constitui um compromisso..." (...) "Foi o keynesianismo que proporcionou os fundamentos ideológicos e políticos que estão na base da democracia capitalista", na medida em que o "compromisso keynesiano" caracterizou-se por um programa dual: pleno emprego e igualdade (referida ao conjunto de serviços sociais que constituíram o Estado de Bem-Estar). Przeworski e Wallerstein (1982:79-80).

44. Ver, por exemplo, Duane (1973) e Fenton (1966) citados em Dye (1976).

45. Analisando, comparativamente, os determinantes do gasto público pelo *Welfare State* com seguridade social, em vários países, Wilenski indica que as determinações políticas pesam menos do que o grau de desenvolvimento econômico no processo de formação de políticas (Wilensky, 1975). Por outro lado, Castles analisa comparativamente os padrões de gasto público em 18 países capitalistas, no período 1960-75, concluindo que o modo pelo qual os modernos sistemas partidários estruturaram e organizaram a participação política para as classes médias e baixas, influuiu de modo decisivo sobre o condicionamento dos padrões de gasto público e sobre a natureza das escolhas eleitorais. (Castles, 1981).

46. A respeito ver Truman (1971).

47. O modelo piramidal de análise de políticas públicas, desenvolvido pelos elitistas, foi sintetizado por Dye (1972:24).

48. Segundo Lowi os objetos de decisão podem ser classificados em: *arenas regulatórias* — que limitam o âmbito das decisões, especificando as condições para a realização de uma atividade; *arenas distributivas* — que estimulam ou obstaculizam atividades já regulamentadas, como a aplicação de subsídios ou sanções, configurando-se a arena *clientelista*, por excelência, na medida em que a distribuição dos recursos é controlada por grupos que detêm poder estabelecendo condições para a efetivação da *troca* de apoio entre os agentes em questão; e, *arena redistributiva*, que se configura quando a estrutura de renda ou de propriedade é afetada por decisões substantivas. Lowi (1964) e Lamounier (1982).

49. Segundo o autor “embora o sistema de alocação de recursos pese sobre o montante efetivamente gasto, o sistema político continua sendo decisivo na determinação do tipo de política adotada, ou seja, quais os grupos beneficiados, quais os prejudicados, qual a extensão e o grau de conflito existente...” Salisbury (1968:165).

50. A respeito ver Castles, 1982:2-7.

51. Ashford, por exemplo, examina comparativamente os constrangimentos políticos (institucionais e constitucionais) sobre a autonomia decisória dos governos locais, da França e da Inglaterra, no processo de formação de políticas. Centrando a análise nos conflitos entre o centro e a periferia, o autor destaca a maior “flexibilidade da estrutura político-administrativa” e maior influência dos governos locais da França sobre o processo de *policy-making* nacional, devido à existência de uma complexa rede de “ligações e de cumplicidade” entre a Burocracia e os líderes políticos locais (Ashford, 1982).

52. O autor analisa a interação entre os governos locais italianos administrados pelo PCI e pelo PSI com os sindicatos e as associações de moradores no processo decisório de políticas sociais. Trata-se, para o autor, de uma forma de “processo decisório público que envolve um componente do Estado e grupos de interesse funcionais”, o qual, no entanto, não se enquadra nem no modelo corporativista e nem pode ser reduzido aos *lobbies* característicos dos grupos de interesse, na medida em que os governos locais de esquerda têm que expandir seus suportes políticos abrindo-se a uma variedade de grupos de interesse, no sentido de ampliar as bases do consenso através da “cooperação e do estabelecimento de acordos mútuos”. Cecarelli (1982).

Bibliografia

- Ashford, Douglas
1982. *British Dogmatism and French Pragmatism*. Allen & Unwin.
- Bacharat e Baratz
1962. “Two faces of power”. *American Political Science Review*, LXI, n. 4.
- Biarez, Silvie
1981. “Ideological planning and contingency programming”. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 5, n. 4, dezembro.
- Birnbaum, P.
1973. “Le pouvoir local: de la décision au système”. *Revue Française de Sociologie*, XIV.
1974. “Le petit chaperon rouge et le pouvoir local”, *Revue Française de Sociologie*, v. XV, n. 2, junho.

- Blackmer & Tarrow (eds.)
1975. *Communism in Italy and France*. Princeton Univ. Press.
- Borja, Jordi
1978. "Urban movements in Spain", in M. Harloe (ed.). *Captive Cities*, Londres, John Wiley & Sons.
- Castells, M.
1974. "Remarques sur l'article de Birnbaum". *Revue Française de Sociologie*, XV.
1976. *Lutas Urbanas e Poder Político*, Porto, Afrontamento.
1980. *Cidade, Democracia e Socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1981. "Local government, urban crisis and political change". *Political Power and Social Theory*, v. 2/1-19.
- Castles, F.
1981. "How does politics matter? Structure or agency in the determination of public policy outcomes", *European Journal of Political Research*, 9, pp. 119-133.
1982. "Politics and public policy". In F. G. Castles (ed.) *The Impact of Parties*, B. Hills, SAGE.
- Cawson, A e Saunders, P.
1983. "Corporatism, competitive politics and class struggle". In R. King (ed.) *Capital and Politics*, Routledge and Kegan Paul.
- Cecarelli, Paolo
1982. "Local government control and european communist parties". In Maurice Zeitlin (ed.) *Political Power and Social Theory*, v. 3, Jai Press.
- Chubb, J.
1981. "The social bases of an urban political machine: The christian democratic party in Palermo". In Eisenstadt and Le Marchand (eds.). *Political Clientelism, Patronage and Development*, Beverly Hills, C. A., SAGE.
- Crozier, M.
1973. *The Stalled Society*. Nova Iorque, Viking Press.
- Dahl, R.
1961. *Who Governs?* N. Haven, Yale University Press.
- Diniz, Eli
1982. *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Donneur et Padioleau
1982. "Local clientelism in post industrial society: The example of the French Communist Party". *European Journal of Political Research*, 10.
- Duane Lochard
1963. *The Politics of State and Local Government*, Nova Iorque, Macmillan.
- Dunleavy, P.
1979. "The urban basis of political alignment". *British Journal of Political Science*, 9.
1984. "The limits to local government". In M. Body & C. Fudge (eds.) *Local Socialism?*, Londres MacMillan.

- Dye, T.
1966. *Politics, Economics and the Public*. Chicago, Rand Macnally.
1972. *Understanding Public Policy*. N. Jersey, Prentice-Hall.
- Edelman, M.
1964. *The Symbolic Uses of Politics*. Univ. of Illinois Press.
- Eisenstadt, S. N. e Roniger, R.
1980. "Patron-client relations as a model of structuring social exchange". *Comparative Studies in Society and History*, 22 (1).
- Fenton, J. H.
1966. *People and Parties in Politics*. Nova Iorque, Scott/Foresman.
- Franco, Rolando
1984. "Las grandes controversias de la política social", *Revista Paraguaya de Sociología*, ano 21, n. 59, janeiro/abril.
- Glucksman, Christine B.
1977. "L'object local et théorie de l'État". In Lucien Sfez (org.). *L'Object Local*, Paris, PUF, pp. 37-43.
- Gough, Ian
1979. *The Political Economy of the Welfare State*. MacMillan Press, Londres.
- Graziano, Luigi
1976. "A conceptual framework for the study of clientelistic behavior", *European Journal of Political Research*, 4.
1983. "Political clientelism and comparative perspectives". (Introduction) *International Political Science Review*, v. 4, n. 4.
- Girotti e Bonet
1984. "Coalition politics at the regional level and center periphery relations". *International Political Science Review*, v. 5, n. 4.
- Grefe, X.
1975. *La Politique Sociale*. Paris, PUF.
- Gremion, P. e Worms, J. P.
1968. *Les Institutions Regionales et la Société Locale*. Paris, CNRS.
- Harloe, M.
1979. "Marxism, The State and theurban question: Critical notes on two recent french theories" (mimeo), S.N.T.
- Harvey, David
1974. *Social Justice and the City*. Baltimore, J. Hopkins, Univ. Press.
- Hunter, F.
1953. *Community Power Structure*. Chapel Hill, Univ. of California Press.
- Jacci, M.; Muller, R. and Schmidt, S.
1977. *Red Bologna*. Londres, Writers and Readers Publ. Coop.
- Kaufman, R.
1977. "Corporatism, clientelism and partisan conflict". in J. Malloy (ed.) *Authoritarianism and Corporatism in Latin America*. Univ. of Pittsburg Press.
- Lamonunier, B.
1982. "Análise de Políticas Públicas: Quadro Teórico — Metodológico de Referência" (mimeo).

- Lancaster, Thomas D.
1986. "Electoral structures and pork barrel politics", *International Political Science Review*, v. 7, n. 1, janeiro.
- Landé, C. H.
1977. "The dyadic basis of clientelism". In W. Schmidt *et alii* (eds.). *Friends, Followers and Factions*, Univ. of California Press.
- Ledrut, R.
1977. "Politique urbaine et pouvoir local". *Espaces et Société*, 6.
- Lojkine, J.
1981. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- Lowi, Theodore J.
1964. "American business, public policy, case-studies and political theory". *World Politics*, ns. 16 e 4.
- Machin, Howard
1974. "The french prefects and local administration", *Parliamentary Affairs*, Spring.
- Marshall, T. H.
1967. *Política Social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Médard, J. F.
1976. "Le rapport de clientèle". *Revue Française de Science Politique*, n. 26.
- Mishra, Ramesh
1977. *Society and Social Policy*, (2.^a ed.) Londres, Macmillan Press.
- Mollenkopf, J. H.
1983. *The Contested City*. Princeton, Princeton Univ. Press.
- O'Connor, J.
1977. *A Crise Fiscal do Estado Capitalista*. São Paulo, Paz e Terra.
- Offe, Claus
1975. "Theory of the capitalist State and the problem of policy formation". In C. Off *et alii* (eds.). *Stress and Contradiction in Modern Capitalism*. Lexington.
1984. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Oliveira, A. M. Melo
1982. "Introdução crítica à literatura sobre políticas públicas". IUPERJ, *Série Estudos*, n. 3.
- Piven, Frances F.; Friedland, R. and Alford, R.
1978.
- Paolo, Ceri
1981. "Le condizione dello scambio politico", mimeo.
- Pizzorno, A.
1971. "Amoral familism and historical marginality". In M. Dogan and R. Rose (eds.). *European Politics: a Reader*. Boston, Little Brown.
- Preteceille, E.
1981. "Left-wing local governments and services policy in France". *International Journal of Urban and Regional Research*, 5-3.
1985. "Crise hegemonique et restructuration territoriale de l'État" — La gauche et la décentralization en France". Paris (mimeo).

- ; Pinçon, Monique e Rendu, P.
1985. *Segregation Urbaine, Classes Sociales et Equipements Collectifs en Region Parisienne*, Paris, ed. Anthropos.
- Przeworski, A. & Wallerstein, M.
1982. "Capitalismo y democracia: una reflexión desde la macroeconomía". *Crítica & Utopía*, Buenos Aires, n. 8, pp. 77-100.
- Santos, W. G. dos
1986. "Édipo e Sísifo — A Trágica Condição da Política Social". IUPERJ, *Série Estudos*, n. 45, março.
- Salisbury, R.
1968. "The Analysis of Public Policy: a Search of Theories and Roles". In: A. Ranney. *Political Science and Public Policy*, Chicago, Markham Publ. Co.
- Saunders, P.
1983. *Urban Politics, a Sociological Interpretation*. Hutckinson, Londres.
- 1984. "Rethinking Local Politics". In: M. Boddy and C. Fudge (eds.). *Local Socialism?* Londres, Macmillan.
- Schmitt, C. M. e Cahnman, W.
1979. "The concept of social policy", *Journal of Social Policy*, 8, n. 1, janeiro, pp. 47-59.
- Schmitter, P.
1979. "Still the century of corporatism". In Schmitter & Lembruch (eds.). *Trends Toward Corporatist Intermediation*, SAGE.
- Sfez, L.
1977. *L'Object Local*. Paris, Union Générale d'Édition.
- Silverman, S. F.
1977. "Patronage and community — Nation relationship in central Italy". In Schmidt *et alii* (eds.). *Friends, Followers and Factions*. Univ. of California Press.
- Tarkowski, Jacek
1983. "Patronage in a centralized system — The case of Poland". *International Political Science Review*, v. 4, n. 4.
- Tarrow, S.
1977. *Between Center and Periphery: Grassroots Politics in Italy and France*. Yale, Yale Univ. Press.
- Truman, David B.
1971. *The Governamental Process: Political Interests and Public Opinion*. (2.^a ed.), Nova Iorque, A. Knopf.
- Yates, D.
1982. *The Ungovernable City*. Massachussets. The MIT Press, (6.^a ed.).
- Weingrod, Alex
1977. "Patrons, patronage and political parties". In Schmidt *et alii*, *Friends, Followers and Faction*. Univ. of California Press.
- Wilenski, H. L.
1975. *The Welfare State and Equality*. Berkeley, Univ. of California Press.
- Wilson, J. Q.
1968. *The Metropolitan Enigma*. Cambridge, Harvard Univ. Press.
- Worms, Jean Pierre e Thoening, Jean Claude
1966. "Le préfet et ses notables". In *Sociologie du Travail*, 3, setembro.

A Fotografia e as Ciências Humanas

Miriam Lifchitz Moreira Leite

“Se eu fosse o primeiro astronauta, minha alegria só se renovaria quando um segundo homem voltasse lá do mundo: pois também ele vira. Porque “ter visto” não é substituível por nenhuma descrição: ter visto só se compara a ter visto. Até um outro ser humano ter visto também, eu teria dentro de mim um grande silêncio, mesmo que falasse. Consideração: suponho a hipótese de alguém no mundo já ter visto Deus. E nunca ter dito uma palavra. Pois se nenhum outro viu, é inútil dizer.”

(Clarice Lispector, *A Descoberta do Mundo*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 13).

“*Encomenda*. Desejo uma fotografia/
Como esta — o senhor vê — como esta:/
Em que para sempre me ria/
Com um vestido de eterna festa.//
Como tenho a testa sombria,/ Derrame luz na minha testa./
Deixe esta ruga que me empresta/
Um certo ar de sabedoria.// Não meta fundos de floresta/
Nem de arbitrária fantasia... / Não... Nesse espaço ainda resta/
Ponha uma cadeira vazia.”

(Cecília Meireles, “Vaga Música”, in C. Meireles *Obra Poética*, Rio de Janeiro, Aguilar, 1967, p. 223).

No conto “Las Babas del Diablo”, Júlio Cortázar¹ assume a ótica de um fotógrafo que vai tomando consciência da necessi-

dade de narrar um acontecimento que só ele testemunhou. A força deste conto chegou a inspirar o roteiro de *Blow-up*, de Michelangelo Antonioni. Aquilo que o fotógrafo viu num domingo de manhã, à beira do Sena, só era verdade para ele. A câmera criara-lhe o dever de estar atento, sem perder os reflexos do sol na pedra, a expressão das fisionomias ou as sombras dos objetos. A perspectiva pessoal de ver o mundo acabou substituída pela da câmera, que lhe impôs o enquadramento, a iluminação e a velocidade do que via imobilizado, num momento único. Pelo olhar, que o retirou para fora de si mesmo, focalizou aquele estranho encontro matinal. Sentiu as palavras inadequadas e pouco precisas para descrever aparências visíveis. A imagem forneceu-lhe o que estava ocorrendo ali, naquele momento, daquele jeito. Era um presente, a partir do qual ele teria de reconstituir o que levara até ali aquela mulher e aquele menino e prever os momentos seguintes, o desenlace. Focalizara disfarçadamente, para não forçar uma reciprocidade do olhar, que provocaria nos focalizados a consciência e a atitude de estarem sendo observados e capturados na pequena imagem. A nitidez do negativo preparou a ampliação e esta pediu uma ampliação ainda maior. Percebeu que a fotografia revelara carros, pessoas, silhuetas e vultos que o olhar não retivera. Durante dois dias observou a ampliação, pendurada na parede, com os

olhos assumindo cada vez mais a visão da objetiva. Foi quando dos detalhes fixos e revelados surgiu um novo personagem, ainda que tanto o olhar quanto a fotografia estivessem ali rígidos e incapazes de intervenção no encontro matinal da mulher, do menino e do homem, que só para o fotógrafo tinha acontecido.

Talvez o ponto de partida da novela *La Invención de Morel*, de Adolfo Bioy Casares,² possa ser encontrado na revelação feita numa entrevista, em março de 1987: "Era bem pequeno quando entrei um dia no quarto de minha mãe, onde havia um espelho de três faces o que me levava a ver várias vezes, até o infinito, as mesmas figuras, eu inclusive. Ora, ouvia falar que aquilo que não se vê não existe, mas o fato é que eu via vários armários e para mim eles existiam (...)"

"Bioy Casares extrai uma odisséia de prodígios que não parecem admitir outra solução que a alucinação ou o símbolo, e os decifra através de um único postulato fantástico, mas não sobrenatural", diz Jorge Luis Borges, no Prólogo à novela. Essa afirmação dá conta da expressiva intensidade com que o autor trabalhou as palavras sobre um refugiado, numa ilha deserta, onde se depara com ruínas de edificações. Em busca de víveres e medicamentos ele acaba acionando um mecanismo estranho. A partir daí, passa a se ver rodeado de sons, vozes, imagens e odores que teme e se sente cada vez mais atraído por uma das personagens que vê diariamente a contemplar o entardecer. O mecanismo que acionara era um aparelho que gravava e transmitia imagens e sons acrescidos de sensações olfativas, térmicas e táteis, quase como se reproduzisse a vida. A intensidade dramática da novela vem dos movimentos de aproximação e distanciamento que a paixão provoca no narrador, que pouco a pouco se sente invisível, e das estranhas reações da imagem amada, uma nova espécie de fotografia que, com toda semelhança com uma criatura real, tinha ouvidos que não ouviam, olhos que não viam e se apresentava sempre como da primeira vez em que fora vista.

A reprodução desses textos, dois integrais e duas súmulas, exprime algumas das condições do trabalho com fotografias. Ainda que extraindo os dois últimos de sua linguagem expressiva (com o que perdem muito de sua verdade), estes textos propõem questões fundamentais para a

utilização da fotografia como recurso de documentação, de análise, como meio de recuperação, retenção e transmissão do conhecimento. Todos traduzem a necessidade da expressão verbal para transmitir o que foi visto, bem como a necessidade de um conhecimento comum anterior para que interlocutores possam perceber e compreender a imagem. Acautelam contra o realismo fotográfico que fundamenta inúmeras utilizações de imagens nas Ciências Humanas. A fotografia pode ser uma reprodução de um recorte de alguma coisa existente, mas freqüentemente é mais a reprodução do que o retratado e o fotógrafo quisera que ela fosse. Apesar de ser uma narrativa de um fotógrafo que toma consciência e se indaga sobre o seu trabalho, o conto de Júlio Cortázar inclui importantes reflexões sobre a fotografia fixa e a contemplação ativa e prolongada de ampliações. Ainda que trabalhando unicamente com palavras, o autor exprime os problemas de percepção e configuração do todo implícitos na análise de negativos e ampliações. A obra de Bioy Casares exige várias releituras a fim de que seja possível captar as limitações e deformações da comunicação pela imagem. O próprio fato da fotografia ser a imagem fixa, num mundo em permanente mudança, retira-lhe uma parcela de seu caráter de reprodução mecânica de alguma coisa existente ou que aconteceu, mas que foi reduzida e transposta de três para duas dimensões. A fotografia é também sempre um registro de alguma coisa, explícita ou implicitamente, o que lhe empresta sempre uma dualidade inseparável — existe o objeto-fotografia e também o conteúdo dessa fotografia, que precisam ser levados em conta, conjuntamente ou não. A diferença entre o estudo do conteúdo cultural da imagem e os padrões de comportamento e as crenças mobilizados para tirar, ver e compreender as imagens fotográficas são responsáveis pela ambigüidade e pela variação de utilizações das fotografias.

Em Roland Barthes, John Berger e Pierre Bourdieu³ encontram-se as colocações teóricas desses problemas, tratados até aqui literariamente. Com diferentes perspectivas, os autores lidam com as diferentes utilizações da fotografia, os mecanismos psíquicos da percepção e da memória e as práticas sociais dessas utilizações, que permitem a retenção da imagem, sua multiplicação e sua compreensão.

Os problemas da percepção e da memória visual precisam ser compreendidos e aprofundados para dar conta da singularidade da imagem fotográfica, da subjetividade do observador e de sua ligação com o que é representado na fotografia. Quando olhamos uma fotografia, não é ela que vemos, mas sim outras que se desencadeiam na memória, despertadas por aquela que se tem diante dos olhos. Uma das condições de leitura da imagem seria conhecer, compreender ou ter vivido a situação ou as condições fotografadas, verificando-se que a análise detalhada do conteúdo elimina sua configuração global, que precisa ser recomposta. Além disso, não olhamos apenas para uma foto; sempre olhamos para a relação entre nós e ela. Pensamos simultaneamente por conceitos e imagens. As imagens são sempre um elo no movimento do pensamento que liga as que as precedem às que as seguem. A fotografia seria o ponto de encontro das *contradições entre os interesses do fotógrafo, do fotografado, do leitor da fotografia e dos que estão utilizando a fotografia*. Cada um deles verá de maneira diferente a mesma fotografia, pois o ato de olhar demonstrou ser uma interação entre características do objeto e a natureza de quem o observa. Longe de ser um registro mecânico, a visão apreende na fotografia seus padrões estruturais significativos. As fotografias poderiam ser comparadas a imagens armazenadas na memória, enquanto as imagens lembradas são resíduos substituíveis de experiências contínuas. Em muitos casos, lembranças das fotografias substituem lembranças de pessoas ou acontecimentos, que são mutáveis, enquanto a fotografia fixa pode ser revista muitas vezes. Embora a utilização das fotografias nas Ciências Humanas motivo com intensidades diferentes o ato de fotografar, o ato de conservar as fotografias e o de contemplá-las, as questões teóricas incidem prioritariamente sobre a questão da leitura da imagem que, de certa forma, está implícita em quase todas as demais.

A percepção aguçada do visível é necessária não só para a leitura de fotografias já produzidas, como para a sua seleção e para a escolha de ângulos e enquadramentos do que será fotografado. O que se vê depende de onde se está e quando; ou seja, o que se vê é relativo à posição do fotógrafo e do observador no tempo e no espaço. É também relativo à utilização social da fotografia quanto à questão

estudada. Só se atinge o sentido da fotografia quando se consegue que a aparência instantânea, simplificada através do foco, da tonalidade, da profundidade, do enquadramento, da textura, da escala e do jogo de luz, se estenda a um antes e um depois do momento fotografado. *A simplificação da foto pode melhorar a sua legibilidade, mas aumenta a ambigüidade provocada pela descontinuidade da imagem. Essa descontinuidade é muito mais evidente que numa história verbalizada.*

A partir da década de 70, a entusiástica adesão verificada pela técnica de histórias de vida e de fotografias na pesquisa das Ciências Humanas responderia a uma nova ilusão — de que umas e outras dão um acesso direto à realidade. As histórias de vida e a imagem fotográfica, umas pelo testemunho de quem viu e viveu e outras pelo olhar direto do contemplado para o observador, provocam a ilusão de realidade alcançada que os números já provocaram entre cientistas sociais. Contudo, a fotografia deve ser considerada da mesma forma como se avaliam os documentos verbais — através de uma apreciação crítica de suas mensagens, que tanto podem ser simples e óbvias, quanto complexas e obscuras, avaliação que inclui uma seleção e uma reconstrução da parte de seus estudiosos.

A utilização mais freqüente e antiga das fotografias nos trabalhos de Ciências Humanas é como ilustração do texto. A fotografia seria a vitrine através da qual o leitor pode tomar um contato imediato e simplificado com o texto. Ainda que ocasionalmente tenham inspirado as análises e interpretações apresentadas através do texto escrito, não se lhes pede nada além das dimensões visuais imediatas — traços físicos, indumentária, moda, expressões faciais, fachadas de prédios e outras características externas de coisas, pessoas e grupos. O conteúdo aparente da fotografia determina sua legenda. As brechas do texto que a imagem preenche com informações ou representações não são verbalizadas.

Passam, contudo, a viver uma vida própria ao se desligarem da tomada inicial que as originou. Ao mudar de contexto, as fotografias podem ser reinterpretadas de acordo com as vicissitudes de sua sobrevivência física — do negativo à revelação, às reproduções, ampliações e alterações do público que as examinará. Deixam de ter um valor estimativo, como as

fotos de família para aquela família, para assumir um valor sentimental, quando apresentadas aos sujeitos da pesquisa, ou instrumental, como material de pesquisa, quando formam painéis de exposições, seqüências para análise ou ainda quando são convertidas em material terapêutico ou de aproximação entre entrevistador e entrevistado.

Os trabalhos históricos lançam mão de fotografias já tiradas. Os de Ciência Política têm trabalhado muitas vezes com retoques, montagens e supressões de personagens e posições nas fotografias, enquanto os estudos antropológicos e os sociológicos têm de lidar (de maneiras variadas) com a fotografia desde a produção.

Os trabalhos históricos enfrentam a tarefa da procura do material — fotografias já tiradas e conservadas em museus, bibliotecas, publicações ou nas mãos de colecionadores particulares. As reproduções que são feitas têm a finalidade de recuperar o contraste e os pormenores apagados com o tempo; faz-se então uma ordenação cronológica e espacial para atingir a possibilidade de uma leitura de conteúdo. Depois da identificação do foco, é preciso preencher mentalmente o que não se vê ou o que cerca aquilo que se vê. As mudanças no tema focalizado, que ocorrem com o tempo, precisam ser registradas e relacionadas. O resultado do trabalho fotográfico tanto pode ser devido às teorias e ao objetivo do pesquisador quanto às limitações do equipamento ou do fotógrafo. Mesmo em condições ideais de desenvolvimento tecnológico e tendo tido um fotógrafo cujos objetivos coincidiam com os interesses do historiador, a apresentação das aparências é excessivamente fragmentária, exigindo uma complementação através de textos verbais e uma análise do contexto de onde sai a fotografia. E embora as fotografias possam superar as palavras ao comunicar o sentimento das coisas, falham ao transmitir a rede social de relacionamento que extrapola as dimensões espaciais. Quando não se conta sequer com uma legenda verbal, identificando as personagens, o ano e o lugar do acontecimento, a fotografia pode ser um elemento mudo, além de propiciar decodificações ambíguas.

Nos trabalhos de História Oral, as fotografias têm sido utilizadas de duas maneiras diferentes. Podem ser usadas como um meio de reavivar a memória dos sujeitos de quem se solicita a história de

vida ou como testes projetivos, técnica desenvolvida na Psicologia, fazendo com que as mesmas fotografias desencadeiem lembranças e associações diferentes nos vários sujeitos da pesquisa.

Uma esfera complexa da utilização de fotografias em trabalhos históricos é a referente ao estudo de conflitos raciais e nacionais ou dos governos totalitários. A partir da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), que coincide com a comercialização de pequenas câmeras móveis, como a Leica, a fotografia tem sido um importante recurso de propaganda contra o inimigo e de auto-afirmação e culto da personalidade. Como admite manipulações diversas, retoques dos negativos, montagens, colagens e supressões, todos esses recursos foram utilizados amplamente para incentivar o ódio ao inimigo e estimular o medo e a solidariedade do grupo na luta contra o temível agressor. De outro lado, era preciso incorporar as figuras dos líderes, através da retirada de pormenores ridículos ou redutores de sua estatura e pela ampliação literal das figuras até cobrirem o horizonte. No Terceiro Reich, a manipulação das imagens atingiu o nível de uma arte de governar, e daí por diante essa arte vem se desenvolvendo e se alastrando pelo mundo afora.⁴

As qualidades técnicas das fotografias reunidas e organizadas pelo historiador têm prioridade sobre as artísticas, pois favorecem o trabalho de análise e interpretação, apesar da fotografia artística frequentemente ter maior força simbólica. O conhecimento da técnica fotográfica e da história da fotografia, embora não seja indispensável, pode fornecer ao estudioso inúmeros parâmetros de identificação e análise — o tempo provável de sua produção, as condições em que foi produzida — e evitar equívocos de interpretação resultantes de inter-relações anacrônicas entre fragmentos de informação.

As fotografias reproduzidas e organizadas pelo historiador pedem um estudo das unidades e outro de seqüências, que podem ser feitos de maneiras diversas, de acordo com a especialização do pesquisador. O documentalista procurará organizá-las e classificá-las de acordo com as normas da biblioteconomia, tendo em mente mais a sua conservação, localização e recuperação que propriamente a informação e a interpretação do conteúdo. O historiador da fotografia⁵ se deterá nas qualidades físicas e de produção das fo-

tos, dedicando-se mais ao objeto-fotografia que à questão a que se refere. Já o historiador e o sociólogo procurarão verificar a validade e a precisão do conteúdo das fotos. Selecionarão aqueles referentes a seu objeto de estudo e procurarão organizar séries temporais e temáticas que admitam uma percepção seqüencial, proporcionando um passado e um futuro ao instante presente em que se concentra a fotografia. Não se procura, na fotografia, apenas o que comprove as análises históricas verbalizadas, mas sim informações, dimensões e relações que as verbalizações não têm condições de proporcionar. Também para isso, o método comparativo fundamenta os trabalhos com imagens. Procura-se comparar imagens do mesmo foco em diferentes momentos ou versões/ângulos contraditórios de uma cena ou de um grupo de pessoas. E freqüentemente, ao fazer essas comparações, não se prescinde das contribuições da Sociologia e da Psicologia.

Já se fala, no caso da Sociologia, de uma Sociologia Visual. Ela exploraria as relações reflexivas entre estruturas sociais, de um lado, e a seleção, apreensão, percepção, cognição e criação de imagens, de outro. Nos Estados Unidos, as revistas de Sociologia do final do século XIX apresentavam artigos ilustrados por fotografias e, depois, trabalhos de representantes da chamada fotografia social, como Lewis Hine, Jacob Riis e os fotógrafos da Farm Security Agency que, durante a crise de 29, divulgaram, pela imagem, as condições de vida da população urbana e rural sem recursos.

A esses trabalhos de caráter ilustrativo ou descritivo seguiu-se um período em que as tabelas estatísticas assumiram inteiramente o papel de técnicas auxiliares da pesquisa sociológica. Contudo, a utilização de imagens em telecurios e nos cursos de introdução à Sociologia tem indicado um interesse renovado pela fotografia como método de coleta de dados e meio de apresentação de resultados.

Quando se consegue estabelecer, através de princípios sociológicos, explicações para a aparência das coisas, realiza-se um trabalho de Sociologia Visual. Os sociólogos procuram, diante das fotografias, estudar os fatores sociais que influem na visão (por que pessoas, objetos e cenários aparecem dessa maneira), o que influencia a maneira de ver as coisas dessa forma e atribuir sentido ao que vemos (porque

aparecem assim), qual é a natureza, papel e organização institucional do simbolismo visual na construção social da realidade (se deveriam ou não aparecer dessa maneira) e quais os relances da natureza e da organização da sociedade que são revelados através da análise das imagens visuais.⁶

A partir de meados da década de 70 difundiu-se pelo mundo toda uma revitalização do interesse pela Sociologia Visual. Não só por sua utilização como instrumento de pesquisa e reforço do ensino. Houve uma ampliação em leque das formas de aplicação da Sociologia Visual. Passou-se a trabalhar com o problema da amostragem, da validade, da representatividade e da precisão com que a câmera capta um recorte da realidade social. Estabeleceu-se que a fotografia é uma evidência, mas sem força para comprovar ou negar totalmente uma hipótese. Tem havido um grande interesse pelo estudo do encorajamento de mudanças de atitudes, através de imagens visuais, bem como pelo estudo das dimensões visuais da interação social (símbolos de posição e poder, utilização artística de imagens corporais ou indícios visíveis de comportamento social). Há quem considere uma tarefa sem fim a decifração de uma mensagem visual. O conteúdo manifesto pode ser até evidente para seus observadores, o que não afasta a existência de um conteúdo latente na imagem e nas imagens que aquela desencadeia na memória de seus observadores, o que multiplica as interpretações válidas.

A Sociologia Visual não se limita à imagem fixa, mas vem lançando mão sucessivamente da imagem-movimento do cinema e do videocassete. Ainda que muitas das observações feitas possam ser estendidas à imagem-movimento do cinema e do vídeo, a maioria dos comentários feitos até aqui referem-se à imagem fixa. Principalmente para a leitura, esta tem características diferentes das demais. A imagem não é rapidamente absorvida pelas imagens seguintes. Amplia o olhar, como através de uma janela, até suas margens se distenderem e incorporarem o leitor. Não precisa de aparelhos para sua distribuição e armazenamento. As informações que contém estão em sua superfície. Embora muda, a fotografia fixa⁷ admite uma volta infinita ao ponto de observação, uma contemplação detida, longa, múltipla e repetida. A imagem pode ser lida como um

mosaico que muda constantemente de configuração, à medida que o olhar perpassa através dos planos e grãos e conforme o distanciamento em que a fotografia é colocada ou o grau de ampliação que dela se faz. Ela pode se alterar de acordo com o olhar que a observa e que está à procura de um esclarecimento ou uma comprovação global ou parcial. O mosaico se transfigura e o olhar procura outras configurações.

Essas características da imagem fotográfica fixa é que provocam, em seu observador, um esforço de identificação que vem sendo utilizado em Psicologia Experimental e Clínica, para diagnóstico e terapia, e também em Sociologia e Psicologia Social, nos estudos sobre mudanças de atitudes.

A Antropologia Visual tem adeptos desde o fim do século XIX. Vem ampliando seu campo sistematicamente, desde a utilização da imagem como memória, no sentido de formar grandes acervos arquivísticos e museológicos de registros da cultura material e de comportamentos, a trabalhos contemporâneos que envolvem o fotógrafo-antropólogo como observador participante, avaliador e intérprete. A fotografia é usada como ilustração, confirmação ou prova, mas ainda como ampliação da percepção visual do pesquisador ou como propiciadora de entrevistas, após ter registrado um segmento da realidade. Facilita o trabalho de equipe, no exame simultâneo das tomadas, e permite trabalhos comparativos em diferentes momentos do comportamento individual ou da cultura estudada.⁸ Pode ainda funcionar como teste projetivo, desencadeando imagens, sentimentos ou reações inesperadas nos entrevistados.

Foi ainda nos trabalhos de Antropologia Visual, particularmente com as contribuições de Margaret Mead, que se tomou consciência de que as imagens precisavam ser descritas por palavras para serem incorporadas ao trabalho científico. Não é possível utilizar apenas o texto não-verbal, cuja ambigüidade, de um lado, e mutismo de outro, abrem demais as questões apresentadas, deixando-as indefinidas e inadequadas a uma sistematização científica. Acrescente-se que esta transposição verbal nem sempre dá conta das contribuições da fotografia.

É possível medir o uso sociométrico do espaço, contar as personagens, tipos e idades diferentes, a diferença de indumentária e as posições ocupadas mas, como em

qualquer amostra, a fotografia apresenta uma margem de erro e exige um controle de validade dos dados mensuráveis e do que sugerem. A interpretação das fotografias é extraída da medida, avaliação e comparação dos elementos materiais visíveis, da medida, avaliação e comparação das circunstâncias fotografadas ou de amostras repetitivas casuais, e seu tratamento estatístico dá profundidade à descrição cultural.

A Antropologia Visual preocupa-se com o problema dos níveis de conteúdo. Existem dados visíveis e dimensionáveis, de um lado, e invisíveis ou imperceptíveis, que precisam ser extraídos de comparações entre unidades espaciais ou temporais para chegar, ou não, a significados globais dentro da questão que se está estudando. Esta última operação nem sempre é realizável através de avaliações numéricas; depende muito de julgamentos e conhecimentos globais dos observadores, que ultrapassam e sintetizam mais que os fatores controlados e verificados e estão muito ligados às verbalizações de pesquisados e pesquisadores.

No caso da Antropologia, o registro de evidências fotográficas tomado de diversos ângulos e com cuidadoso planejamento espaço-temporal permite retornos múltiplos ao material, que funcionam como sistematizações de impressões passageiras, e obscuras propiciando um adensamento da imaginação científica.

A escolha de unidades espaciais para levantamento completo já contribui com uma possibilidade de êxito para a cobertura fotográfica. Uma casa, uma esquina, um bairro, uma escola, uma praça são unidades propícias a esse trabalho. O estudo de inter-relações sociais e culturais que não admitam essa delimitação corre o risco de ser fragmentário e impressionista demais para o desenvolvimento das interpretações.

A possibilidade de planejar as fotografias e as seqüências fotográficas que se deseja e de ter uma previsão do resultado, do enquadramento, de recortes e ampliações melhora as condições de comparação e favorece a seleção dos resultados mais adequados à orientação da pesquisa.

Observe-se, contudo, que mesmo a produção da fotografia não prescinde da verbalização de seu conteúdo. É preciso manter um diário de anotações que venha a fornecer esclarecimentos e identificação de cada registro fotográfico, que pode ser

prejudicado pelo tempo e pelas distâncias. Esse diário e a numeração dos negativos e das seqüências cronológicas de cópias permitem melhor identificação do material, para uma posterior organização em arquivo. Embora sejam mais abstratas, as palavras são indispensáveis para explicitar o conteúdo das fotografias, conteúdo que raramente deixa de ser aberto, e admitir novas leituras a cada nova inspeção, leituras diversas que devem, também, ser registradas.

Nem esses trabalhos teórico-metodológicos desenvolvidos a respeito da leitura de imagens, nem os trabalhos empíricos de interpretação de fotografias desenvolvidos nas várias áreas das Ciências Humanas vêm dando conta de alguns problemas recorrentes: a singularidade das imagens apresenta uma resistência ao tratamento genérico ou serial, dificultando sempre a sistematização do conhecimento adquirido através da percepção e da memória; a natureza diversa e, muitas vezes, intransponível da percepção visual para o processo cognitivo esbarra sempre na transmissão imperfeita através de palavras. Impressões e expressões não admitem inteiramente uma sistematização adequada do conhecimento que transmitem. Os tons de cinza e as sombras bem dosadas das fotografias podem alterar a transmissão da mensagem da foto, ao estetizá-la e ao desstituí-la de elementos relativos a outros

sentidos — o olfato, o tato e o paladar.

Dois trabalhos empíricos com fotografias em que procurei chegar a normas menos particularizadas de utilização da imagem em estudos histórico-sociológicos (Retratos de famílias de imigrantes — São Paulo, 1890-1930)⁹ e o estudo de fotografias do Carnaval Paulistano (1900-1930)¹⁰ esbarram nessas dificuldades. Nos trabalhos empíricos que tenho procurado examinar verificam-se esses desacordos. Alguns com maiores recursos teóricos, outros com processos intuitivos mais penetrantes, um terceiro tipo, ainda, com condições mais adequadas de sistematização acabam sendo quase sempre insatisfatórios pela qualidade fluida da informação obtida, pelos desencontros entre a informação verbal e a imagem ou pela indefinição expressiva que as imagens propiciam.

Por enquanto, essas reflexões e comparações só me levaram a constatar que o estudo das fotografias de qualquer núcleo temático não tem condições de ser feito por um processo unilinear. Exige, pelo menos, quatro vetores que se dirigem: do observador para a imagem, da imagem para o observador, de uma imagem para outra e dos retratados para o observador. Mesmo utilizando os quatro vetores, nem sempre se dá conta das ambigüidades da linguagem fotográfica. É este filão que venho procurando desvendar, ainda sem resultados muito positivos.

Notas

1. Júlio Cortazar, "Las Babas del Diablo", in J. Cortazar, *Las Armas Secretas*, Buenos Aires, ed. Sudamericana, 1969.
2. Adolfo Bioy Casares, *La Invención de Morel*, Buenos Aires, Emecê Editores, 1953.
3. Roland Barthes, *La Chambre Claire — Note sur la Photographie*, Paris, Gallimard, 1980; John Berger, *About Looking*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1980, e *Another Way of Telling*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1982; e Pierre Bourdieu et alii, *Un Art Moyen — Essai sur les Usages Sociaux de la Photographie*, 2.^a ed., Paris, Les Éditions de Minuit, 1965.
4. Alain Jaubert, *Le Commissariat Aux Archives — Les Photos qui Falsifient l'Histoire*, Paris, ed. Bernard Barrault, 1986.
5. Boris Kossoy, *Origens e Expansão da Fotografia no Brasil — Século XIX*, Rio de Janeiro, Funarte, 1980, e *A Fotografia como Fonte Histórica: Introdução à Pesquisa e Interpretação das Imagens do Passado*, São Paulo, Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, 1980.

6. Leonard M. Henny, "Theory and practice of visual sociology", *Current Sociology*, v. 34, n. 3, outono de 1986.
7. Vilém Flusser, *Filosofia da Caixa Preta (Ensaio para uma Futura Filosofia da Fotografia)*, São Paulo, Hucitec, 1985.
8. John Collier Jr., *Antropologia Visual: A Fotografia como Método de Pesquisa* (trad. de Iara Ferraz e Solange Martins Couceiro), São Paulo, EPU-EDUSP, 1973.
9. M. L. Moreira Leite, "Fotografias de família", *Cadernos CERU*, n. 18, maio de 1983, pp. 78-89; "Família — Século XIX", *Ciência Hoje*, v. 3, n. 14, setembro-outubro, 1984, pp. 34-40; "A imagem através das palavras", *Ciência e Cultura*, v. 38, n. 9, 1986, pp. 1.483-1.495, e "Utilização da documentação fotográfica", *Ciência Hoje*, n. 39, janeiro-fevereiro, 1988.
10. Von Simson e Moreira Leite, "Comunicação sobre Fotos do Carnaval Paulistano (1900-1930)", trabalho apresentado no grupo de trabalho Sociologia da Cultura. IX Encontro Anual da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — Anpocs, Águas de São Pedro, outubro de 1985.



bib

PEDIDO DE ASSINATURA

RBCS — Revista Brasileira de Ciências Sociais

BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico

Preencha este formulário e o envie para o endereço abaixo acompanhado de um cheque nominal e cruzado no valor da opção de assinatura desejada.

	<i>Individual</i>	<i>Institutional</i>
<input type="checkbox"/> Assinatura anual da RBCS (3 números)	1.7 OTNs	3.4 OTNs
<input type="checkbox"/> Assinatura anual da RBCS (3 ns.) + BIB (2 ns.)	2.1 OTNs	4.2 OTNs
<input type="checkbox"/> Assinatura anual do BIB (2 números)	0.5 OTNs	1 OTN
<input type="checkbox"/> Números atrasados RBCS (cada exemplar)	0.7 OTNs	1 OTN
<input type="checkbox"/> Números atrasados BIB (cada exemplar)	0.4 OTNs	0.6 OTNs

NOME:

ENDEREÇO:

CIDADE: ESTADO CEP Tel.:

INSTITUIÇÃO:

DATA:/...../19.....

FOR SUBSCRIBERS OUTSIDE BRASIL

	<i>Individual</i>	<i>Institutions</i>
<input type="checkbox"/> Annual subscription of RBCS (3 issues)	US\$ 70.00	US\$ 100.00
<input type="checkbox"/> Subscription of RBCS including BIB (2 issues)	US\$ 90.00	US\$ 130.00

NAME:

ADDRESS:

INSTITUTION:

Please send a check to:

Enviar cheque para:

ANPOCS — ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Av. Dr. Arnaldo 1.973
01255 - São Paulo - SP - Brasil

Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

BIB 1, *Eli Diniz Cerqueira* e *Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica". **BIB 2**, *Anthony Seeger* e *Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico". **BIB 3**, *Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências". **BIB 4**, *Lucia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada". **BIB 5**, *Bolívar Lamounier* e *Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978". **BIB 6**, *Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura". **BIB 7**, *Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil". **BIB 8**, *Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes". **BIB 9**, *Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos". **BIB 10**, *Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil". **BIB 11**, *Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Valladares* e *Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente". **BIB 12**, *Maria Tereza Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas". **BIB 13**, *Gerson Moura* e *Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica". **BIB 14**, *Licia Valladares* e *Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica". **BIB 15**, *José Cesar Gnacarini* e *Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate". **BIB 16**, *Aspásia Camargo*, *Lucia Hippolito* e *Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico". **BIB 17**, *Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no Brasil"; *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica". **BIB 18**, *Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente". **BIB 19**, *Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil". **BIB 20**, *Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro". **BIB 21**, *Sonia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica". **BIB 22**, *Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes". **BIB 23**, *Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil". **BIB 24**, *Angela de Castro Gomes* e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise". **BIB 25**, *Giralda Seyferth*, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

ANPOCS **b i b**
Revista Brasileira de Informação
em Ciências Sociais

25